



# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**Banco e FNE**

**Em R\$ MIL**

**Posição: 30.06.2016**



**Demonstrações Financeiras**

**B A N C O**

**Em R\$ MIL**

**POSIÇÃO: 30.06.2016**

**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Sede: Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 Fortaleza  
– Ceará – Capital Aberto – CNPJ nº 07.237.373/0001-20**

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1º Semestre de 2016**

---

### **1 PALAVRA DO PRESIDENTE**

---

O ano de 2016 iniciou com incertezas em relação ao cenário político-econômico do País. Apesar das adversidades da economia, o Banco obteve lucro líquido de R\$ 225,6 milhões, valor 42,6% superior ao apresentado no mesmo período em 2015 (R\$ 158,1 milhões).

Vivemos um momento que requer alinhamento adequado em todas as esferas organizacionais para vencermos as dificuldades inerentes à atual conjuntura. Para emergirmos mais fortes e preparados, precisamos responder positivamente aos desafios de nossa missão de sermos “O Banco de Desenvolvimento do Nordeste”.

A busca por eficiência leva em conta o cenário atual de contínuo aumento da bancarização que exige maior sofisticação para atender as expectativas dos clientes, tanto em termos de qualificação de produtos e serviços quanto de atendimento. O Banco demonstrou eficácia nas ações de aplicação de R\$ 4,0 bilhões no Crediamigo ao proporcionar a contratação de 2,1 milhões de operações; atendimento a 12.102 micro e pequenas empresas com contratações totalizando R\$ 1,1 bilhão em linhas de crédito de curto e de longo prazos e contratação de R\$ 1,2 bilhão para 253,3 mil agricultores familiares.

As pessoas que fazem esta organização são seu principal agente de resultados e, como tal, conhecem e participam ativamente das transformações organizacionais, observando os princípios fundamentais da gestão do Banco do Nordeste: integridade e ética, foco nos clientes e resultados, meritocracia e inovação.

Integridade e ética norteiam todo o trabalho do Banco, estando evidenciadas de forma inequívoca em nossas políticas e procedimentos. A promoção e realização do XII Seminário do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais que contou com a participação de dirigentes e representantes das empresas estatais que integram o Fórum Nacional de Gestão da Ética exemplifica o compromisso do Banco com a disseminação do tema para a empresa e a sociedade.

Passamos a utilizar o modelo estratégico de ‘Gestão para Resultados’, que pressupõe compromisso coletivo, colaboração, alinhamento organizacional, envolvimento das lideranças em prol de resultados comuns e estratégicos para o Banco. Continuamente revisitamos nosso *portfólio* de produtos e serviços visando introduzir inovações para nossos clientes. Lançamos o Cartão FNE, produto único no mercado de crédito nacional, que oferta recursos do FNE tanto para giro como para investimento de forma ágil e segura. Criamos o produto FNE Sol, destinado ao financiamento de sistemas para micro e minigeração distribuída de energia.

O Banco atualiza suas estratégias de negócio, buscando maiores níveis de rentabilidade, associados a menores custos de operação, com atenção especial ao papel institucional de

gestor do FNE, objetivando cumprir a alocação de recursos do Fundo na Região, nos patamares previstos, não apenas em termos quantitativos, mas, sobretudo, em relação à qualidade do crédito. O Banco aplicou R\$ 5,358 bilhões com recursos do FNE, 7,3% a mais do que o valor aplicado no mesmo período de 2015.

A eficiência operacional permitiu a redução da complexidade, com a criação de soluções simples, que entreguem valor aos nossos clientes. Os gestores de processos são desafiados a implementar novas formas de atuação, redesenhando e aprimorando seus processos, oportunizando melhorias, eliminando excessos, rotinas inadequadas, desperdícios e pontos de gargalo que não agregam valor e preservando as entregas essenciais para a maior satisfação do nosso cliente. Inauguramos mais 11 (onze) agências, ampliando de 296 para 307 as unidades de negócios.

Fortalecer o papel do Banco como um dos principais protagonistas da disseminação de inovação no Nordeste é um dos nossos focos. O Banco lançou o Hub Inovação Nordeste (Hubine) para estimular a criação de produtos e serviços e soluções inovadoras, lançando desafios de impacto social, apoiando eventos que disseminem inovações e propiciem resultados ao desenvolvimento do Nordeste, na perspectiva de melhorar a qualidade dos negócios das empresas e da vida das pessoas.

Manter o Banco sustentável requer constante renovação, com apoio em modelos de gestão equilibrados e que garantam a autossuficiência, mesmo em tempos difíceis. A geração de resultados, por si só, não garante sua continuidade.

A proatividade, a antecipação de tendências que podem trazer resultados positivos para o Banco e a agilidade na tomada de decisões, mantendo a qualidade, são atitudes e comportamentos que adotamos para acompanhar as mudanças no ambiente externo e manter um crescimento sustentável. As respostas aos desafios do cenário adverso estão demonstradas, dentre outras, a partir da recuperação de R\$ 1,13 bilhão em créditos inadimplidos e a redução nas despesas com provisões de crédito no volume de R\$ 282 milhões.

O Banco, no constante trabalho de antecipação de cenários, sediou em junho/16 o “Encontro Estratégico Nordeste 2030”, evento promovido pelo Tribunal de Contas da União, destinado a discutir desafios e caminhos para o desenvolvimento sustentável da região Nordeste.

Este Relatório apresenta, nas próximas páginas, o desempenho do Banco do Nordeste no primeiro semestre de 2016, demonstrando que, apesar do cenário econômico adverso, o Banco do Nordeste segue cumprindo seu papel de banco de desenvolvimento regional integrado à política econômica do País.

**Marcos Holanda**

Presidente

## 2 ESTRATÉGIA EMPRESARIAL

A partir de 2016 o Banco do Nordeste adotou o modelo de ‘Gestão para Resultados’, como fundamento para a construção do seu planejamento, com o objetivo de priorizar o desenvolvimento e a transformação regional em todas as ações, elevando o desempenho organizacional, referenciado na sua missão e visão.

O planejamento empresarial é composto pelos planos estratégico, tático e operacional. No nível estratégico, define os resultados a serem alcançados e os impactos externos que se desejam atingir. Tem início com a definição da missão, da visão e dos valores, seguindo-se da construção de indicadores e estabelecimento de metas quadrienais.

A missão atual do Banco é “Atuar como o banco de desenvolvimento da região Nordeste” e a visão é “Ser o banco preferido do Nordeste, reconhecido pela sua capacidade de promover o bem-estar das famílias e a competitividade das empresas da Região”, sendo que ambas estão refletidas na estratégia da Instituição, tendo o cidadão como o foco do modelo, considerando todas as suas potencialidades e capacidades. Seus princípios norteadores são: integridade e ética, foco nos clientes e resultados, meritocracia e inovação.

O planejamento estratégico foi construído considerando as dimensões de eficiência, eficácia, efetividade e ética. O mapa estratégico apresenta esta disposição, com a distribuição e as interrelações entre os insumos, atividades, produtos, resultados e impactos.

### MAPA ESTRATÉGICO



Fonte: Ambiente de Planejamento – Banco do Nordeste (2016)

### **3 GOVERNANÇA CORPORATIVA**

---

#### **3.1 Estrutura de Governança Corporativa**

No primeiro semestre de 2016, a Diretoria Executiva aprovou revisões de estrutura organizacional das unidades do Banco, buscando maior alinhamento ao direcionamento estratégico e à ética, elevação da capacidade operacional e gerencial das unidades frente às demandas, além do fortalecimento da governança corporativa e dos controles internos, favorecendo a preservação e criação de valor econômico pela Instituição. Destacam-se como ações estratégicas adotadas ao longo do primeiro semestre, as alterações de estrutura organizacional das seguintes unidades administrativas:

- Assessoria e Apoio – criação da vaga de Economista-chefe, para assessorar a Presidência e a alta administração nas decisões do campo econômico e social que refletem sobre a área de atuação do Banco;
- Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) – subordinação direta à Presidência do Banco, para fortalecimento da Unidade como inteligência econômica e maior alinhamento estratégico com a Presidência.

Na estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, estão presentes a Assembleia Geral, o Conselho de Administração - composto por seis membros, assessorado pelos Comitês de Auditoria e pela Auditoria Interna - e a Diretoria Executiva, composta pelo Presidente e por seis diretores estatutários, sendo que a diretoria de controle e risco e a de ativo de terceiros estão devidamente segregadas. O Banco do Nordeste mantém ainda, em caráter permanente, um Conselho Fiscal, sendo também auditado por uma auditoria independente.

Além do próprio Estatuto Social, o Banco dispõe dos Regimentos Internos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria, como balizadores das ações e das práticas de seus Colegiados Estatutários. Esses documentos estão em harmonia com os demais normativos e leis existentes e são importantes instrumentos da Governança Corporativa, na medida em que fortalecem o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional do Banco.

Nas relações institucionais, é observado o Código de Conduta Ética do Banco do Nordeste, disponibilizado no *site* do Banco na Internet. Esse código se destaca como sendo o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição. Cabe ressaltar a criação, no primeiro semestre de 2016, do Comitê de Integridade e Ética, colegiado responsável pela verificação da implementação e cumprimento dos padrões do programa e da política de integridade e ética.

#### **3.2 Gestão de Riscos**

A Política Corporativa de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste incorpora como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais da Instituição. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco para avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais, estabelecendo regras baseadas em princípios e

boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

O Banco do Nordeste adota uma estrutura de gestão de riscos unificada no nível estratégico e específica quanto às suas unidades de negócio e de suporte, observando o princípio da segregação da atividade.

As responsabilidades básicas das unidades referentes à gestão de riscos encontram-se descritas a seguir:

- Conselho de Administração - Aprovar políticas de controles internos, segurança corporativa e gestão de riscos;
- Diretoria Executiva – Deliberar sobre políticas de gestão de riscos e submetê-las ao Conselho de Administração; aprovar limites operacionais; aprovar metodologias de gestão.
- Diretoria de Controle e Risco - Coordenar a implementação das políticas de gestão de riscos; monitorar o desempenho das unidades gestoras de riscos;
- Comitê de Gestão de Riscos - Apreciar e deliberar sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas a instâncias superiores, bem como sobre aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores;
- Subcomitê Tático-Operacional de Gestão de Riscos - Tomar decisões de caráter tático-operacional que ofereçam subsídios para o Comitê de Gestão de Riscos;
- Superintendência de Controles Internos, Segurança e Gestão de Riscos – Coordenar a gestão operacional dos controles internos, da segurança corporativa e dos riscos e monitorar os seus resultados;
- Ambiente de Gestão de Riscos - Gerenciar em nível corporativo os riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; propor a definição de metodologias e modelos de gestão de riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional; promover a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco;
- Unidades gestoras dos produtos, serviços, sistemas e processos expostos aos riscos de crédito, de mercado, de liquidez e operacional - Gerenciar os riscos relacionados aos produtos que administram, de acordo com as metodologias e modelos definidos.

### **3.3 Controles Internos**

O Banco do Nordeste ampliou as práticas de governança corporativa utilizando-se do Sistema de Controles Internos, que é constituído por políticas, estratégias, procedimentos e práticas elaboradas com o propósito de mitigar riscos dentro de um nível aceitável de segurança para o alcance dos objetivos organizacionais.

A prática das atividades de controles internos no Banco do Nordeste ocorre de forma distribuída nos diversos segmentos gerenciais e administrativos da empresa, cabendo a cada gestor a postura coerente com os interesses empresariais. O objetivo maior é a redução de incidência de falhas operacionais, mediante a execução de medidas acautelatórias com a inclusão de pontos de controles em processos. Para tanto, são utilizados mecanismos de controle como: decisões em colegiado, segregação de atividades

entre pessoas distintas, autorização de instâncias superiores, relatórios de acompanhamento periódicos, revalidação de pontos de checagem. A postura ética dos empregados se constitui em fator determinante para a conformidade dos processos.

O Sistema de Controles Internos reúne, portanto, elementos e componentes que atuam em conjunto para oferecer segurança à Alta Administração do Banco do Nordeste quanto à mitigação dos riscos nos quais a organização está exposta, conforme regulamentação da Resolução nº 2.554/1998, do Conselho Monetário Nacional (CMN).

## **4 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE**

---

### **4.1 Desenvolvimento Regional**

A contribuição do Banco para a redução da pobreza e minimização das desigualdades sociais continua como foco de suas ações, fortalecendo sua relação com os agentes produtivos, reforçando seu compromisso com a solução dos grandes desafios regionais, ampliando oportunidades, produzindo impactos positivos para a sociedade nordestina, gerando empregos, proporcionando melhoria da renda das famílias, promovendo a inclusão social e financeira e atuando em áreas de grande carência econômica, a exemplo do semiárido nordestino.

Por meio do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene), o Banco atua na elaboração, promoção e difusão de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas, bem como na avaliação de políticas e programas de financiamento.

O Etene administra e operacionaliza os seguintes fundos: o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci) e o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR), que juntos beneficiam o desenvolvimento de diversos setores/atividades.

Durante o primeiro semestre de 2016, merece destaque, dentre outras ações do Etene, o apoio técnico para a formatação do Hub Inovação Nordeste (Hubine), equipamento que funcionará na sede do Banco como ambiente de apoio a negócios inovadores, que criem produtos, serviços e soluções capazes de contribuir com a dinamização da economia regional.

Além disso, foram elaborados diversos estudos setoriais, que enfocaram atividades como as da indústria automobilística, de vidros e de autopeças, bebidas, geração e distribuição de energia elétrica, minerais não metálicos, petróleo e gás, *shopping centers*, *carcinicultura*, dentre outras.

### **4.2 Sustentabilidade**

As ações de responsabilidade socioambiental, que foram destaques no primeiro semestre de 2016, são as seguintes:

- 4.962 operações de financiamentos que somaram R\$ 147,9 milhões, contratados nos programas ambientais FNE Verde, Pronaf Semiárido, Pronaf Floresta, Pronaf Eco e Pronaf Agroecologia, além de R\$ 97,9 milhões aplicados no programa FNE Inovação.
- Lançamento de programa interno de reconhecimento de ações socioambientais - Prêmio Práticas Socioambientais 2016.



- Gerenciamento do plano de ação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA). A PRSA do Banco do Nordeste foi amplamente divulgada nas mídias internas e externas e encontra-se disponível no portal eletrônico do Banco na Internet no endereço [www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental](http://www.bnb.gov.br/politica-de-responsabilidade-socioambiental).

Adicionalmente, o Banco busca incorporar aos seus negócios outras dimensões indutoras do processo de desenvolvimento sustentável, atuando em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), no apoio ao desenvolvimento territorial.

Em decorrência desta parceria, os seguintes resultados foram obtidos no 1º semestre de 2016:

- Operacionalização de contrato de prestação de serviços com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para a construção de 30.133 cisternas – 28.483 para o consumo humano (primeira água) e 1.650 de produção (segunda água) – em 37 municípios dos estados da Bahia, Ceará, Minas Gerais e Paraíba. Esse contrato marcou a inserção do Banco do Nordeste no Programa Cisternas, iniciativa do Governo Federal cujo objetivo principal é universalizar o acesso e o uso da água para populações carentes, residentes em comunidades rurais atendidas por sistemas deficitários de abastecimento de água ou que recebam abastecimento difuso. No acumulado do Programa até meados de 2016, 24.680 famílias foram capacitadas e 20.996 cisternas foram construídas, sendo 19.647 de primeira água e 1.349 de segunda água.
- Aprovação do Novo Modelo de Atuação dos Agentes de Desenvolvimento pela Diretoria do Banco. Esse novo modelo consiste em atualizar e padronizar a estratégia de atuação do Banco do Nordeste no que concerne ao desenvolvimento territorial.

#### **4.2.1 Agente de Desenvolvimento**

O Banco, por intermédio do Agente de Desenvolvimento, atua como conhecedor da realidade territorial, facilitador/articulador do processo de construção e implementação de planos de ação territorial e indutor das ações a serem desenvolvidas pelos atores envolvidos com o esforço de desenvolvimento, inclusive os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável/Conselhos Territoriais, na perspectiva da organização, fortalecimento e elevação do patamar de competitividade das atividades econômicas priorizadas por tais Conselhos, por meio da efetivação de planos de ação territoriais e locais e da estruturação de financiamentos de riscos mitigados.

No primeiro semestre de 2016, 21 projetos-piloto foram iniciados nos estados de atuação regional do Banco do Nordeste. Os referidos projetos contemplam várias atividades priorizadas, conforme estabelecido pelos Conselhos Territoriais.

#### **4.2.2 FNE SOL**

A micro e minigeração distribuída de energia, criadas por meio da Resolução ANEEL nº 482/2015 e alteradas pela Resolução ANEEL nº 687/2015, consistem na possibilidade de uma unidade consumidora de energia elétrica, como uma residência ou um estabelecimento comercial ou industrial, adquirir pequeno sistema de geração de energia e passar a gerar

sua própria energia elétrica. O sistema é interligado à rede de energia elétrica, e o que é produzido passa a compensar o que é consumido.

Para atender a esse mercado, o Banco lançou um novo produto de crédito, o FNE Sol, o qual se destina ao financiamento de sistemas para micro e minigeração distribuída de energia para consumo próprio dos empreendimentos, por meio da linha FNE Verde. O FNE Sol se presta ao financiamento de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, havendo diferentes possibilidades de compensação da energia consumida, desde que sejam atendidas as condições estabelecidas na citada Resolução ANEEL nº 687/2015.

## 5 DESEMPENHO

### 5.1 Desempenho econômico-financeiro

#### 5.1.1 Ativos Totais

Os ativos globais do Banco do Nordeste atingiram o volume de R\$ 42,7 bilhões ao término do primeiro semestre de 2016, apresentando um acréscimo de 3,0% em relação ao final de 2015. Nos ativos da Instituição também estão os recursos disponíveis do FNE (R\$ 8,7 bilhões) e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos (R\$ 5,5 bilhões). O crescimento dos saldos de ativos do Banco de dezembro de 2015 para junho de 2016 está representado, preponderantemente, pelo acréscimo observado no conjunto dos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários.

**Tabela 1 – Ativos Globais (R\$ milhões)**

Especificação	Banco do Nordeste			FNE		Var %
	31.12.2015	30.06.2016	Var %	31.12.2015	30.06.2016	
Disponibilidades, <sup>(1)</sup>						
Aplicações						
Interfinanceiras e TVM	24.982,4	27.135,4	8,6%	5.231,5	8.749,8	67,3%
Recursos						
Comprometidos com						
Operações de Crédito	0,0	0,0	0,0%	6.092,8	5.457,7	-10,4%
Relações						
Interfinanceiras	223,6	316,0	41,3%	1.998,6	2.104,6	5,3%
Operações de Crédito						
(Retificado por						
Provisões)	12.199,9	11.413,7	-6,4%	46.560,7	47.149,1	1,3%
Outros						
Créditos						
(Retificado por						
Provisões)	3.749,5	3.550,2	-5,3%	8,4	8,8	4,8%
Outros Valores e Bens	32,0	35,1	9,7%	1,2	1,0	-16,7%
Permanente	234,5	230,3	-1,8%	0,0	0,0	0,0%
<b>Total</b>	<b>41.421,9</b>	<b>42.680,7</b>	<b>3,0%</b>	<b>59.893,2</b>	<b>63.471,0</b>	<b>6,0%</b>

<sup>(1)</sup> Nas disponibilidades do Banco do Nordeste estão incluídos os recursos disponíveis e os comprometidos com operações de crédito do FNE

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

No primeiro semestre de 2016, os saldos totais de ativos do FNE cresceram 6,0%, por conta, principalmente, dos ingressos de recursos oriundos do Tesouro Nacional. Durante o primeiro semestre de 2016, ingressou no patrimônio do FNE um total de R\$ 3.470 milhões, contra R\$ 3.521 milhões ingressados no mesmo período de 2015. Comparadas as posições de 31.12.2015 e 30.06.2016, percebe-se um acréscimo de 1,3% nos saldos de aplicações em operações de crédito do FNE (retificados por provisões) e de 25,5% no conjunto das disponibilidades e recursos comprometidos.

### **5.1.2 Títulos e Valores Mobiliários**

A carteira de ativos representada por Disponibilidades, Aplicações Interfinanceiras e Títulos e Valores Mobiliários, na posição 30.06.2016, corresponde a R\$ 27,1 bilhões, apresentando um acréscimo de R\$ 2,1 bilhões (8,6%) em relação a 31.12.2015, quando totalizava R\$ 25,0 bilhões.

Em atendimento à Circular nº 3.068, de 08.11.2002, editada pelo Banco Central, o Banco do Nordeste elaborou fluxo de caixa projetado para fins de classificação da carteira de Títulos e Valores Mobiliários. Esse fluxo de caixa demonstra que há disponibilidade de recursos suficientes para o cumprimento de todas as obrigações e políticas de concessão de créditos sem a necessidade de alienação dos títulos classificados na categoria “Títulos Mantidos Até o Vencimento”. Dessa forma, a Administração do Banco declara que a Instituição tem a capacidade financeira e a intenção de manter os títulos classificados nessa categoria até o vencimento.

### **5.1.3 Disponibilidades do FNE**

O saldo das disponibilidades do FNE cresceu de R\$ 5,2 bilhões em dezembro de 2015 para R\$ 8,7 bilhões em junho de 2016, representando uma variação positiva de 67,3%. O crescimento verificado no saldo das disponibilidades é motivado: principalmente pela maior efetividade do volume de reembolsos, que cresceram 15,0%, totalizando R\$ 5,3 bilhões no primeiro semestre de 2016 (R\$ 4,6 bilhões em 2015); pela redução na demanda por crédito, em decorrência da retração da atividade econômica; e pela manutenção do volume de ingressos de recursos do Tesouro Nacional.

O saldo dos recursos comprometidos com operações de crédito teve decréscimo de 10,4%, saindo de R\$ 6,1 bilhões em dezembro de 2015 para R\$ 5,5 bilhões em junho de 2016.

### **5.1.4 Captação de Recursos**

Depósitos a Prazo (CDB) – As captações de recursos em CDB apresentaram uma redução de 4,01% (R\$ 224,7 milhões) quando comparado o saldo em junho/2016 (R\$ 5.381,4 milhões) em relação ao saldo apresentado em dezembro/2015 (R\$ 5.606,1 milhões). Esta redução deveu-se, principalmente, à estratégia para adequação do estoque da carteira à meta de saldo médio proposta no Programa de Ação 2016, objetivando também a redução do custo médio de captação da carteira própria do Banco.

Depósitos a Prazo (Depósitos Judiciais) – Houve transferência de R\$ 315,5 milhões para a Caixa Econômica Federal (CEF) que atualmente gerencia os depósitos judiciais do Estado do Ceará.

LCA (Letras de Crédito do Agronegócio) – Findo o 1º semestre de 2016, o saldo da rubrica de LCA apresentou acréscimo de 22,6%, variação de R\$ 48,7 milhões (R\$ 264,1 milhões

em junho/16 contra R\$ 215,4 milhões em dezembro/15), decorrente principalmente, do crescimento das captações ocorridas durante o ano de 2016.

**Tabela 2 - Captação de Recursos (R\$ milhões)**

Especificação	31.12.2015	30.06.2016	Variação R\$	Variação (%)
Depósito a prazo	6.494,8	5.873,5	(621,3)	-9,57%
- CDB	5.606,1	5.381,4	(224,7)	-4,01%
- Depósitos Judiciais	888,7	492,1	(396,6)	-44,63%
LCA	215,4	264,1	48,7	22,61%
<b>Total</b>	<b>6.710,2</b>	<b>6.137,6</b>	<b>(572,6)</b>	<b>-8,53%</b>

Fonte: Ambiente de Operações Financeiras – Banco do Nordeste (2016)

### 5.1.5 Administração de Fundos de Investimento

No primeiro semestre de 2016, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 5.504,6 milhões, um crescimento de 6,2% em relação ao primeiro semestre de 2015. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executa a gestão de 24 fundos de investimento, com 65.255 cotistas, uma evolução de 4,5% em relação ao primeiro semestre de 2015.

A receita com taxa de administração dos fundos de investimento totalizou R\$ 15,1 milhões no primeiro semestre de 2016, um incremento de 5,1% em relação ao primeiro semestre de 2015.

**Tabela 3 – Fundos de Investimento (R\$ milhões)**

Fundos de Investimento	30.06.2015	30.06.2016	Variação
Patrimônio Líquido	5.182,8	5.504,6	6,2%
Taxa de Administração	14,4	15,1	5,1%
Cotistas (Quantidade)	62.432	65.255	4,5%

Fonte: Ambiente de Instrução e Suporte de Fundos de Investimento – Banco do Nordeste (2016)

### 5.1.6 Patrimônio Líquido e Resultados

O Banco do Nordeste apresentou, em 30.06.2016, um Patrimônio Líquido de R\$ 3,04 bilhões (R\$ 2,84 bilhões, em 31.12.2015). O Capital Social importava em R\$ 2,8 bilhões, representado por 86.371.464 ações escriturais ordinárias, sem valor nominal, integralizadas. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio, no primeiro semestre de 2016, foi de 15,9% a.a.

O Lucro Líquido foi de R\$ 225,6 milhões, representando um resultado de R\$ 2,61 por ação, montante 42,6% superior ao apresentado no mesmo período em 2015 (R\$ 158,1 milhões). Referido desempenho foi influenciado por diversos fatores, destacando-se:

- elevação nas margens financeiras de operações de crédito do Crediamigo, em face da revisão das taxas de juros na concessão de novas operações de crédito, visando compensar a perda de receitas ocorridas no mesmo período de 2015, quando houve redução na equalização de encargos pelo Tesouro;

- redução nas despesas com provisionamento de crédito no volume de R\$ 282,0 milhões, incluindo-se as despesas de provisionamento de operações de crédito do FNE com risco assumido pelo Banco do Nordeste;
- aumento da margem financeira de operações de mercado, em relação ao mesmo período de 2015, em face da elevação da taxa Selic.

No primeiro semestre de 2016, o Patrimônio Líquido do FNE cresceu 6,0%, atingindo o volume de R\$ 63,5 bilhões. Esse crescimento foi fortemente influenciado pelos novos ingressos do Tesouro Nacional que totalizaram no período R\$ 3.470 milhões.

## 5.2 Desempenho Operacional

### 5.2.1 Volume de Contratações

As contratações de operações de crédito do Banco do Nordeste atingiram o montante de R\$ 10,8 bilhões no 1º semestre de 2016, representando decréscimo de 5,0% em relação ao mesmo período de 2015.

Do valor total, R\$ 5,8 bilhões (53,5%) destinaram-se a financiamentos de Longo Prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, de infraestrutura, em comércio e serviços; e R\$ 5,0 bilhões (46,5%) a empréstimos de Curto Prazo, abrangendo os produtos Crédito Direto ao Consumidor (CDC), capital de giro, cartão de crédito, conta garantida, câmbio e desconto, bem como o programa Crediamigo.

Em relação à quantidade de operações, foram contratadas 2,5 milhões de operações no 1º semestre de 2016, que superaram em 2,0% o total contratado no 1º semestre de 2015, sendo 280.028 operações de Longo Prazo (crescimento de 8,1%) e 2.240.950 de Curto Prazo (crescimento de 1,3%).

**Tabela 4 - Contratações de Operações de Crédito (R\$ milhões)**

Tipo	1º semestre de 2015		1º semestre de 2016		Variação Valor
	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	
Longo Prazo	258.972	5.511,9	280.028	5.790,6	5,1%
Curto Prazo	2.211.946	5.888,0	2.240.950	5.035,7	-14,5%
<b>Total</b>	<b>2.470.918</b>	<b>11.399,9</b>	<b>2.520.978</b>	<b>10.826,3</b>	<b>-5,0%</b>

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

Cabe destacar o aumento nas contratações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no semestre, que totalizou R\$ 1,3 bilhão, incluindo as operações do Agroamigo, crescendo nesse período 8,8% em relação ao 1º semestre de 2015.

O microcrédito do Banco do Nordeste (representado pelo Crediamigo, voltado para área urbana; e o Agroamigo, para a área rural) somou R\$ 5,0 bilhões e 2,3 milhões de operações contratadas no 1º semestre de 2016, aumento de 3,2% no valor e 4,4% na quantidade, comparando com o 1º semestre de 2015. As contratações do Crediamigo atingiram o

montante de R\$ 4,0 bilhões, crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2015. Já o Agroamigo cresceu 9,6%, perfazendo um total de R\$ 998,3 milhões contratados até junho de 2016.

**Tabela 5 - Desempenho em alguns programas/segmentos (R\$ milhões)**

Programa / Segmento	1º semestre de 2015		1º semestre de 2016		Variação Valor
	Qtde	Valor	Qtde	Valor <sup>1</sup>	
Pronaf <sup>1</sup> (inclui Agroamigo)	233.290	1.170,4	253.328	1.272,8	8,8%
Microcrédito	2.235.486	4.837,8	2.333.897	4.993,1	3,2%
• Agroamigo	222.181	910,7	242.600	998,3	9,6%
• Crediamigo	2.013.305	3.927,1	2.091.297	3.994,8	1,7%
Micro e Pequena Empresa (MPE)	33.575	1.350,3	28.146	1.150,3	-14,8%

<sup>1</sup> Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)  
Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

Das operações de crédito contratadas no 1º semestre de 2016, o valor de R\$ 5,4 bilhões foi oriundo do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que representa 92,5% dos financiamentos de Longo Prazo. Desses recursos, R\$ 3,4 bilhões foram contratados por clientes de pequeno porte, o que corresponde a 62,9% do total aplicado com recursos do Fundo e crescimento de 4,6% em relação ao mesmo período de 2015. Os clientes de médio porte contrataram R\$ 645,4 milhões e os de grande porte somaram R\$ 1,3 bilhão em contratos, crescimentos de 0,1% e 19,2%, respectivamente.

Em termos quantitativos, houve crescimento de 8,0% nas contratações dos clientes de pequeno porte, que representaram 99,7% da quantidade de operações do FNE no 1º semestre de 2016. Também houve aumento de 18,0% nas operações com médio porte e 105% no grande porte.

**Tabela 6 – FNE - Contratações por porte (R\$ milhões)**

Porte	1º semestre de 2015				1º semestre de 2016				Variação Valor
	Qtde	%	Valor	%	Qtde	%	Valor	%	
Pequeno	250.032	99,8%	3.223,10	64,5%	270.135	99,7%	3.370,60	62,9%	4,6%
Médio	511	0,2%	644,7	12,9%	603	0,2%	645,4	12,0%	0,1%
Grande	80	0,0%	1.126,80	22,6%	164	0,1%	1.342,70	25,1%	19,2%
<b>Total</b>	<b>250.623</b>	<b>100%</b>	<b>4.994,60</b>	<b>100%</b>	<b>270.902</b>	<b>100%</b>	<b>5.358,70</b>	<b>100%</b>	<b>7,3%</b>

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

## 5.2.2 FNE

O total de financiamentos com recursos do FNE no primeiro semestre do exercício 2016 foi impactado pela continuidade da retração da atividade econômica observada no país e por

ainda ocorrerem postergações na decisão quanto a oportunidades de investimentos, o que se reflete nos resultados das contratações.

Assim, o Banco do Nordeste financiou no período de janeiro a junho de 2016 um montante de R\$ 5.358,7 milhões com recursos do FNE, atendendo empreendimentos rurais e urbanos dos onze estados de sua área de atuação regional.

Esse total representa crescimento de aproximadamente 7,3% em relação ao mesmo período de 2015. As contratações contemplaram a realização de 270.902 operações, tendo sido registrados financiamentos em 99,7% dos 1.990 municípios da área financiável pelo FNE, com valor médio por operação de R\$ 19,8 mil.

Na distribuição de financiamentos por estado, destaca-se a participação da Bahia com 27,9% do montante total registrado, convergente com a diretriz de limite máximo por estado que é de 30% do total de financiamentos.

**Tabela 7 - Banco/FNE: Financiamentos Totais por Estado (R\$ mil)**

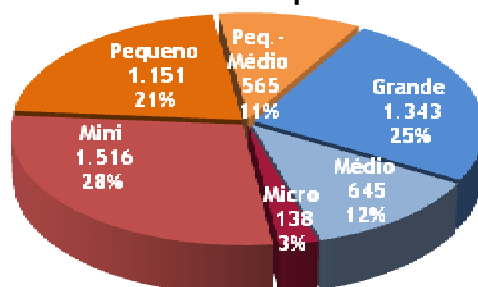
Estado	Valor Contratado	%
AL	185.500,2	3,5
BA	1.496.248,9	27,9
CE	637.055,9	11,9
ES	136.273,1	2,5
MA	713.911,0	13,3
MG	286.559,0	5,4
PB	257.116,7	4,8
PE	654.611,5	12,2
PI	521.532,2	9,7
RN	268.619,5	5,0
SE	201.307,4	3,8
<b>Total</b>	<b>5.358.735,4</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento – Banco do Nordeste (2016)

No caso da distribuição por porte de beneficiário, em 2016 o Banco do Nordeste contratou financiamentos junto a pequenos empreendimentos de forma prioritária, conforme diretriz do FNE, promovendo a geração e a desconcentração de emprego e renda.

Os empreendimentos dos portes Micro, Mini, Pequeno e Pequeno-médio, rurais e urbanos, mobilizaram 63% do valor total dos financiamentos contratados no semestre. Nesse grupamento, destaca-se com maior volume de recursos a participação de agricultores familiares (prorafianos) e micro e pequenas empresas (MPEs), expressando a importância desses segmentos na dinâmica econômica regional. Merece destaque também o crescimento nominal de 9,9% nas contratações com o porte Mini, de 6,3% com o Micro e de 2,9% com Pequeno-Médio, se comparado ao mesmo período de 2015.

**Gráfico 1 - Banco/FNE 2016: Financiamentos por Porte de Beneficiário (R\$ milhões)**



Fonte: Ambiente de Políticas de Desenvolvimento – Banco do Nordeste (2016)

O financiamento a projetos no semiárido totalizou R\$ 1.977,4 milhões, montante que representa 76,7% do valor programado para o ano, sendo 5,6% superior ao realizado no mesmo período em 2015, crescimento gerado principalmente por elevação nos financiamentos a médio, grande e micro empreendedores, nessa ordem.

O volume de financiamentos nas microrregiões prioritárias (Baixa Renda, Estagnada, Dinâmica) da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) atingiu um total de R\$ 4.639,6 milhões, cerca de 86,6% dos financiamentos totais com o FNE no primeiro semestre, acima portanto da meta de 70% dos financiamentos previstos para essas microrregiões.

Contribuíram para esse resultado ações como os eventos do FNE Itinerante, focados na divulgação, de maneira prática e objetiva, das possibilidades de financiamento com recursos do FNE às micro e pequenas empresas (MPEs) e aos microempreendedores individuais (MEIs). Realizados prioritariamente em municípios que atendem a critérios coadunados às prioridades espaciais da PNDR, no primeiro semestre foram realizados 144 encontros, de um total de 220 previstos para o exercício, envolvendo um público geral, desde o início dos eventos em 2010, de cerca de 46.000 participantes.

As sete Mesorregiões Diferenciadas e as duas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) são também espaços de atenção especial na PNDR e objeto da política de financiamento do FNE, tendo alcançado financiamentos de, respectivamente, R\$ 1.151,1 milhões e R\$ 171,7 milhões, perfazendo um total de R\$ 1.322,8 milhões, montante 8,7% superior ao mesmo semestre de 2015.

### **5.2.3 Eficiência Operacional**

A eficiência operacional diz respeito à gestão conjunta das despesas administrativas em contraponto às margens financeiras e receitas de prestação de serviços. Comparando-se o primeiro semestre de 2016 com o mesmo período no ano anterior é possível identificar uma significativa melhoria do desempenho do Banco do Nordeste neste indicador, pois foi alcançado um índice de 76,9% no primeiro semestre deste ano, que é 18,6 pontos percentuais melhor que os 95,5% atingidos no primeiro semestre de 2015.

A melhoria da eficiência teve como principais fatores o aumento das margens financeiras na ordem de R\$ 545,2 milhões, destacando-se o desempenho do Crediamigo e a redução de R\$ 282,0 milhões nos aprovisionamentos para fazer face ao risco de crédito das operações, em comparação ao mesmo período de 2015. Destaca-se ainda um crescimento de R\$ 22,7 milhões nas Receitas de Prestação de Serviços que atingiram R\$ 1,05 bilhão no primeiro semestre de 2016.

Em relação às despesas administrativas, houve um crescimento de 17,1% em relação ao mesmo período de 2015, representado por R\$ 204,2 milhões. Além da inflação do período, os seguintes fatores contribuíram para o crescimento das despesas: aumento salarial do último acordo coletivo; aumento de 281 colaboradores no número médio de funcionários ativos; aumento das despesas administrativas e de pessoal decorrentes da expansão da rede de agências; aumento nos custos operacionais decorrentes da ampliação dos programas Crediamigo e Agroamigo. Ressalta-se que ocorreram reduções de despesas em itens importantes da estrutura de custos administrativos, destacando-se: propaganda e



publicidade; informações sobre clientes; promoções e relações públicas; doações, patrocínios, baixa de bens e diárias em serviços.

**Tabela 8 – Eficiência Operacional (R\$ milhões)**

Itens	30.06.15	30.06.16	Variação
Margem Financeira (a)	215,5	760,7	253,0%
Receitas de Prestação de Serviços (b)	1.033,6	1.056,3	2,2%
Despesas Administrativas Totais (c)	1.192,9	1.397,1	17,1%
<b>Eficiência Operacional [c/(a+b)]</b>	<b>95,5%</b>	<b>76,9%</b>	<b>18,6%</b>

Fonte: Ambiente de Controladoria – Banco do Nordeste (2016)

### 5.3 Desempenho por Segmento

#### 5.3.1 Agricultura Familiar

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é o programa do Governo Federal para apoiar o segmento econômico da agricultura familiar. O Banco do Nordeste é o principal agente financeiro do Pronaf no Nordeste, contando com uma carteira ativa no valor de R\$ 8,2 bilhões, o que corresponde a 1,7 milhão de operações

No primeiro semestre de 2016, o Banco contratou 253,3 mil financiamentos com agricultores familiares, envolvendo recursos da ordem de R\$ 1,2 bilhão, alcançando 105% da meta estabelecida para o período. Do total dos recursos, 68,2% foram destinados a financiamentos na região semiárida. Comparando o resultado obtido no primeiro semestre de 2016 com o de 2015, houve aumento de 9% no volume de recursos aplicados e na quantidade de operações contratadas no segmento. Estão incluídas nessas informações as operações realizadas pela metodologia de microcrédito rural (Programa Agroamigo).

#### 5.3.2 Programa de Crédito Fundiário

O Banco do Nordeste financia a aquisição de propriedades rurais para agricultores familiares não proprietários ou com acesso precário à terra por meio dos programas de financiamento Combate à Pobreza Rural (CPR) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), ambos integrantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

No primeiro semestre de 2016, pelo programa Combate à Pobreza Rural foram contratadas 241 operações, envolvendo recursos da ordem de R\$ 15,7 milhões, sendo 212 operações no valor total de R\$ 6,5 milhões destinados a aquisições de imóveis rurais (Subprojeto de Aquisição de Terra - SAT) e 29 operações no valor total de R\$ 9,2 milhões referentes ao Subprojeto de Investimentos Comunitários (SIC). Adicionalmente, por meio do programa Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), foram contratadas 9 operações, no valor total de R\$ 601,5 mil, destinadas à aquisição de imóveis rurais e construção de infraestrutura produtiva.

### **5.3.3 Pequeno e Miniprodutor Rural**

No primeiro semestre de 2016, o Banco do Nordeste contratou 3.532 operações de crédito com os clientes do segmento Pequeno e Mini Produtor Rural, pessoa física, o que representa um aumento de 7% em relação às contratações realizadas no mesmo período de 2015. Os recursos aplicados, oriundos do FNE, correspondem a R\$ 557,4 milhões, superando a meta estabelecida para o período em 22,2%. O incremento em relação ao primeiro semestre de 2015 é de 16%.

### **5.3.4 Microfinança Rural**

O Agroamigo, microcrédito rural do Banco do Nordeste, lançado em 2005, tem como premissa a concessão de crédito orientado e acompanhado aos agricultores familiares, utilizando metodologia própria, específica às condições do meio rural, por meio do Pronaf.

No primeiro semestre de 2016, o Banco do Nordeste financiou pelo Agroamigo R\$ 998,3 milhões, o que representa um crescimento de 9,6% em relação aos valores contratados no primeiro semestre de 2015. O Programa contratou 242,6 mil operações, atingindo uma carteira ativa de R\$ 3,5 bilhões e mais de 1,05 milhão de clientes, dos quais aproximadamente 990 mil clientes possuem conta-corrente no Banco. O Agroamigo atende aos agricultores familiares por meio de duas modalidades: o Agroamigo Crescer, voltado aos clientes do Pronaf Grupo B e o Agroamigo Mais, para atendimento aos demais grupos do Pronaf, em operações de até R\$ 15 mil, exceto Grupos A e A/C.

### **5.3.5 Microfinança Urbana**

O Crediamigo é o programa de microfinança urbana do Banco do Nordeste. No primeiro semestre de 2016 foram desembolsados R\$ 4,0 bilhões em 2,1 milhões de operações contratadas. Além disso, destacam-se os seguintes resultados obtidos:

- 16,9 mil desembolsos/dia, 2,2% superior que o mesmo período de 2015;
- Inadimplência de 1,5% da carteira ativa (atraso entre 1 e 90 dias);
- Crescimento de 1,7% no valor total contratado e de 3,9% na quantidade de operações.

### **5.3.6 Micro e Pequena Empresa**

Em 30.06.2016 no apoio creditício às micro e pequenas empresas o Banco do Nordeste alcançou 7,5 bilhões de reais em saldo total de operações, sendo que apenas no primeiro semestre de 2016 foram atendidas 12.102 empresas e foi contratado R\$ 1,1 bilhão em linhas de crédito de longo e curto prazo.

Neste segmento foram financiados R\$ 953,4 milhões com recursos do FNE em 11.993 operações; foram contratados R\$ 196,9 milhões com 'Recursos Internos' distribuídos em 16.153 operações.

### 5.3.7 Empresarial

O segmento empresarial é constituído por clientes que apresentam faturamento anual superior a R\$ 3,6 milhões e até R\$ 200,0 milhões. Ao final de junho de 2016, o Banco alcançou o quantitativo de 7.196 clientes, apresentando um incremento de 4,1% em relação à quantidade de clientes existentes ao final de 2015. Em 2016.1, este segmento apresentou os seguintes resultados:

- Contratações de Crédito Especializado, incluindo operações com recursos do FNE, no valor de R\$ 1,2 bilhão;
- Contratações de Crédito de Curto Prazo e Comércio Exterior no valor de R\$ 751,3 milhões; saldo médio de captação de recursos no valor de R\$ 2,2 bilhões.

### 5.3.8 Corporate

O segmento Corporate é representado por empresas com faturamento bruto anual superior a R\$ 200,0 milhões e é composto por 653 clientes.

Destacam-se neste semestre os seguintes resultados:

- Contratados R\$ 625.102,1 mil com recursos do FNE;
- R\$ 294.176,5 mil contratados com Recursos Externos e Letras de Crédito do Agronegócio (LCA);
- R\$ 62,56 milhões contratados em operações de Crédito Comercial;
- R\$ 3,3 bilhões de saldo médio em captação de recursos.

### 5.3.9 Agronegócio – Pessoa Física

O Banco do Nordeste tem atuação destacada no apoio ao Agronegócio, contribuindo fortemente para o crescimento e consolidação do setor. A modalidade de financiamento do programa Planta Nordeste (custeio rotativo) é o grande diferencial em termos de ferramenta operacional, pois além de figurar como mitigador de risco proporciona agilidade na contratação das operações.

No primeiro semestre de 2016, o Banco do Nordeste contratou 220 operações de crédito com recursos do FNE no segmento Agronegócio Pessoa Física. O montante corresponde a R\$ 535,4 milhões no período.

### 5.3.10 Pessoa Física

O Banco do Nordeste disponibiliza uma ampla cesta de produtos e serviços bancários e de crédito destinada aos clientes de Pessoa Física. No primeiro semestre de 2016, o Banco expandiu a sua base de clientes em 9,8%, captou recursos na ordem de R\$ 2,47 bilhões e contabilizou R\$ 309,3 milhões em saldo médio de operações de Crédito Comercial, o equivalente a 96,4% da meta para o período.

### 5.3.11 Governo

Os clientes do segmento Governo estão representados pelos entes integrantes da administração pública, direta e indireta, com todos os seus respectivos órgãos, com exceção das empresas pertencentes à administração pública indireta, as ditas “não dependentes”, conforme legislação vigente.

O Banco do Nordeste, na qualidade de Agente do Governo Federal, atua como depositário de recursos de convênios e como Mandatário da União nos contratos de repasse provenientes de Transferências Voluntárias do Orçamento Geral da União (OGU) para Estados, Municípios e entidades não governamentais.

Na posição de 30.06.2016, as operações de crédito e captação de recursos neste segmento, alcançaram, respectivamente, o volume de R\$ 1,4 bilhão em saldo devedor e R\$ 839 milhões em saldo de captações, com uma carteira composta de 1.947 clientes.

## 6 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

Como resultado do trabalho de recuperação de crédito, no 1º semestre de 2016, foi recuperado R\$ 1,13 bilhão em créditos dos quais R\$ 238,1 milhões em espécie. Em quantidade, foi regularizado o total de 61.780 operações, sendo 51.024 operações com a fonte FNE e 10.756 com fonte não FNE. Destaque-se a realização do credenciamento de empresas terceirizadas para prestação do serviço de cobrança extrajudicial de créditos inadimplidos e outras dívidas que possibilitarão sensível melhora na recuperação de créditos inadimplidos.

**Quadro 1 - Regularização de Dívidas (R\$ milhões)**

Vr. Reneg.	Vr. em Espécie	Resultado Reg. Dívida	Meta Anual Reg. Dívida	Desemp. Meta Reg. Dívida	Meta Anual Recup. Créd. em Espécie	Desemp. Meta Recup. Créd. em Espécie
892,7	238,1	1.130,8	2.600,0	43,49%	546,0	43,62%

Fonte: Ambiente de Recuperação de Crédito – Banco do Nordeste (2016)

O Banco aguarda a regulamentação da MP-733, editada em 14.06.2016, para iniciar às renegociações ao amparo desse dispositivo. Essa medida provisória autoriza a concessão de rebate para liquidação de dívidas de crédito rural, que pode atingir até 95%, e a repactuação de dívidas rurais, com prazo de dez anos, bônus de adimplência diferenciado e encargos financeiros variáveis de 0,5% a 3,5% ao ano.

Objetivando adequar sua política de recuperação de crédito às práticas de mercado, o Banco do Nordeste realizou o credenciamento de empresas terceirizadas para prestação do serviço de cobrança extrajudicial de créditos inadimplidos e outras dívidas. O processo foi finalizado com a habilitação de 38 empresas e aguarda conclusão de sistema específico para gerenciamento da cobrança extrajudicial.

## 7 RELACIONAMENTOS

## 7.1 Relacionamento com cliente

O relacionamento com o cliente no Banco do Nordeste alicerça-se nos canais de atendimento presencial (agências e unidades de atendimento de microcrédito) e atendimento remoto (ouvidoria, centro de relacionamento, *internet banking*). A gestão do relacionamento com o cliente envolve ações visando melhorar e ampliar os canais de atendimento, a gestão da marca, os patrocínios, os convênios, a ouvidoria e o processo de crédito.

Em relação à expansão dos canais de atendimento, foram inauguradas 11 (onze) agências e 4 (quatro) foram realocadas, e mantidas as obras de construção de mais 14 agências, elevando de 296 para 307 unidades de negócios. Os pontos de atendimento físicos totalizam 982 unidades, considerando agências e as unidades de atendimento de microcrédito.

As transações bancárias realizadas no 1º semestre de 2016 somaram 22,4 milhões, 39% utilizaram canais digitais (*internet e mobile banking*), 30% ocorreram no autoatendimento (próprio e compartilhado) e 7% foram realizadas em POS (*Points of Sales* – compras no cartão). Apenas 24% das transações ocorreram nas agências.

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 921.883 atendimentos no 1º semestre de 2016, representando 11,17% a mais do que no 1º semestre de 2015, prestando serviços de orientação empresarial voltada para negócios, administração de crédito, monitoramento de oportunidades de relacionamento e negócios, monitoramento da segurança bancária, renovação de seguros e atendimento eletrônico.

A pesquisa de satisfação eletrônica realizada com os clientes que contataram o SAC e o canal transacional do Banco em 1º nível obteve nota 95,58.

A Ouvidoria do Banco do Nordeste cumpriu seu papel de prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de seus produtos e serviços, atuando como canal de comunicação entre esse público e a instituição, inclusive no que tange a mediação de conflitos, em conformidade com o disposto na Resolução CMN/BACEN nº 4433/2015.

O Banco do Nordeste alcançou no mês de junho/2016 a melhor colocação no *ranking* de instituições por índice de reclamações do Banco Central do Brasil, no segmento de bancos e financeiras com mais de dois milhões de clientes.

## 7.2 Relacionamento com a Sociedade

Uma gestão compartilhada, por meio de um diálogo contínuo com todas as partes interessadas, é importante para qualquer empresa. Seja para obter o apoio dos diversos atores para o cumprimento de sua missão ou para entender o que o ambiente externo espera da empresa, é necessário conhecer quem são esses públicos que impactam ou que são afetados pela ação do Banco do Nordeste.

O relacionamento com a sociedade é uma função que consiste no conhecimento e na conciliação de interesses da organização com os seus diversos públicos de relacionamento para o cumprimento da sua missão. Para isso, interage com uma grande quantidade de instituições e pessoas. Essa interação faz-se imprescindível para agir em conjunto, compartilhar conhecimentos, construir e aproveitar oportunidades, neutralizar ameaças e traçar as estratégias organizacionais da Instituição. A segmentação dos públicos de

relacionamento do Banco, utilizada em sua comunicação externa, contempla os seguintes grupos: clientes, acionistas, público interno, fornecedores, sociedade e comunidade, governo, instituições de desenvolvimento e indústria bancária.

Assim, a grande maioria dos colaboradores atende, mantém contatos e negocia com diversos públicos no seu dia a dia. Seja em pequenas transações ou em grandes negociações com outras pessoas e organizações, há sempre interesses envolvidos que precisam ser harmonizados. Estar atento a essas questões é importante para que o Banco possa atendê-las, criando valor, ou possa reduzir choques de interesses que divirjam com seus propósitos.

O orçamento do Banco para patrocínio em 2016 é de R\$ 7,8 milhões, sendo R\$ R\$ 3,8 para projetos culturais enquadrados nas Leis de Incentivo à Cultura, e R\$ 4,0 milhões para projetos mercadológicos, institucionais e culturais com verba orçamentária. Foram liberados no primeiro semestre de 2016 recursos de R\$ 1,1 milhão para 80 projetos.

**Tabela 9 – Projetos patrocinados, por modalidade e fonte – 1º Sem. 2016**

Recursos Orçamentários	Edital Merc./Inst. 2015	332.837,58	30
	Escolha Direta	677.371,50	47
		<b>1.010.209,08</b>	<b>77</b>
Leis de Incentivo	Edital Cultural 2015	75.000,00	2
	Escolha Direta	30.000,00	1
		<b>105.000,00</b>	<b>3</b>
<b>Total geral</b>		<b>1.115.209,08</b>	<b>80</b>

Fonte: Ambiente de Marketing – Banco do Nordeste (2016)

Foram lançados no primeiro semestre, dois editais para seleção de projetos. No edital mercadológico/institucional foram selecionados 125 projetos, no valor de R\$ 2.179.000,00, para contratação no período entre junho de 2016 a junho de 2017.

A seleção pública de projetos culturais com enquadramento na Lei *Roaunet* encontra-se na fase de pré-seleção de projetos, e serão selecionados projetos para contratação em 2016 e 2017.

### **7.3 Relacionamento com empregados**

O Banco do Nordeste, na posição de 30 de junho de 2016 possui 7.225 empregados. Destaca-se a oportunidade dada a diversos jovens, com base na Lei da Aprendizagem Profissional nº 10.097 e na Lei de Estágio nº 11.788, para promover a formação técnico-profissional dos 392 Bolsistas de Nível Médio, 697 Bolsistas de Nível Superior e 277 Jovens Aprendizes existentes em seu quadro.

Neste período, a Universidade Corporativa ofertou e realizou 22.883 oportunidades de capacitação, entre programas de educação à distância, cursos presenciais e educação formal. Além disto, 100 novas oportunidades de educação formal, das quais 40 para programas de graduação, 55 para especialização e *Master of Business Administration* (MBA) e 5 para Mestrado foram disponibilizadas aos funcionários do Banco.

Para atender à regulamentação do Banco Central do Brasil, por meio da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o Banco conta com 3.576 empregados com a Certificação Profissional CPA-10 e 621 com a CPA-20.

Em relação à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro (PLD), exigência do Banco Central, o Banco do Nordeste capacitou 99,60% dos seus empregados até junho de 2016.

Em 30 de junho de 2016 foi aperfeiçoada a Política de Concorrência Interna. Trata-se de um marco, pois uma política delimitada permite que o processo seja executado de forma mais transparente e meritocrática.

#### **7.4 Relacionamento com fornecedores e parceiros**

O Banco adaptou seus editais e contratos administrativos, que tratam de compras de produtos e serviços, adotando cláusulas com exigência de observância, pela empresa contratada, de procedimento de vedação de nepotismo, em continuidade aos processos de integridade e conduta ética.

### **8 TECNOLOGIA**

---

Por meio do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (Peti) é realizado o planejamento das ações e inversões necessárias para a manutenção e modernização do parque tecnológico do Banco do Nordeste (*software e hardware*). O montante do orçamento realizado totalizou, no 1º semestre ano de 2016, R\$ 102,7 milhões, sendo R\$ 96,5 milhões em despesas e R\$ 6,2 milhões em investimentos.

Destacam-se as seguintes atividades executadas neste semestre:

- Implantação do Projeto de Gerenciamento de Capacidade e Disponibilidade;
- Encerramento do Plano de Estabilização de Sistemas e de Infraestrutura (Pesi);
- Início do projeto de Adoção de Metodologias Ágeis;
- Conclusão de 11 projetos voltados para soluções de suporte aos negócios do Banco, dentre os quais: NEL *Mobile* 2.0; Controle de Jornada; Automatização das Movimentações Financeiras - SICONV e Cadastro Positivo.

### **9 ENTIDADES DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉDICA DOS EMPREGADOS**

---

#### **9.1 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Capef**

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste - Capef administra um patrimônio, ao final do primeiro semestre de 2016, de R\$ 3,90 bilhões, com 12.036 participantes e beneficiários assistidos em dois planos previdenciários: Plano BD e Plano CVI.

O Plano BD, com patrimônio de R\$ 3,42 bilhões, encerrou o primeiro semestre de 2016 com 1.754 participantes ativos, 3.703 aposentados e 1.181 pensionistas e obteve, no mesmo período, uma rentabilidade de 7,83% equivalente a 99,11% da sua meta atuarial de 7,90%

(INPC + 5,50% ao ano). O principal motivo do não alcance da meta, nesse período, deveu-se à diferença ocorrida entre a variação do índice que corrige a meta atuarial (INPC – 5,09%) e o índice que corrige os principais títulos da carteira de investimentos do plano (IPCA – 4,42%).

O Plano CV I, com patrimônio de R\$ 487 milhões, possui um público de 5.291 participantes ativos, 91 aposentados e 16 pensionistas, o qual representa um percentual de 78% de adesão de todo o seu público-alvo. No período de janeiro a junho de 2016, esse plano obteve uma rentabilidade de 8,18%, equivalente a 113,61% de sua meta atuarial de 7,20% (IPCA + 5,50% ao ano). Esse resultado foi alcançado devido à estratégia de alocação dos investimentos em títulos públicos indexados ao IPCA, com taxas acima da meta atuarial.

## **9.2 Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste - Camed**

A Caixa de Assistência, criada em 1979, faz parte da política de recursos humanos do Banco do Nordeste e é integrante do Grupo Camed, que conta ainda com a Camed Corretora de Seguros e a Creche Paulo VI.

A Camed Saúde dispõe de uma carteira de 39.001 beneficiários e está presente nas regiões Nordeste e Sudeste, além do Distrito Federal. A receita operacional acumulada da Camed Saúde nos seis primeiros meses de 2016 foi de R\$ 93,4 milhões, com crescimento de 11% se comparado com o mesmo período do ano de 2015.

A Camed Corretora está presente em todo o Brasil, por intermédio das Agências do Banco, e encerrou o primeiro semestre de 2016 com previsão de R\$ 16,4 milhões em receita de comissão, 6% de crescimento sobre igual período de 2015.

## **10 INFORMAÇÕES LEGAIS**

---

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 381/03, de 14.01.2003, o Banco do Nordeste informa que a *Ernst & Young* Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro semestre de 2016, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.



**BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.**  
SEDE: AV. DR. SILAS MUNGUBA, 5700 - FORTALEZA - CEARÁ  
CAPITAL ABERTO - C.N.P.J. nº 07.237.373/0001-20

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

**A T I V O**

		30.06.2016	30.06.2015
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>19.129.631</b>	<b>23.973.935</b>
DISPONIBILIDADES .....	(Nota 5)	233.478	201.214
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ .....	(Nota 6.a)	8.477.049	9.606.779
Aplicações no Mercado Aberto .....		8.477.049	9.515.682
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros.....		-	91.097
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	2.464.678	5.958.963
Carteira Própria .....		1.091.224	3.669.364
Vinculados a Compromissos de Recompra.....		1.083.347	1.670.791
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		-	408.451
Vinculados à Prestação de Garantias .....		290.107	210.357
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		254.110	252.757
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar.....		71.716	87.952
Créditos Vinculados:			
Depósitos no Banco Central .....	(Nota 8.a)	179.888	161.356
Repasses Interfinanceiros.....		1.552	1.497
Correspondentes.....		954	1.952
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS .....		150	172
Transferências Internas de Recursos.....		150	172
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		4.891.572	5.146.040
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	5.378.613	5.886.323
Setor Público.....		227.438	203.812
Setor Privado .....		5.151.175	5.682.511
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(487.041)	(740.283)
OUTROS CRÉDITOS.....		2.773.463	2.775.856
Créditos por Avais e Fianças Honrados .....	(Nota 10.a)	-	50
Carteira de Câmbio .....	(Nota 10.b)	604.342	892.144
Rendas a Receber .....	(Nota 10.c)	13.640	14.829
Negociação e Intermediação de Valores .....	(Nota 10.d)	12	4
Diversos .....	(Nota 10.e)	2.348.463	2.018.181
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.f)	(192.994)	(149.352)
OUTROS VALORES E BENS .....		35.131	32.154
Outros Valores e Bens .....		14.363	10.964
(Provisões para Desvalorizações) .....		(615)	(638)
Despesas Antecipadas .....		21.383	21.828
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>23.320.715</b>	<b>16.370.173</b>
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS .....	(Nota 7)	15.960.204	8.990.978
Carteira Própria.....		15.513.625	8.364.634
Vinculados a Compromissos de Recompra .....		48.554	119.524
Instrumentos Financeiros Derivativos.....		374.454	360.791
Vinculados à Prestação de Garantias .....		23.571	146.029
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS .....		61.673	58.286
Créditos Vinculados:			
Tesouro Nacional - Recursos do Crédito Rural.....		-	17
SFH - Sistema Financeiro da Habitação .....	(Nota 8.a)	61.673	56.773
Repasses Interfinanceiros.....		-	1.496
OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....		6.522.087	6.842.651
Operações de Crédito .....	(Nota 9.a)	7.045.634	7.194.263
Setor Público .....		1.190.372	1.246.893
Setor Privado .....		5.855.262	5.947.370
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 9.a)	(523.547)	(351.612)
OUTROS CRÉDITOS .....		776.751	478.258
Créditos por Avais e Fianças Honrados .....	(Nota 10.a)	-	50
Rendas a Receber .....	(Nota 10.c)	18.048	18.049
Diversos .....	(Nota 10.e)	805.662	506.692
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) .....	(Nota 10.f)	(46.959)	(46.533)
<b>PERMANENTE</b> .....	(Nota 12)	<b>230.330</b>	<b>228.907</b>
INVESTIMENTOS .....		1.898	1.879
Outros Investimentos.....		7.201	7.182
(Provisão para Perdas) .....		(5.303)	(5.303)
IMOBILIZADO DE USO .....		211.373	210.345
Imóveis de Uso .....		170.087	167.682
Reavaliações de Imóveis de Uso.....		107.628	107.628
Outras Imobilizações de Uso .....		280.289	253.770
(Depreciações Acumuladas) .....		(346.631)	(318.735)
INTANGÍVEL .....		17.056	16.610
Ativos Intangíveis.....		17.056	16.610
DIFERIDO .....		3	73
Gastos de Organização e Expansão.....		284	383
(Amortização Acumulada).....		(281)	(310)
<b>TOTAL DO ATIVO</b> .....		<b>42.680.676</b>	<b>40.573.015</b>

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015  
Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

**PASSIVO**

		<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
<b>CIRCULANTE</b> .....		<b>14.272.806</b>	<b>14.757.019</b>
DEPÓSITOS .....	(Nota 13.b)	5.556.136	5.620.477
Depósitos a Vista.....		328.953	220.601
Depósitos de Poupança.....		1.866.819	1.896.302
Depósitos Interfinanceiros.....		1.086.619	1.090.322
Depósitos a Prazo.....		2.273.745	2.413.252
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO .....	(Nota 13.c)	1.156.103	1.735.149
Carteira Própria.....		1.082.848	1.670.578
Carteira de Terceiros.....		73.255	64.571
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS .....	(Nota 15)	271.844	1.125.415
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....		264.087	181.567
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		7.757	943.848
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS.....		55.105	59.311
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar.....		55.105	59.311
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS.....		5.619	4.026
Recursos em Trânsito de Terceiros.....		5.561	3.957
Transferências Internas de Recursos.....		58	69
OBRIGAÇÕES POR EMPRESTIMOS .....	(Nota 14.b)	606.818	1.136.037
Empréstimos no Exterior.....		606.818	1.136.037
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS .....	(Nota 14.c)	152.824	151.710
Tesouro Nacional.....		250	605
BNDES.....		126.332	123.088
FINAME.....		26.242	28.017
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR .....	(Nota 14.d)	139.111	133.785
Repasses do Exterior.....		139.111	133.785
OUTRAS OBRIGAÇÕES .....		6.329.246	4.791.109
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados .....	(Nota 16.a)	43.894	55.054
Carteira de Câmbio .....	(Nota 16.b)	10.557	15.657
Sociais e Estatutárias .....	(Nota 16.c)	70.220	47.063
Fiscais e Previdenciárias .....	(Nota 16.d)	423.966	327.462
Negociação e Intermediação de Valores .....	(Nota 16.e)	693	101
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento .....	(Nota 16.f)	3.394.496	2.852.442
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida .....	(Nota 17)	-	42.369
Diversas .....	(Nota 16.i)	2.385.420	1.450.961
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b> .....		<b>25.372.675</b>	<b>22.949.288</b>
DEPÓSITOS .....	(Nota 13.b)	4.538.156	5.908.402
Depósitos Interfinanceiros.....		141.985	191.802
Depósitos a Prazo.....		4.396.171	5.716.600
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO .....	(Nota 13.c)	48.034	118.904
Carteira Própria.....		48.034	118.904
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS .....	(Nota 15)	960.008	937.311
Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior.....		960.008	937.311
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAIS-INSTITUIÇÕES OFICIAIS .....	(Nota 14.c)	1.565.859	1.540.202
Tesouro Nacional.....		194	-
BNDES.....		1.462.390	1.413.958
FINAME.....		103.275	126.244
OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR .....	(Nota 14.d)	681.304	790.030
Repasses do Exterior.....		681.304	790.030
OUTRAS OBRIGAÇÕES .....		17.579.314	13.654.439
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento .....	(Nota 16.f)	11.785.391	7.672.026
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida .....	(Nota 17)	-	1.353.988
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital .....	(Nota 18)	1.898.225	1.691.087
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital.....	(Nota 16.i)	1.000.000	-
Diversas.....		2.895.698	2.937.338
<b>PATRIMÓNIO LÍQUIDO</b> .....		<b>3.035.195</b>	<b>2.866.708</b>
CAPITAL .....		2.844.000	2.844.000
De Domiciliados no País.....		2.844.000	2.844.000
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO.....		15.556	18.232
RESERVAS DE LUCROS.....		771.046	485.245
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL .....		(595.407)	(480.769)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b> .....		<b>42.680.676</b>	<b>40.573.015</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**  
Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015

Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

	1º SEM/2016	1º SEM/2015
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>2.545.252</b>	<b>2.772.491</b>
Operações de Crédito.....	1.041.458	1.021.123
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários .....	1.695.757	1.364.621
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos .....	(255.902)	230.023
Resultado de Operações de Câmbio .....	43.137	145.870
Resultado das Aplicações Compulsórias .....	20.802	10.854
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>(1.935.107)</b>	<b>(2.407.090)</b>
Operações de Captação no Mercado.....	(686.500)	(964.089)
Operações de Empréstimos e Repasses.....	(907.285)	(901.103)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	(341.322)	(541.898)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA.....</b>	<b>610.145</b>	<b>365.401</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS .....</b>	<b>(273.228)</b>	<b>(267.565)</b>
Receitas de Prestação de Serviços.....	1.073.029	1.054.776
Rendas de Tarifas Bancárias.....	29.345	23.879
Despesas de Pessoal:		
Despesas de Pessoal.....	(857.602)	(731.165)
Benefícios Pós-Emprego.....	(764.359)	(657.607)
Benefícios Pós-Emprego.....	(93.243)	(73.558)
Outras Despesas Administrativas.....	(534.661)	(463.018)
Despesas Tributárias.....	(142.768)	(128.119)
Outras Receitas Operacionais.....	1.320.787	776.674
Outras Despesas Operacionais.....	(1.161.358)	(800.592)
<b>RESULTADO OPERACIONAL .....</b>	<b>336.917</b>	<b>97.836</b>
<b>RESULTADO NAO OPERACIONAL.....</b>	<b>205</b>	<b>1.304</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES.....</b>	<b>337.122</b>	<b>99.140</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>(96.367)</b>	<b>92.213</b>
Provisão para Imposto de Renda.....	(88.424)	(99.012)
Provisão para Contribuição Social .....	(69.868)	(62.412)
Ativo Fiscal Diferido.....	61.925	253.637
<b>PARTICIPAÇÕES ESTATUTARIAS NO LUCRO.....</b>	<b>(15.191)</b>	<b>(33.225)</b>
<b>LUCRO LIQUIDO.....</b>	<b>225.564</b>	<b>158.128</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PROPRIO.....</b>	<b>(54.012)</b>	<b>(53.165)</b>
Nº de Ações (em mil) .....	86.371	86.371
Lucro Líquido por Ação Básico/Diluído (em R\$).....	2,61	1,83

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LIQUIDO

Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015

Direção Geral e Agências no País  
(Valores em R\$ Mil)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO		RESERVAS DE REAVLIAÇÃO	RESERVAS DE LUCROS			AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
	CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL	ATIVOS PRÓPRIOS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	OUTRAS			
<b>SALDOS EM 31.12.2014</b> .....	2.437.000	407.000	19.394	185.439	462.009	40.463	(183.496)	-	3.367.809
REVERSÕES DE RESERVAS:									
Reservas de Lucros.....					(283.648)			283.648	-
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL									
Ajuste de TVM.....							(4.123)		(4.123)
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(293.150)		(293.150)
AUMENTO DE CAPITAL:									
Proveniente de Reservas:									
Incorporação ao Capital por homologação.....	407.000	(407.000)							-
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....			(1.162)					1.162	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								158.128	158.128
Destinações:									
Reservas.....				7.907	98.219			(106.126)	-
Dividendos e JCP .....								(37.845)	(37.845)
Dividendos Adicionais Propostos (Dividendos e JCP).....								(15.319)	-
Provisão para Dividendos/JCP-Exercício 2014.....								(283.648)	(324.111)
<b>SALDOS EM 30.06.2015</b> .....	2.844.000	-	18.232	193.346	276.580	15.319	(480.769)	-	2.866.708
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE</b> .....	407.000	(407.000)	(1.162)	7.907	(185.429)	(25.144)	(297.273)	-	(501.101)
<b>SALDOS EM 31.12.2015</b> .....	2.844.000	-	16.621	200.726	397.703	-	(615.864)	-	2.843.186
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL:									
Ajuste de TVM.....							117.384		117.384
Ganhos ou Perdas Atuariais.....							(96.927)		(96.927)
OUTROS EVENTOS:									
Reavaliação de Ativos:									
Realização de Reservas (Líquido dos Efeitos Tributários).....			(1.065)					1.065	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE.....								225.564	225.564
Destinações:									
Reservas.....				11.278	161.339			(172.617)	-
Provisão para Dividendos/JCP .....								(54.012)	(54.012)
<b>SALDOS EM 30.06.2016</b> .....	2.844.000	-	15.556	212.004	559.042	-	(595.407)	-	3.035.195
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE</b> .....	-	-	(1.065)	11.278	161.339	-	20.457	-	192.009

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2016	30.06.2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro Líquido do Período</b> .....	<b>225.564</b>	<b>158.128</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido:</b>		
Despesas de Depreciação e Amortização.....	21.397	20.107
Reversão para Desvalorização de Outros Valores e Bens.....	(10)	(55)
Provisão líquida para Créditos de Liquidação Duvidosa .....	338.833	409.441
Provisão líquida para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa .....	2.489	132.457
Provisão líquida para Passivos Contingentes (Riscos do FNE) .....	428.811	513.804
Provisão líquida para Passivos Contingentes (Riscos do FDNE) .....	17	24
Provisão líquida para Passivos Contingentes.....	78.573	47.277
Provisão líquida (Benefícios pós-emprego) .....	92.813	73.558
Provisão para Atlvo Fiscal Diferido.....	61.925	253.637
Provisão para Perdas em Créditos Vinculados-SFH.....	14.544	(132)
Constituição/Reversão de Provisões Operacionais .....	13.282	(108.011)
<b>Lucro Líquido Ajustado</b> .....	<b>1.278.238</b>	<b>1.500.235</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(5.484)	(79.168)
Relações Interfinanceiras e Interdependências .....	(58.828)	144.593
Operações de Crédito.....	447.418	(661.835)
Outros Créditos.....	297.658	(464.180)
Outros Valores e Bens.....	(3.036)	(3.836)
Depósitos.....	(656.455)	(396.548)
Captações no Mercado Aberto .....	(467.106)	97.706
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(187.620)	376.764
Obrigações por Empréstimos e Repasses.....	(644.495)	206.811
Instrumentos Financeiros Derivativos.....	236.021	(261.955)
Outras Obrigações.....	2.670.443	1.783.312
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos.....	(212.107)	(116.165)
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para Venda.....	(6.216.247)	(385.190)
<b>CAIXA GERADO/UTILIZADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b> .....	<b>(3.521.600)</b>	<b>1.740.544</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Inversões em Investimentos.....	(32)	-
Inversões em Imobilizado de Uso.....	(20.663)	(19.850)
Inversões em Intangível.....	(446)	(204)
Inversões em Bens Não de Uso Próprio.....	(153)	(638)
Alienação de Imobilizado de Uso.....	3.903	798
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	63	49
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b> .....	<b>(17.328)</b>	<b>(19.845)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos.....	(17.722)	(433.835)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida.....	(393.390)	-
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b> .....	<b>(411.112)</b>	<b>(433.835)</b>
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(3.950.040)</b>	<b>1.286.864</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
No Início do Período.....	12.587.311	8.365.461
No Fim do Período.....	8.637.271	9.652.325
<b>Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa</b> .....	<b>(3.950.040)</b>	<b>1.286.864</b>

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**  
**Semestres Findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015**

Direção Geral e Agências no País

(Valores em R\$ Mil)

	<b>30.06.2016</b>	<b>%</b>	<b>30.06.2015</b>	<b>%</b>
<b>RECEITAS</b>	<b>3.465.938</b>		<b>3.286.635</b>	
Intermediação Financeira	2.545.252		2.772.491	
Prestações de Serviços e Tarifas Bancárias	1.102.374		1.078.655	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(341.322)		(541.898)	
Outras Receitas/Despesas	159.634		(22.613)	
<b>DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(1.593.785)</b>		<b>(1.865.192)</b>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(494.581)</b>		<b>(427.652)</b>	
Materiais, Energia e Outros	(42.050)		(35.075)	
Serviços de Terceiros	(257.971)		(227.347)	
<b>Outras</b>	<b>(194.560)</b>		<b>(165.230)</b>	
Processamento de Dados e Telecomunicações	(111.252)		(87.598)	
Propaganda, Promoções e Publicações	(6.712)		(16.447)	
Transportes	(13.360)		(12.085)	
Segurança	(26.778)		(22.625)	
Viagens	(6.710)		(5.866)	
Outras	(29.748)		(20.609)	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>1.377.572</b>		<b>993.791</b>	
<b>RETENÇÕES</b>	<b>(21.397)</b>		<b>(20.107)</b>	
Depreciação, amortização e exaustão	(21.397)		(20.107)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>1.356.175</b>		<b>973.684</b>	
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>1.356.175</b>		<b>973.684</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>1.356.175</b>		<b>973.684</b>	
<b>PESSOAL</b>	<b>753.576</b>	<b>55,6</b>	<b>660.269</b>	<b>67,8</b>
<b>REMUNERAÇÃO DO TRABALHO</b>	<b>527.929</b>	<b>38,9</b>	<b>473.027</b>	<b>48,6</b>
Proventos	512.738		439.802	
Participação nos lucros	15.191		33.225	
<b>BENEFÍCIOS</b>	<b>186.655</b>	<b>13,8</b>	<b>153.913</b>	<b>15,8</b>
Provisões (Benefícios pós-emprego)	93.243		73.558	
Benefícios - Outros	93.412		80.355	
<b>FGTS</b>	<b>38.992</b>	<b>2,9</b>	<b>33.329</b>	<b>3,4</b>
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>358.352</b>	<b>26,4</b>	<b>140.028</b>	<b>14,4</b>
Federais	344.436		125.790	
Estaduais	17		27	
Municipais	13.899		14.211	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS</b>	<b>18.683</b>	<b>1,4</b>	<b>15.259</b>	<b>1,6</b>
Aluguéis	18.683		15.259	
<b>REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>225.564</b>	<b>16,6</b>	<b>158.128</b>	<b>16,2</b>
<b>JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>54.012</b>	<b>4,0</b>	<b>53.165</b>	<b>5,5</b>
União	27.546		27.114	
Outros	26.466		26.051	
<b>LUCROS RETIDOS NO PERÍODO</b>	<b>171.552</b>	<b>12,6</b>	<b>104.963</b>	<b>10,8</b>

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015

### Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

#### Índice das Notas Explicativas

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5- Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Participação nos Lucros e Resultados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Benefícios Pós-Emprego
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste- FNE
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 12- Permanente	Nota 28- Gerenciamento de Risco e Índice de Basileia
Nota 13- Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas	Nota 29- Partes Relacionadas
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	Nota 30- Demonstração do Resultado Abrangente
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	Nota 31- Outras Informações
Nota 16- Outras Obrigações	

#### NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, e tem por missão: "Atuar como o Banco de Desenvolvimento da Região Nordeste". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). Possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

#### NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638 e 11.941, de, respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), Banco Central do Brasil (Bacen) e Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução nº 4.144, de 27.09.2012, do CMN);
- CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis (Deliberação CVM nº 640, de 07.10.2010);

- CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 12 – Ajuste a Valor Presente (Deliberação CVM nº 564, de 17.12.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011, do CMN);
- CPC 24 – Eventos Subsequentes (Resolução nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução nº 4.424, de 25.06.2015, do CMN); e
- CPC 41 – Resultado por Ação (Deliberação CVM nº 636, de 06.08.2010).

### **NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**

#### **a) Moeda Funcional**

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do Banco é o Real.

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio média em vigor na data da transação, permanecendo os ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada período, os ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio média, sendo as variações reconhecidas no resultado.

#### **b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo o regime de competência, e considerando o critério "pro rata temporis".

#### **c) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, estando os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

#### **d) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação e apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

#### **e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez**

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

#### **f) Títulos e Valores Mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

**Títulos para Negociação:** são aqueles adquiridos com a finalidade de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

**Títulos Disponíveis para Venda:** são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

**Títulos Mantidos até o Vencimento:** são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.



A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

#### **g) Instrumentos Financeiros Derivativos**

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de *swap* são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes e são avaliadas pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços semestrais. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas. No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela BM&FBovespa.

##### ***Hedge Accounting***

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior por meio do *Eurobonds – Senior Unsecured Notes* de longo prazo, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores do principal captado e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos Instrumentos Financeiros Derivativos designados como proteção, o item objeto de *hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção é reconhecida no resultado, ao passo que o ajuste a valor de mercado do item objeto de *hedge* é registrado como parte do seu valor contábil, sendo também reconhecido no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessa operação, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante toda a operação estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade da operação. Um *hedge* é esperado a ser altamente efetivo se a variação no valor de mercado ou fluxo de caixa atribuído do instrumento de *hedge* compensa as variações no valor de mercado do item objeto de *hedge*, num intervalo entre 80% a 125%.

#### **h) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa**

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como risco de nível H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco de nível H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

#### **i) Despesas Antecipadas**

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes.

#### **j) Permanente**

Investimentos: estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso: está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%. Os Imóveis de Uso estão acrescidos do valor da reavaliação.

Intangível: composto pelos desembolsos para aquisição de direitos de *software* que, no momento, encontra-se em fase de implantação, com vida útil estimada em 10 anos, a partir da data de sua

disponibilidade para uso, e terá amortização linear. Quando aplicável, será ajustado por perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Diferido: contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logiciais adquiridos até 30.09.2008, e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN nº 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

#### **k) Tributos**

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 no exercício) e a CSLL à alíquota de 20% (até 31.08.2015 a alíquota era de 15%, a partir de 01.09.2015 passa a ser de 20% até 31.12.2018, em conformidade com o estabelecido na MP nº 675 de 21.05.2015, convertida na Lei nº 13.169 de 06.10.2015) depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos fiscais diferidos são calculados sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, decorrentes de provisões para perdas de crédito, provisões para benefícios pós-emprego e ajustes aos valores de mercado de títulos e valores mobiliários, de instrumentos financeiros derivativos, de item objeto de hedge e sobre a provisão para a ação trabalhista de equiparação de funções ao Banco do Brasil.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

#### **l) Benefícios a Empregados**

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos "benefício definido" e "contribuição variável", plano de assistência médica, do tipo "benefício definido" e seguro de vida em grupo, do tipo "benefício definido".

Para os planos do tipo "benefício definido" e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto que os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio Líquido.

As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado.

#### **m) Depósitos e Captações no Mercado Aberto**

Os depósitos e captações no mercado aberto são reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério "*pro-rata-die*".

#### **n) Redução ao Valor Recuperável de Ativos (*Impairment*)**

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

#### **o) Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes, dos passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e em conformidade com a Carta Circular nº 3.429, de 11.02.2010, do Bacen.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente

segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

Os ativos e os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

**p) Dívidas Subordinadas**

As dívidas subordinadas estão registradas pelo custo de aquisição, atualizadas pela taxa extramercado divulgada pelo Bacen quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

**q) JCP e Dividendos**

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os Juros sobre o Capital Próprio(JCP) poderão ser imputados aos dividendos mínimos obrigatórios.

**r) Uso de estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

**s) Resultado por Ação**

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

**NOTA 4 – Informações por Segmento**

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

**a) Carteira Própria** – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

**b) FNE** – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os semestres findos em 30.06.2016 e 30.06.2015.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	01.01 a 30.06.2016			01.01 a 30.06.2015		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
<b>Receitas</b>	<b>2.338.651</b>	<b>1.527.593</b>	<b>3.866.244</b>	<b>2.378.173</b>	<b>1.172.297</b>	<b>3.550.470</b>
Receitas de Operações de Crédito	1.041.458	-	1.041.458	1.021.123	-	1.021.123
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	789.410	906.347	1.695.757	790.881	573.740	1.364.621
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(255.902)	-	(255.902)	230.023	-	230.023
Resultado de Operações de Câmbio	43.137	-	43.137	145.870	-	145.870
Resultado de Aplicações Compulsórias	20.802	-	20.802	10.854	-	10.854
Outras Receitas	699.746	621.246	1.320.992	179.422	598.557	777.979
<b>Despesas</b>	<b>(1.040.798)</b>	<b>(1.324.715)</b>	<b>(2.365.513)</b>	<b>(1.860.102)</b>	<b>(1.062.064)</b>	<b>(2.922.166)</b>
Despesas de Captação no Mercado	(686.500)	-	(686.500)	(964.089)	-	(964.089)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(12.976)	(894.309)	(907.285)	(353.189)	(547.914)	(901.103)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(341.322)	(428.811)	(770.133)	(541.898)	(513.804)	(1.055.702)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)	-	(947)	(947)	(926)	-	(926)
Provisão Proagro a Receber	-	(648)	(648)	-	(346)	(346)
<b>Margem Financeira</b>	<b>1.297.853</b>	<b>202.878</b>	<b>1.500.731</b>	<b>518.071</b>	<b>110.233</b>	<b>628.304</b>
Rendas de Prestação de Serviços	205.849	867.180	1.073.029	198.869	855.907	1.054.776
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	29.345	-	29.345	23.879	-	23.879
<b>Pasep e Cofins</b>	<b>(54.414)</b>	<b>(73.870)</b>	<b>(128.284)</b>	<b>(41.627)</b>	<b>(71.901)</b>	<b>(113.528)</b>
<b>Resultado após Tarifas e Comissões</b>	<b>1.478.633</b>	<b>996.188</b>	<b>2.474.821</b>	<b>699.192</b>	<b>894.239</b>	<b>1.593.431</b>
<b>Despesas Administrativas</b>			<b>(1.392.263)</b>			<b>(1.194.183)</b>
Despesas de Pessoal			(857.602)			(731.165)
Depreciação e Amortização			(21.397)			(20.107)
Outras Despesas Administrativas			(513.264)			(442.911)
<b>Outras Despesas</b>			<b>(649.993)</b>			<b>(253.757)</b>
<b>Despesas de Provisões, exceto Crédito</b>			<b>(95.443)</b>			<b>(46.351)</b>
<b>Lucro antes da Tributação e Participações</b>			<b>337.122</b>			<b>99.140</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(96.367)			92.213
Participações no Lucro			(15.191)			(33.225)
<b>Lucro Líquido</b>			<b>225.564</b>			<b>158.128</b>

## NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades em Moeda Nacional	144.423	169.664
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	89.055	31.550
<b>Total da Disponibilidade de Caixa</b>	<b>233.478</b>	<b>201.214</b>
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez <sup>(1)</sup>	8.403.793	9.451.111
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>8.637.271</b>	<b>9.652.325</b>

<sup>(1)</sup> Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação for igual ou inferior a 90 dias.

## NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

### a) Composição

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>a) Aplicações no Mercado Aberto</b>	<b>8.477.049</b>	<b>9.515.682</b>
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	8.403.793	9.451.111
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	73.256	64.571
<b>b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>91.097</b>
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	91.097
<b>Total</b>	<b>8.477.049</b>	<b>9.606.779</b>
Saldo de Curto Prazo	8.477.049	9.606.779

### b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
<b>a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)</b>	<b>632.339</b>	<b>494.706</b>
Posição Bancada	627.877	489.775
Posição Financiada	4.462	4.931
<b>b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)</b>	<b>-</b>	<b>1.290</b>
<b>Total</b>	<b>632.339</b>	<b>495.996</b>

## NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

### a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão a seguir distribuídos:

#### a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Títulos Disponíveis para Venda	17.870.579	14.014.168
Títulos Mantidos até o Vencimento	179.849	166.530
Diferencial a Receber <i>Swap</i>	374.454	769.243
<b>Total</b>	<b>18.424.882</b>	<b>14.949.941</b>
Saldo de Curto Prazo	2.464.678	5.958.963
Saldo de Longo Prazo	15.960.204	8.990.978

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	30.06.2016								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	<b>175.076</b>	<b>1.980.745</b>	<b>15.382.330</b>	<b>18.240.735</b>	<b>17.538.151</b>	<b>(702.584)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	17.812	1.853.037	12.279.627	14.162.108	14.150.476	(11.632)	2016 a 2022
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.466.176	1.504.102	1.466.176	(37.926)	2050
Letras Financeiras	-	-	141.023	127.603	1.555.667	1.870.108	1.824.293	(45.815)	2016 a 2019
Debêntures	-	-	16.216	-	75.199	665.613	91.415	(574.198)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.342	5.323	5.342	19	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	32.882	-	(32.882)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	25	105	319	599	449	(150)	2016 a 2022
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>302</b>	-	-	-	-	<b>1.829</b>	<b>302</b>	<b>(1.527)</b>	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.527	-	(1.527)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	291	-	-	-	-	291	291	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	11	-	-	-	-	11	11	-	Sem Vencimento
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>18.448</b>	-	-	-	-	<b>8.745</b>	<b>18.448</b>	<b>9.703</b>	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	62	-	-	-	-	163	62	(101)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	18.386	-	-	-	-	8.582	18.386	9.804	Sem Vencimento
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>25.333</b>	<b>264.774</b>	<b>23.571</b>	<b>314.324</b>	<b>313.678</b>	<b>(646)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	264.774	3.522	268.297	268.296	(1)	2017 a 2020
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	832	-	(832)	1993
Debêntures	-	-	-	-	20.049	19.888	20.049	161	2019
Letras Financeiras	-	-	25.333	-	-	25.307	25.333	26	2016
<b>Total da Categoria</b>	<b>18.750</b>	<b>-</b>	<b>200.409</b>	<b>2.245.519</b>	<b>15.405.901</b>	<b>18.565.633</b>	<b>17.870.579</b>	<b>(695.054)</b>	
Crédito Tributário (Nota 21.c)								299.661	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								(4.886)	
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>								<b>(400.279)</b>	

Especificação	30.06.2015								
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo	Valor de Mercado (Contábil)	Ajuste a Mercado	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias				
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	<b>5.250.241</b>	<b>80.641</b>	<b>8.318.102</b>	<b>14.089.476</b>	<b>13.648.984</b>	<b>(440.492)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	5.079.346	-	5.035.668	10.115.240	10.115.014	(226)	2015 a 2021
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	-	1.342.220	1.378.860	1.342.220	(36.640)	2050
Letras Financeiras	-	-	170.865	80.641	1.585.808	1.897.185	1.837.314	(59.871)	2015 a 2019
Debêntures	-	-	-	-	348.533	662.673	348.533	(314.140)	2016 a 2035
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	-	5.744	5.729	5.744	15	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	-	-	-	-	-	29.553	-	(29.553)	1993
Títulos da Dívida Agrária	-	-	30	-	129	236	159	(77)	2015 a 2022
<b>Cotas de Fundos de Investimentos</b>	<b>275</b>	-	-	-	-	<b>1.722</b>	<b>275</b>	<b>(1.447)</b>	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	-	-	-	-	-	1.447	-	(1.447)	Sem Vencimento
Fundo Garantidor para Investimentos - FGI	262	-	-	-	-	262	262	-	Sem Vencimento
Fundo de Garantia de Operações - FGO	13	-	-	-	-	13	13	-	Sem Vencimento
<b>Títulos de Renda Variável</b>	<b>8.523</b>	-	-	-	-	<b>8.745</b>	<b>8.523</b>	<b>(222)</b>	
Outros Incentivos Fiscais (Finor)	125	-	-	-	-	163	125	(38)	Sem Vencimento
Ações de Companhias Abertas	8.398	-	-	-	-	8.582	8.398	(184)	Sem Vencimento
<b>Títulos Dados em Garantia <sup>(1)</sup></b>	-	-	<b>210.357</b>	-	<b>146.029</b>	<b>368.512</b>	<b>356.386</b>	<b>(12.126)</b>	
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	210.357	-	141.332	351.692	351.689	(3)	2015 a 2020
Títulos Públicos Federais - Nuclebrás	-	-	-	-	-	748	-	(748)	1993
Debêntures	-	-	-	-	4.697	16.072	4.697	(11.375)	2035
<b>Total da Categoria</b>	<b>8.798</b>	-	<b>5.460.598</b>	<b>80.641</b>	<b>8.464.131</b>	<b>14.468.455</b>	<b>14.014.168</b>	<b>(454.287)</b>	
Crédito Tributário (Nota 21.b)								182.466	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								(751)	
<b>Total do Ajuste a Valor de Mercado</b>								<b>(272.572)</b>	

<sup>(1)</sup> Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 215.669 (R\$ 188.805 em 30.06.2015); Garantias de Operações em Câmaras de Liquidação R\$ 2.450 (R\$ 2.133 em 30.06.2015); Garantias em Processos Judiciais R\$ 73.330 (R\$ 145.967 em 30.06.2015); e Demais Garantias R\$ 22.229 (R\$ 19.481 em 30.06.2015).

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" dos itens Títulos de Renda Fixa e Títulos Dados em Garantia registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801 e CVSB970101, com vencimento em 31.08.1993 e 01.01.2027, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional. Referidos títulos registram uma desvalorização integral em função de seu vencimento, sem, no entanto, se enquadrar no conceito de Perda Permanente, na forma disciplinada na Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria "Títulos Disponíveis para Venda", encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes a Valor de Mercado", o valor de (R\$ 695.054) ((R\$ 454.287) em 30.06.2015). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a (R\$ 400.279) ((R\$ 272.572) em 30.06.2015).

### a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento

Especificação	30.06.2016							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	-	-	<b>179.849</b>	<b>179.849</b>	<b>130.013</b>	
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	150.126	150.126	100.290	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	10.676	10.676	10.676	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	6.297	6.297	6.297	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	12.547	12.547	12.547	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	203	203	203	2022
<b>Total da Categoria</b>	-	-	-	-	<b>179.849</b>	<b>179.849</b>	<b>130.013</b>	

Especificação	30.06.2015							
	Faixa de Vencimento					Valor de Custo (Contábil)	Valor de Mercado <sup>(1)</sup>	Faixa de Vencimento
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
<b>Títulos de Renda Fixa</b>	-	-	-	<b>474</b>	<b>166.056</b>	<b>166.530</b>	<b>102.334</b>	
Cotas Fundo de Investimento-Ne Empreendedor	-	-	-	474	-	474	474	2016
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	-	-	-	138.588	138.588	74.392	2030
Cotas Fundo Investimento Criatec	-	-	-	-	12.088	12.088	12.088	2017
Cotas Fundo Investimento Criatec II	-	-	-	-	1.335	1.335	1.335	2023
FIP Brasil Agronegócios	-	-	-	-	13.480	13.480	13.480	2018
Nordeste III FIP	-	-	-	-	565	565	565	2022
<b>Total da Categoria</b>	-	-	-	<b>474</b>	<b>166.056</b>	<b>166.530</b>	<b>102.334</b>	

<sup>(1)</sup> Os valores de mercado indicados são de caráter meramente explicativos, para os quais não houve qualquer registro contábil, conforme Circular Bacen nº 3.068, de 08.11.2001.

a.4) No 1º semestre de 2016 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o Vencimento.

a.5) Para obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

- 1ª – preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;
- 2ª – ágio/deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados; e
- 3ª – cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

a.6) A administração do Banco declara que tem a capacidade financeira e a intenção de manter até às datas de vencimento os títulos classificados na categoria Mantidos até o Vencimento.



**b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários**

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Aplicações no Mercado Aberto (Nota 6.b)	632.339	494.706
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	-	1.290
Títulos de Renda Fixa	1.062.910	868.096
Títulos de Renda Variável	508	529
<b>Total</b>	<b>1.695.757</b>	<b>1.364.621</b>

**c) Instrumentos Financeiros Derivativos**

O Banco utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidos pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Na posição de 30.06.2016, o Banco possui operações de “swap”, que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor nominal) e o correspondente valor patrimonial nas contas “Diferencial a Pagar” e “Diferencial a Receber”, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 30.06.2016								
Especificação	Valor Nominal	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	578.615	374.454	-	377.270	-	16	-	2.832
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>578.615</b>	<b>374.454</b>	<b>-</b>	<b>377.270</b>	<b>-</b>	<b>16</b>	<b>-</b>	<b>2.832</b>
Crédito Tributário (Nota 21.b)								1.132
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.d)								6

Composição em 30.06.2015								
Especificação	Valor Nominal	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado		Ajuste a Mercado Líquido
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Positivo	Negativo	
<b>Posição Ativa</b>								
Moeda Estrangeira (Dólar)	1.087.635	769.243	-	762.326	-	14.972	8.055	6.917
<b>Posição Passiva</b>								
Taxa Prefixada	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.087.635</b>	<b>769.243</b>	<b>-</b>	<b>762.326</b>	<b>-</b>	<b>14.972</b>	<b>8.055</b>	<b>6.917</b>
Crédito Tributário (Nota 21.b)								3.223
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)								5.989

Especificação	30.06.2016		30.06.2015	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	-	-	-	-
3 a 12 meses	374.454	-	408.452	-
1 a 3 anos	-	-	-	-
3 a 5 anos	-	-	360.791	-
<b>Total</b>	<b>374.454</b>	<b>-</b>	<b>769.243</b>	<b>-</b>

**c.1) Instrumentos Financeiros Derivativos classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)**

Especificação	30.06.2016				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
Instrumentos de Hedge	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	969.610	592.340	966.793	592.340	(2.817)
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes	969.728		966.796		(2.932)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 21.c)					1.173

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 969, sobre os juros da operação.

Especificação	30.06.2015				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
	Ativo Dólar	Passivo CDI	Ativo Dólar	Passivo CDI	
Swap - Moeda Estrangeira – Posição Ativa	1.872.546	1.110.222	1.879.463	1.110.222	6.917
Item Objeto de Hedge	Valor da Curva <sup>(1)</sup>		Valor de Mercado <sup>(1)</sup>		Ajuste a Valor de Mercado
Eurobonds – Senior Unsecured Notes (Nota 15.a)	1.872.995		1.879.526		6.531
Crédito Tributário (Nota 21.b)					2.613

<sup>(1)</sup> Líquido dos efeitos dos tributos incidentes na fonte, no valor de R\$ 1.633, sobre os juros da operação.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no exterior por meio de *Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, o Banco contratou operações de *swap* para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em *hedge* de risco de mercado. O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida no resultado do exercício.

Tendo em vista que o fluxo financeiro (principal e juros) do item objeto de *Hedge (Eurobonds – Senior Unsecured Notes)* e os fluxos financeiros dos instrumentos financeiros (*swaps*) designados são idênticos, a efetividade esperada desde a designação dos instrumentos de proteção e no decorrer da operação está em conformidade com o estabelecido pelo Bacen.

As operações foram avaliadas como efetiva na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) do item objeto de *hedge, Eurobonds – Senior Unsecured Notes*, e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

#### d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Swap	(255.902)	230.023
<b>Total</b>	<b>(255.902)</b>	<b>230.023</b>

#### NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados

##### a) Créditos Vinculados

Especificação	30.06.2016			30.06.2015		
	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido	Valor Bruto	Provisão	Valor Líquido
Recolhimentos Obrigatórios	84.523	-	84.523	112.311	-	112.311
Reservas Compulsórias - Recursos à Vista	95.365	-	95.365	48.958	-	48.958
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	74.642	(12.969)	61.673	69.429	(12.656)	56.773
Tesouro Nacional - Crédito Rural	621	(621)	-	661	(557)	104
<b>Total</b>	<b>255.151</b>	<b>(13.590)</b>	<b>241.561</b>	<b>231.359</b>	<b>(13.213)</b>	<b>218.146</b>
Saldo de Curto Prazo	180.024	(136)	179.888	161.913	(557)	161.356
Saldo de Longo Prazo	75.127	(13.454)	61.673	69.446	(12.656)	56.790

##### b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.555	8.758
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	2.579	2.196
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	38	30
Valorização (Desvalorização) de Créditos Vinculados	14.630	(130)
<b>Total</b>	<b>20.802</b>	<b>10.854</b>

## NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas

### a) Carteira de Crédito e Provisão para Operações de Crédito

Especificação	30.06.2016		30.06.2015	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
<b>Operações de Crédito</b>	<b>12.424.247</b>	<b>(1.010.588)</b>	<b>13.080.586</b>	<b>(1.091.895)</b>
Curto Prazo	5.378.613	(487.041)	5.886.323	(740.283)
Longo Prazo	7.045.634	(523.547)	7.194.263	(351.612)
<b>Outras Rubricas com Características de Crédito (Nota 10.f)</b>	<b>763.399</b>	<b>(192.994)</b>	<b>773.694</b>	<b>(149.352)</b>
Curto Prazo	760.894	(192.994)	766.126	(149.352)
Longo Prazo	2.505	-	7.568	-
<b>Total</b>	<b>13.187.646</b>	<b>(1.203.582)</b>	<b>13.854.280</b>	<b>(1.241.247)</b>

#### a.1) Composição da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Adiantamentos a Depositantes	868	1.770
Empréstimos	5.464.910	5.922.965
Títulos Descontados	52.387	69.482
Financiamentos	2.307.334	2.247.626
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	9.243	296.884
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 29.a.1)	524.769	436.194
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.839.855	1.681.337
Financiamentos Imobiliários <sup>(1)</sup>	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	2.224.638	2.424.085
<b>Subtotal de Operações de Crédito</b>	<b>12.424.247</b>	<b>13.080.586</b>
Avais Fianças Honrados	-	100
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.829	20.454
Devedores por Compra de Valores e Bens	3.059	5.243
Títulos e Créditos a Receber	208.948	43.643
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio <sup>(2)</sup> (Nota 11.a)	517.563	704.254
<b>Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito</b>	<b>763.399</b>	<b>773.694</b>
<b>Total</b>	<b>13.187.646</b>	<b>13.854.280</b>

<sup>(1)</sup> Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

<sup>(2)</sup> Contas classificadas como "Outras Obrigações/Carteira de Câmbio".

#### a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Empréstimos e Títulos Descontados	567.021	402.254
Financiamentos	294.191	456.628
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	134.420	102.123
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	45.738	59.671
Avais e Fianças Honrados	-	1
Outros Valores	88	446
<b>Total</b>	<b>1.041.458</b>	<b>1.021.123</b>

### b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

#### b.1) Créditos de Curso Normal <sup>(1)</sup>

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
Rural	7.752	1.671	1.305	5.928	10.963	1.753.529	1.781.148	1.620.652
Indústria	64.407	62.489	79.459	187.673	270.043	1.962.559	2.626.630	2.872.982
Governo	15.034	15.034	36.024	50.153	111.194	1.190.372	1.417.811	1.450.702
Outros Serviços	328.572	99.720	85.371	257.079	407.809	1.297.186	2.475.737	2.601.615
Comércio	751.718	618.958	510.967	961.934	475.722	603.341	3.922.640	4.207.783
Intermediários Financeiros	38	8	8	24	47	114	239	568
Habituação	159	50	35	58	45	435	782	296
Pessoas Físicas	29.300	12.064	9.115	14.245	16.122	19.432	100.278	50.332
<b>Total</b>	<b>1.196.980</b>	<b>809.994</b>	<b>722.284</b>	<b>1.477.094</b>	<b>1.291.945</b>	<b>6.826.968</b>	<b>12.325.265</b>	<b>12.804.930</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

## b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas						Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	25	5	9	685	418	2.813	3.955	23.395
Indústria	5.565	5.210	4.786	13.392	23.059	70.476	122.488	111.706
Outros Serviços	8.251	7.743	7.148	19.371	33.372	76.688	152.573	305.733
Comércio	20.040	16.465	13.452	31.522	45.480	70.765	197.724	309.871
Intermediários Financeiros	-	-	-	-	-	-	-	26
Habitação	-	-	-	-	-	-	-	-
Pessoas Físicas	536	486	479	665	642	1.113	3.921	666
<b>Total</b>	<b>34.417</b>	<b>29.909</b>	<b>25.874</b>	<b>65.635</b>	<b>102.971</b>	<b>221.855</b>	<b>480.661</b>	<b>751.397</b>

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vincendas							Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	-	70	41	773	3.833	1.891	44.192	50.800	51.066
Indústria	1.951	6.259	5.438	4.528	11.802	8.963	488	39.429	44.644
Outros Serviços	3.206	10.856	65.604	9.828	17.848	36.395	196	143.933	72.959
Comércio	4.032	13.424	20.595	16.246	35.275	39.347	168	129.087	121.377
Intermediários Financeiros	-	-	38	-	-	-	-	38	3
Habitação	-	47	-	7	105	312	-	471	-
Pessoas Físicas	54	1.576	2.143	2.023	4.474	7.681	11	17.962	7.904
<b>Total</b>	<b>9.243</b>	<b>32.232</b>	<b>93.859</b>	<b>33.405</b>	<b>73.337</b>	<b>94.589</b>	<b>45.055</b>	<b>381.720</b>	<b>297.953</b>

## c) Composição das Operações por Níveis de Risco

Nível de Risco	30.06.2016				30.06.2015			
	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal <sup>(1)</sup>	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	4.820.512	-	4.820.512	-	4.934.745	-	4.934.745	-
A	4.087.421	-	4.087.421	(20.437)	4.790.284	-	4.790.284	(23.951)
B	2.045.846	54.325	2.100.171	(21.002)	2.378.750	65.422	2.444.172	(24.442)
C	311.298	165.642	476.940	(14.308)	94.497	75.329	169.826	(5.095)
D	286.087	68.191	354.278	(35.428)	86.444	82.028	168.472	(16.847)
E	107.738	56.322	164.060	(49.218)	59.571	70.450	130.021	(39.006)
F	67.770	64.380	132.150	(66.075)	15.712	72.635	88.347	(44.173)
G	100.406	82.926	183.332	(128.332)	98.279	37.321	135.600	(94.920)
H	498.186	370.595	868.782	(868.782)	346.648	646.165	992.813	(992.813)
<b>Total</b>	<b>12.325.264</b>	<b>862.381</b>	<b>13.187.646</b>	<b>(1.203.582)</b>	<b>12.804.930</b>	<b>1.049.350</b>	<b>13.854.280</b>	<b>(1.241.247)</b>

<sup>(1)</sup> Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

## d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Saldo Inicial (Provisão para Perdas da Carteira de Crédito)	1.127.873	890.703
(+) Constituição de Provisão Líquida no Período	341.166	541.824
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(265.457)	(191.280)
<b>(=) Provisão Líquida para Perdas da Carteira de Crédito</b>	<b>1.203.582</b>	<b>1.241.247</b>
Saldo Inicial (Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito)	46.804	46.458
(+) Provisão Líquida no Período	287	150
(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Período	(132)	(75)
<b>(=) Provisão Líquida para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito (Nota 10.f)</b>	<b>46.959</b>	<b>46.533</b>
<b>(=) Saldo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>1.250.541</b>	<b>1.287.780</b>

## e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
(+) Despesas de Provisão para Operações de Crédito	338.833	409.441
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos	19.501	132.383
(+) Reversão de Provisões Operacionais	(17.168)	-
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Operações com Características de Concessão de Crédito</b>	<b>341.166</b>	<b>541.824</b>
(+) Despesas de Provisão para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	194	74
(-) Reversões de Provisões para Outros Créditos sem Características de Concessão de Crédito	(38)	-
<b>(=) Saldo da Despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>341.322</b>	<b>541.898</b>

f) No 1º Semestre de 2016 foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 45.738 (R\$ 59.671 em 30.06.2015) e as renegociações importaram em R\$ 904.098 (R\$ 104.794 em 30.06.2015).

### g) Recuperação de Créditos com Base Legal

Em decorrência da aplicação das Leis nº 11.322, de 13.07.2006, nº 11.775, de 17.09.2008, nº 12.249, de 11.06.2010, e nº 12.716, de 21.09.2012, as quais dispõem sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações, foi reconhecido no resultado do Banco, referente a 30.06.2016, um efeito positivo no valor de R\$ 3.541 (R\$ 16.180 em 30.06.2015), a seguir demonstrado. Conforme referidos instrumentos legais, parte dessas operações foi adquirida pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE.

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Efetivação de Rendas	2.399	8.605
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	1.624	9.775
Despesas com Deságios	(22)	(221)
Efeito Líquido de Provisões	(460)	(1.979)
<b>Total</b>	<b>3.541</b>	<b>16.180</b>

### NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>a) Crédito por Avais e Fianças Honrados</b>	-	<b>100</b>
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>604.342</b>	<b>892.144</b>
<b>c) Rendas a Receber</b>	<b>31.688</b>	<b>32.878</b>
<b>d) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>12</b>	<b>4</b>
<b>e) Diversos</b>	<b>3.154.125</b>	<b>2.524.873</b>
Créditos Tributários - Provisões (Nota 21.b)	1.529.713	1.192.217
Créditos Tributários-TVM, Instrumentos Financeiros Derivativos e item objeto de Hedge (Notas 7.a.2, 7.c e 21.b)	300.795	188.301
Devedores por Depósitos em Garantia	671.390	767.140
Impostos e Contribuições a Compensar	144.911	145.453
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	208.948	43.643
Adiantamentos e Antecipações Salariais	33.127	28.148
Pagamentos a Ressarcir	13.155	11.106
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	-	11
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	2	17
Outros Valores	225.336	122.089
<b>f) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa</b>	<b>(239.953)</b>	<b>(195.885)</b>
Com Características de Concessão de Crédito (Nota 9.a)	(192.994)	(149.352)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.959)	(46.533)
<b>Total</b>	<b>3.550.214</b>	<b>3.254.114</b>
Saldo de Curto Prazo	2.773.463	2.775.856
Saldo de Longo Prazo	776.751	478.258

### NOTA 11 – Carteira de Câmbio

#### a) Composição

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>Ativo – Outros Créditos</b>	<b>604.342</b>	<b>892.144</b>
Câmbio Comprado a Liquidar	565.781	864.052
Direitos sobre Vendas de Câmbio	7.457	10.341
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(2.724)	(2.703)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	33.828	20.454
<b>Ativo Circulante (Nota 10.b)</b>	<b>604.342</b>	<b>892.144</b>
<b>Passivo – Outras Obrigações (Nota 16.b)</b>	<b>10.557</b>	<b>15.657</b>
Obrigações por Compras de Câmbio	520.842	709.671
Câmbio Vendido a Liquidar	7.277	10.239
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 9.a.1)	(517.563)	(704.254)
Outros Valores	1	1
<b>Passivo Circulante (Nota 16.b)</b>	<b>10.557</b>	<b>15.657</b>

#### b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Rendas de Câmbio	43.908	146.253
Despesas de Câmbio	(771)	(383)
<b>Total</b>	<b>43.137</b>	<b>145.870</b>

NOTA 12 – Permanente

a) Investimentos

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.06.2016			30.06.2016		30.06.2015
	Saldo Contábil	Movimentações		Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões				
Ações e Cotas	652	-	-	652	652	652	652
Bens Artísticos e Valiosos	1.214	32	-	1.246	1.246	1.246	1.227
<b>Total</b>	<b>1.866</b>	<b>32</b>	<b>-</b>	<b>1.898</b>	<b>1.898</b>	<b>1.898</b>	<b>1.879</b>

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.06.2016			30.06.2016			30.06.2015	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação					
Edificações	91.421	1.674	-	(5.103)	87.992	260.083	(172.091)	87.992	96.392
Sistema de Processamento de Dados	60.804	9.231	(2.493)	(11.298)	56.244	147.298	(91.054)	56.244	56.472
Móveis e Equipamentos de Uso	28.000	6.863	(1.024)	(2.750)	31.089	76.543	(45.454)	31.089	26.784
Terrenos	17.631	-	-	-	17.631	17.631	-	17.631	17.025
Instalações	4.933	1.922	(2)	(669)	6.184	21.110	(14.926)	6.184	5.534
Sistema de Comunicação	49	14	(4)	(8)	51	327	(276)	51	60
Imobilização em Curso <sup>(1)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sistema de Segurança	8.689	959	(379)	(833)	8.436	20.648	(12.212)	8.436	8.073
Sistema de Transporte	4.449	-	-	(703)	3.746	14.364	(10.618)	3.746	5
<b>Total</b>	<b>215.976</b>	<b>20.663</b>	<b>(3.902)</b>	<b>(21.364)</b>	<b>211.373</b>	<b>558.004</b>	<b>(346.631)</b>	<b>211.373</b>	<b>210.345</b>

<sup>(1)</sup> Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

<sup>(2)</sup> Houve reversão de depreciação no valor de R\$ 4.444.

c) Diferido

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.06.2016			30.06.2016			30.06.2015	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização					
Gastos em Imóveis de Terceiros	37	-	-	(34)	3	284	(281)	3	73
<b>Total</b>	<b>37</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(34)</b>	<b>3</b>	<b>284</b>	<b>(281)</b>	<b>3</b>	<b>73</b>

d) Intangível

Especificação	31.12.2015	01.01.2016 a 30.06.2016			30.06.2016		30.06.2015	
	Saldo Contábil	Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Saldo Contábil	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização				
Gastos com Intangíveis em Elaboração	16.610	446	-	-	17.056	17.056	17.056	16.610
<b>Total</b>	<b>16.610</b>	<b>446</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17.056</b>	<b>17.056</b>	<b>17.056</b>	<b>16.610</b>

e) No semestre, não há registro de impairment sobre o Ativo Permanente.

**NOTA 13 – Depósitos, Captação no Mercado Aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas**

**a) Distribuição dos Depósitos, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos, Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital e Dívidas Subordinadas, por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 Anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>328.953</b>	-	-	-	-	-	<b>328.953</b>	<b>220.601</b>
Depósitos a Vista	328.953	-	-	-	-	-	328.953	214.743
Depósitos em Moeda Estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	5.858
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>1.866.819</b>	-	-	-	-	-	<b>1.866.819</b>	<b>1.896.302</b>
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>770.098</b>	<b>316.522</b>	<b>131.431</b>	<b>10.553</b>	-	-	<b>1.228.604</b>	<b>1.282.124</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>876.260</b>	<b>1.397.486</b>	<b>2.310.878</b>	<b>772.455</b>	<b>1.261.943</b>	<b>50.894</b>	<b>6.669.916</b>	<b>8.129.852</b>
Depósitos a Prazo	359.404	1.356.445	1.834.866	642.459	1.137.344	50.894	5.381.412	6.345.904
Depósitos Judiciais com Remuneração	492.121	-	-	-	-	-	492.121	893.716
Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167	-	-	391.015	56.034	56.035	-	503.084	514.064
FAT- Recursos Disponíveis	13.362	13.204	1.496	1.351	1.687	-	31.100	32.361
FAT- Recursos Aplicados	10.844	27.837	83.501	72.357	66.877	-	261.416	343.062
Outros	529	-	-	254	-	-	783	745
<b>Recursos de Aceites e Emissão de Títulos</b>	<b>49.536</b>	<b>222.308</b>	-	<b>960.008</b>	-	-	<b>1.231.852</b>	<b>2.062.726</b>
Eurobonds	7.757	-	-	960.008	-	-	967.765	1.881.159
LCA - Letras de Crédito do Agronegócio	41.779	222.308	-	-	-	-	264.087	181.567
<b>Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida</b>	-	-	-	-	-	-	-	<b>1.396.357</b>
<b>Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital</b>	-	-	-	-	-	<b>1.000.000</b>	<b>1.000.000</b>	-
<b>Dívidas Subordinadas</b>	-	-	-	-	-	<b>1.898.225</b>	<b>1.898.225</b>	<b>1.691.087</b>
<b>Total</b>	<b>3.891.666</b>	<b>1.936.316</b>	<b>2.442.309</b>	<b>1.743.016</b>	<b>1.261.943</b>	<b>2.949.119</b>	<b>14.224.369</b>	<b>16.679.049</b>
Saldo de Curto Prazo							8.396.389	6.788.261
Saldo de Longo Prazo							5.827.980	9.890.788

## b) Depósitos

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>Depósitos a Vista</b>	<b>328.953</b>	<b>220.601</b>
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	-	5.858
Depósitos de Governos	4.410	14.455
Depósitos Vinculados	176.640	117.825
Pessoas Jurídicas	104.384	57.224
Pessoas Físicas	41.834	20.565
Outros Valores	1.685	4.674
<b>Depósitos de Poupança</b>	<b>1.866.819</b>	<b>1.896.302</b>
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	1.323.536	1.280.664
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	542.474	614.765
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	809	873
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	<b>1.228.604</b>	<b>1.282.124</b>
<b>Depósitos a Prazo</b>	<b>6.669.916</b>	<b>8.129.852</b>
Depósitos a Prazo	5.381.412	6.345.904
Depósitos Judiciais com Remuneração	492.121	893.716
<b>Outros Depósitos a Prazo</b>	<b>796.383</b>	<b>890.232</b>
<b>Depósitos Especiais com Remuneração/FAT (Nota 27 e Nota 29)</b>	<b>292.516</b>	<b>375.423</b>
<b>Recursos Disponíveis (Nota 27)</b>	<b>31.100</b>	<b>32.361</b>
Proger Urbano	2.302	3.938
Protrabalho	520	492
Infraestrutura	23.826	26.803
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	4.452	1.128
<b>Recursos Aplicados (Nota 27)</b>	<b>261.416</b>	<b>343.062</b>
Proger Urbano	14.799	21.406
Protrabalho	69.700	83.028
Infraestrutura	79.206	117.837
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	97.711	120.791
<b>Finor/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei nº 8.167</b>	<b>503.084</b>	<b>514.064</b>
<b>Outros Valores</b>	<b>783</b>	<b>745</b>
<b>Total</b>	<b>10.094.292</b>	<b>11.528.879</b>
Saldo de Curto Prazo	5.556.136	5.620.477
Saldo de Longo Prazo	4.538.156	5.908.402

## c) Captação no Mercado Aberto

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>Carteira Própria</b>	<b>1.130.882</b>	<b>1.789.482</b>
Letras Financeiras do Tesouro	1.130.882	1.789.482
<b>Carteira de Terceiros</b>	<b>73.255</b>	<b>64.571</b>
Notas do Tesouro Nacional	73.255	64.571
<b>Total</b>	<b>1.204.137</b>	<b>1.854.053</b>
Saldo de Curto Prazo	1.156.103	1.735.149
Saldo de Longo Prazo	48.034	118.904

## d) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01. a 30.06.2016	01.01. a 30.06.2015
<b>Despesas de Captações</b>	<b>(576.081)</b>	<b>(860.194)</b>
Depósitos a Prazo	(351.028)	(363.901)
Depósitos de Poupança	(55.408)	(51.744)
Depósitos Judiciais	(34.156)	(40.852)
Depósitos Interfinanceiros	(27.068)	(28.192)
Depósitos Especiais	(44.890)	(41.185)
Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(57.599)	(327.789)
Outros Depósitos	(5.932)	(6.531)
<b>Despesas de Captação no Mercado Aberto</b>	<b>(110.419)</b>	<b>(103.895)</b>
Carteira de Terceiros	(4.462)	(4.914)
Carteira Própria	(105.957)	(98.981)
<b>Total</b>	<b>(686.500)</b>	<b>(964.089)</b>



**NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses**

**a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento**

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2016	Total em 30.06.2015
Empréstimos no Exterior	234.036	372.782	-	-	-	-	606.818	1.136.037
Repasses do País	40.224	112.600	340.133	371.321	641.974	212.431	1.718.683	1.691.912
Repasses do Exterior	23.981	115.130	243.046	243.045	195.213	-	820.415	923.815
<b>Total</b>	<b>298.241</b>	<b>600.512</b>	<b>583.179</b>	<b>614.366</b>	<b>837.187</b>	<b>212.431</b>	<b>3.145.916</b>	<b>3.751.764</b>
Saldo de Curto Prazo							898.753	1.421.532
Saldo de Longo Prazo							2.247.163	2.330.232

**b) Obrigações por Empréstimos**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2016	30.06.2015
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	606.818	1.136.037
<b>Total</b>		<b>606.818</b>	<b>1.136.037</b>
Saldo de Curto Prazo		606.818	1.136.037
Saldo de Longo Prazo		-	-

**c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2016	30.06.2015
<b>Tesouro Nacional</b>	IGP-DI + 2,00	<b>444</b>	<b>605</b>
<b>BNDES</b>		<b>1.588.722</b>	<b>1.537.046</b>
Programa de Operações Conjuntas – POC		1.201.075	1.187.511
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	387.647	349.535
<b>Finame</b>		<b>129.517</b>	<b>154.261</b>
Programa Automático	Pré 1,5 a 7,00/TJLP + 0,00 a 4,00/IPCA + 9,41/Variação Cambial + 2,00 a 4,00	107.952	134.701
Programa Agrícola		21.565	19.560
<b>Total (Nota 29.a.1)</b>		<b>1.718.683</b>	<b>1.691.912</b>
Saldo de Curto Prazo		152.824	151.710
Saldo de Longo Prazo		1.565.859	1.540.202

**d) Obrigações por Repasses do Exterior**

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2016	30.06.2015
BID-Prodetur I	USD + 3,99	325.793	404.738
BID-Prodetur II	USD + 1,85	487.433	511.224
BID-Outros Programas	USD + 1,85	7.189	7.853
<b>Total</b>		<b>820.415</b>	<b>923.815</b>
Saldo de Curto Prazo		139.111	133.785
Saldo de Longo Prazo		681.304	790.030

**e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses**

Especificação	01.01. a 30.06.2016	01.01. a 30.06.2015
<b>Despesas de Obrigações por Repasses</b>	<b>(95.402)</b>	<b>(222.113)</b>
<b>Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País</b>	<b>(82.012)</b>	<b>(68.839)</b>
Tesouro Nacional	(16)	(46)
BNDES	(79.051)	(65.762)
Finame	(2.945)	(3.031)
<b>Despesas de Repasses do Exterior</b>	<b>(13.390)</b>	<b>(153.274)</b>
<b>Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior</b>	<b>(10.794)</b>	<b>(196.501)</b>
<b>Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>(801.089)</b>	<b>(482.489)</b>
<b>Total</b>	<b>(907.285)</b>	<b>(901.103)</b>

## NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

### a) Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração a.a. (%)	Valor Contratual em milhares de US\$	Valor Contratual em 30.06.2016 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 30.06.2016 <sup>(2)</sup>	Valor de Mercado em 30.06.2015 <sup>(2)</sup>
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	09.11.2010	09.11.2015	3,625	300.000	-	-	928.134
<i>Eurobonds – Senior Unsecured Notes</i> <sup>(1)</sup>	03.05.2012	03.05.2019	4,375	300.000	970.697	967.765	953.025
<b>Total</b>				<b>600.000</b>	<b>970.697</b>	<b>967.765</b>	<b>1.881.159</b>
Saldo de Curto Prazo						7.757	943.848
Saldo de Longo Prazo						960.008	937.311

<sup>(1)</sup> As notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação. O pagamento dos juros das notas é semestral.

<sup>(2)</sup> Considerando os efeitos tributários.

Na forma da Nota 7.c.1 as operações de *swap* realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pelas captações de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de *hedge accounting* e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

### b) Letras de Crédito do Agronegócio Emitidas

Especificação	Remuneração a.a. (%)	Valor Nominal	30.06.2016	30.06.2015
Letras de Crédito do Agronegócio <sup>(1)</sup>	86,45 do CDI	251.999	264.087	181.567
Saldo de Curto Prazo			264.087	27.116
Saldo de Longo Prazo			-	154.451

<sup>(1)</sup> Título com prazo médio de vencimento de 216 dias.

## NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados</b>	<b>43.894</b>	<b>55.054</b>
Recursos do Proagro	364	-
Recebimento de Tributos Federais	39.382	51.822
IOF a Recolher	2.575	2.346
Outros Tributos e Assemelhados	1.573	886
<b>b) Carteira de Câmbio (Nota 11.a)</b>	<b>10.557</b>	<b>15.657</b>
<b>c) Sociais e Estatutárias</b>	<b>70.220</b>	<b>47.063</b>
Dividendos e Bonificações a Pagar	54.419	38.306
Participações nos Lucros	15.801	8.757
<b>d) Fiscais e Previdenciárias</b>	<b>423.966</b>	<b>327.462</b>
<b>Provisão para Riscos Fiscais</b>	<b>59.559</b>	<b>44.511</b>
Impostos e Contribuições	1.196	2.243
Causas Fiscais (Nota 22.i.1)	58.363	42.268
<b>Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos</b>	<b>107.253</b>	<b>55.604</b>
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 21.c)	4.892	6.740
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos (Nota 21.c)	3.176	4.373
Decorrentes de Créditos Recuperados e Item Objeto de <i>Hedge</i> (Nota 21.c)	99.185	44.491
<b>Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 21.a.2)</b>	<b>167.735</b>	<b>160.918</b>
Imposto de Renda	91.604	98.641
Contribuição Social <sup>(1)</sup>	76.131	62.277
<b>Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar</b>	<b>89.419</b>	<b>66.429</b>
<b>e) Negociação e Intermediação de Valores</b>	<b>693</b>	<b>101</b>
<b>f) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento</b>	<b>15.179.887</b>	<b>10.524.468</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (Nota 29.a.1)	14.216.345	9.584.380
Outros Valores	963.542	940.088
<b>g) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17 e Nota 29.a.1)</b>	<b>-</b>	<b>1.396.357</b>
<b>h) Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 17 e Nota 29.a.1)</b>	<b>1.000.000</b>	<b>-</b>
<b>i) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18 e Nota 29.a.1)</b>	<b>1.898.225</b>	<b>1.691.087</b>
<b>j) Diversas</b>	<b>5.281.118</b>	<b>4.388.299</b>
<b>Provisão para Passivos Contingentes</b>	<b>3.370.670</b>	<b>2.802.842</b>
Causas Trabalhistas (Nota 22.i.iv)	222.346	237.757
Causas Cíveis (Nota 22.i.v)	150.212	153.653
Outras Causas (Nota 22.i.vi)	760	703
<b>FNE (Nota 22.i.2.i)</b>	<b>2.962.289</b>	<b>2.388.678</b>
Repasses	1.020	1.034
Risco Integral BNB	145.556	122.202
Risco Compartilhado	2.815.713	2.265.442
FDNE (Nota 22.i.2.ii)	671	1.089
Proagro (Nota 22.i.2.iii)	1.110	2.913
Outros Passivos Contingentes (Nota 22.i.2.iv)	33.282	18.049
<b>Provisão para Pagamentos a Efetuar</b>	<b>1.633.226</b>	<b>1.397.893</b>
<b>Benefícios a Empregados</b>	<b>1.199.704</b>	<b>1.172.343</b>
Plano de Aposentadoria e Pensão BD (Nota 29.a.2)	347.880	315.367
Plano de Assistência Médica (Nota 29.a.2)	787.682	805.055
Seguro de Vida – Benefício Pós-Emprego (Nota 29.a.2)	64.142	51.922
Despesa de Pessoal	209.494	180.108
Outros Valores	46.563	45.441
Encargos Remuneratórios de Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital	72.515	-
Encargos Remuneratórios de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	104.950	-
<b>Outros Valores</b>	<b>277.222</b>	<b>187.564</b>
<b>Total</b>	<b>23.908.560</b>	<b>18.445.548</b>
Saldo de Curto Prazo	6.329.246	4.791.109
Saldo de Longo Prazo	17.579.314	13.654.439

## NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida/Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2016	30.06.2015
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Notas 16.g e 28.a.1)	1.000.000	IPCA + 6,5715% a.a	22.12.2010	-	1.396.357
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Notas 16.h e 28.a.1)	1.000.000			1.000.000	-
Saldo de Curto Prazo				-	42.369
Saldo de Longo Prazo				1.000.000	1.353.988

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II do PR até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, pois está sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida que se encontra em processo de negociação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de autorização por parte do Bacen para ser considerado elegível a Capital Principal.

**NOTA 18 – Dívidas Subordinadas**

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE <sup>(1)</sup>	1.898.225	1.691.087
Recursos disponíveis	1.316.793	1.044.610
Recursos aplicados	581.432	646.477
<b>Total (Nota 29.a.1)</b>	<b>1.898.225</b>	<b>1.691.087</b>

<sup>(1)</sup> São constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000 de, respectivamente, 20.07.2009 e 01.03.2010.

**NOTA 19 – Patrimônio Líquido****a) Capital Social**

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 2.844.000 (R\$ 2.844.000 em 30.06.2015), é representado por 86.371.464 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Composição em 30.06.2016		
Acionistas	Quantidade das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.212.568	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.225.700	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.036.781	2,36
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

Composição em 30.06.2015		
Acionistas	Total das Ações	% do Capital
União Federal	44.049.447	51,00
BB FGEDUC Fundo de Investimento Multimercado	30.216.918	34,98
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.231.250	7,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	3.846.968	4,45
Outros	2.026.881	2,36
<b>Total</b>	<b>86.371.464</b>	<b>100,00</b>

**b) Reserva de Reavaliação**

O valor de R\$ 15.556 (R\$ 18.232 em 30.06.2015) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. No semestre houve transferência da reserva no valor de R\$ 1.065 (R\$ 1.162 em 30.06.2015) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a base para distribuição do resultado.

**c) Juros sobre o Capital Próprio do 1º Semestre de 2016**

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido apurado no semestre, ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria propõe ao Conselho de Administração, o pagamento antecipado de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) de R\$ 54.012, sendo R\$ 53.847 imputados ao valor do dividendo, correspondente a 25% sobre o lucro líquido ajustado do semestre.

Os Juros sobre o Capital Próprio foram contabilizados em despesas, mas, para fins de divulgação das demonstrações financeiras, reclassificados para a conta de “Lucros ou Prejuízos Acumulados”. O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 23.981 (R\$ 20.947 em 30.06.2015).

**d) Demonstrativo de cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio:**

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>1. Lucro Líquido do Semestre</b>	<b>225.564</b>	<b>158.128</b>
2. Reserva de Reavaliação transferida para Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.065	1.162
<b>3. Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>226.629</b>	<b>159.290</b>
4. Reserva Legal Constituída	(11.278)	(7.906)
<b>5. Base de Cálculo dos Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio</b>	<b>215.351</b>	<b>151.384</b>
6. Juros sobre o Capital Próprio (JCP) propostos no semestre	54.012	53.165
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(165)	(162)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6 + item 7)	53.847	53.003
<b>9. Valor bruto do JCP: 25,08% sobre item 5 (35,12% em 30.06.2015)</b>	<b>54.012</b>	<b>53.165</b>
JCP de R\$ 0,6253445093864 por ação ordinária (em 30.06.2015: JCP de R\$ 0,615538945564 por ação ordinária)	54.012	53.165
<b>10. Valor líquido do JCP: 25,00% sobre item 5 (35,01% em 30.06.2015)</b>	<b>53.847</b>	<b>53.003</b>

**f) Reserva Legal**

A Reserva Legal corresponde a 5% sobre o lucro líquido apurado no semestre e importa em R\$ 11.278 (R\$ 7.907 em 30.06.2015).

**g) Reserva Estatutária**

A Reserva Estatutária representa o saldo remanescente do lucro líquido apurado no semestre após a constituição da Reserva Legal e a distribuição de JCP/Dividendos, e corresponde a R\$ 559.042 (R\$ 276.580 em 30.06.2015).

**h) Ajustes de Avaliação Patrimonial**

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Títulos e Valores Mobiliários Disponíveis para a Venda	117.384	(4.124)
Ganhos e Perdas Atuariais (Benefícios Pós-Emprego)	(96.927)	(293.150)
<b>Ajustes de Avaliação Patrimonial</b>	<b>20.457</b>	<b>(297.274)</b>

**NOTA 20 – Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	01.01. a 30.06.2016	01.01. a 30.06.2015
<b>a) Receitas de Prestação de Serviços</b>	<b>1.073.029</b>	<b>1.054.776</b>
Administração de Fundos de Investimentos	15.082	14.350
Administração de Fundos e Programas	876.146	865.749
Prestação de Serviços	181.801	174.677
<b>b) Rendas de Tarifas Bancárias</b>	<b>29.345</b>	<b>23.879</b>
<b>c) Despesas de Pessoal</b>	<b>(857.602)</b>	<b>(731.165)</b>
Proventos	(506.346)	(433.378)
Encargos Sociais	(185.088)	(155.121)
Plano de Aposentadoria e Pensão - Caped Planos BD e CV I	(41.835)	(32.950)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(49.034)	(38.091)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	(2.374)	(2.517)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(72.925)	(69.108)
<b>d) Outras Despesas Administrativas</b>	<b>(534.661)</b>	<b>(463.018)</b>
Processamento de Dados	(96.530)	(73.236)
Propaganda e Publicidade	(2.901)	(10.986)
Serviços de Terceiros	(228.794)	(197.045)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(37.651)	(32.331)
Viagens	(6.710)	(5.866)
Comunicações	(14.722)	(14.362)
Depreciação e Amortização	(21.397)	(20.107)
Manutenção e Conservação de Bens	(23.082)	(18.003)
Vigilância, Segurança e Transporte	(40.138)	(34.710)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(3.811)	(5.461)
Serviços do Sistema Financeiro	(14.855)	(13.163)
Serviços Técnicos Especializados	(14.322)	(17.139)
Seguros	(1.569)	(1.305)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(21.214)	(10.213)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.324)	(1.389)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(2.783)	(2.412)
Outros Valores	(2.858)	(5.290)
<b>e) Despesas Tributárias (Nota 21.d)</b>	<b>(142.768)</b>	<b>(128.119)</b>
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(128.307)	(113.528)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.012)	(13.432)
Outros Valores	(1.449)	(1.159)
<b>f) Outras Receitas Operacionais</b>	<b>1.320.787</b>	<b>776.674</b>
"Del credere" de Fundos Administrados	624.904	601.930
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	344.748	9.584
Variação Cambial Negativa de Despesa de Captação	230.940	-
Variação Cambial Negativa de Fundo Financeiro de Desenvolvimento	12.115	-
Reversão de Prov. Operacionais/Riscos c/Op. do FNE	1	40
Reversão de Prov. de IR e CSLL	299	-
Reversão de Prov. Operacionais	26.448	107.971
Recuperação de Encargos e Despesas	3.130	7.617
Juros e Comissões	3.610	2.235
Correção Monetária	2.281	551
Resultado da Marcação a Mercado	22.138	-
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	28.249	21.400
Outros Valores	21.924	25.346
<b>g) Outras Despesas Operacionais</b>	<b>(1.161.358)</b>	<b>(800.592)</b>
Variação Cambial da Área de Câmbio	-	(606)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(365.516)	(3.445)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(39)	(1)
Descontos Concedidos em Renegociações	(903)	(450)

Encargos de Operações de Crédito	(1.688)	(868)
Riscos Fiscais	(13.479)	(6.367)
Riscos com Operações do FNE	(428.811)	(513.804)
Riscos com Operações do FDNE	(17)	(24)
Causas Trabalhistas	(61.454)	(17.281)
Causas Cíveis	(20.470)	(22.609)
Outras Causas	(40)	(94)
Outros Passivos Contingentes	(947)	(926)
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(20.213)	(127.060)
Instrumentos de Dívida Elegível a Capital	(72.515)	-
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(77.182)	(53.932)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(28.761)	(31.866)
Outros Valores	(69.323)	(21.259)
<b>Total</b>	<b>(273.228)</b>	<b>(267.565)</b>

## NOTA 21 – Impostos e Contribuições

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa, podendo ser suspenso ou reduzido quando a apuração pelo Lucro Real for mais favorável ao Banco, quando comparada com a forma Estimativa. As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social estão demonstradas no quadro abaixo.

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	337.122	99.140	337.122	99.140
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(15.191)	(33.225)	(15.191)	(33.225)
Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	(54.012)	(53.165)	(54.012)	(53.165)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	267.919	12.750	267.919	12.750
Adições/Exclusões Permanentes	(9.698)	(11.245)	(9.369)	(11.108)
Adições/Exclusões Temporárias	122.104	390.394	122.104	390.394
Resultado Tributável	380.325	391.899	380.654	392.036
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(95.069)	(97.963)	(76.131)	(58.805)
Deduções (Incentivos Fiscais)	3.464	4.963	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	484	484	387	290
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos e Reserva de Reavaliação	(91.121)	(92.516)	(75.744)	(58.515)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e IFD	2.697	(6.496)	5.876	(3.897)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(88.424)	(99.012)	(69.868)	(62.412)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões, IFD e Item Objeto de Hedge	46.109	158.527	15.816	95.109
Total de IRPJ/CSLL	(42.315)	59.515	(54.052)	32.697
Alíquota Efetiva (%)	(15,79)	466,78	(20,17)	256,45
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	91.120	92.516	75.744	58.515
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	484	484	387	290
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro (Nota 16.d)	91.604	93.000	76.131	58.805
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(81.297)	(68.852)	(51.732)	(32.602)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	10.307	24.148	24.399	26.203

### b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para perdas de crédito e provisões para benefícios pós-emprego são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN nº 3.059, de 20.12.2002 e Circular Bacen nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com as Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM), relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda, bem como sobre Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD).

Especificação	30.06.2016		30.06.2015		30.06.2016	30.06.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Provisões</b>						
Saldo Inicial	843.438	616.227	588.762	353.271	1.459.665	942.033
Constituição	234.452	187.571	302.116	181.277	422.023	483.393
Realização/Reversão	(183.267)	(168.708)	(145.747)	(87.462)	(351.975)	(233.209)
Saldo Final (Nota 10.e)	894.623	635.090	745.131	447.086	1.529.713	1.192.217
<b>b) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	-	-	2.078	1.248	-	3.326
Constituição	8.919	5.352	7.857	4.713	14.271	12.570
Realização/Reversão	(8.211)	(4.928)	(7.921)	(4.753)	(13.139)	(12.674)
Saldo Final (Nota 7.c)	708	424	2.014	1.208	1.132	3.222
<b>c) Item Objeto de Hedge</b>						
Saldo Inicial	5.786	3.472	(590)	(354)	9.258	(944)
Constituição	16.754	10.052	44.879	26.928	26.806	71.807
Realização/Reversão	(22.540)	(13.524)	(42.656)	(25.594)	(36.064)	(68.250)
Saldo Final (Nota 7.c.1)	-	-	1.633	980	-	2.613
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>d) TVM</b>						
Saldo Inicial	223.773	151.483	112.325	67.396	375.256	179.721
Constituição	361.713	254.495	198.494	118.610	616.208	317.104
Realização/Reversão	(408.983)	(282.820)	(196.778)	(117.581)	(691.803)	(314.359)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	176.503	123.158	114.041	68.425	299.661	182.466

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Total das Diferenças Temporárias	5.831.045	4.981.305	5.831.045	4.981.305
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	1.457.761	1.245.326	1.148.022	747.196
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	894.623	745.131	635.090	447.086
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM, IFD e Item Objeto de Hedge	177.213	117.688	123.582	70.613
5. Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) <sup>(1)</sup>	1.071.836	862.819	758.672	517.699
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) <sup>(2)</sup>	385.925	382.507	389.350	229.497

<sup>(1)</sup> Os créditos ativados encontram-se registrados em "Outros Créditos-Diversos"

<sup>(2)</sup> Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN nº 3.355, de 31.03.2006, e considerando estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos.

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários sobre diferenças temporárias de provisões, na posição de 30.06.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%) <sup>(1)</sup>	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	6,42	187.826	176.489	150.261	141.191	338.087	317.680
2017	11,19	221.690	187.345	177.352	149.876	399.042	337.221
2018	10,67	82.025	62.634	65.620	50.107	147.645	112.741
2019	10,25	87.275	60.447	52.364	36.269	139.639	96.716
2020	10,08	185.934	116.987	111.567	70.197	297.501	187.184
1º Sem/21	4,92	129.873	77.884	77.926	46.730	207.799	124.614
<b>Total</b>		<b>894.623</b>	<b>681.786</b>	<b>635.090</b>	<b>494.370</b>	<b>1.529.713</b>	<b>1.176.156</b>

<sup>(1)</sup> Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2016.

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, dos Instrumentos Financeiros Derivativos e Item Objeto de Hedge apurados pelo valor presente de realização, na forma das Circulares Bacen nºs 3.068, de 08.11.2001 e 3.082, de 30.01.2002, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	69.090	69.090	55.272	55.272	124.362	124.362
2017	1.123	1.123	899	899	2.022	2.022
2018	16.062	16.062	12.849	12.849	28.911	28.911
2019	5.238	5.238	3.143	3.143	8.381	8.381
2020	214	214	129	129	343	343
1º Sem/21	85.486	85.485	51.290	51.291	136.776	136.776
<b>Total</b>	<b>177.213</b>	<b>177.212</b>	<b>123.582</b>	<b>123.583</b>	<b>300.795</b>	<b>300.795</b>

Os valores totais previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 30.06.2016 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	256.916	245.579	205.533	196.463	462.449	442.042
2017	222.813	188.468	178.251	150.775	401.064	339.243
2018	98.087	78.696	78.469	62.956	176.556	141.652
2019	92.513	65.685	55.507	39.412	148.020	105.097
2020	186.148	117.201	111.696	70.326	297.844	187.527
1º Sem/21	215.359	163.369	129.216	98.021	344.575	261.390
<b>Total</b>	<b>1.071.836</b>	<b>858.998</b>	<b>758.672</b>	<b>617.953</b>	<b>1.830.508</b>	<b>1.476.951</b>

### c) Provisões para Impostos e Contribuições Diferidos

Especificação	30.06.2016		30.06.2015		30.06.2016	30.06.2015
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
<b>Efeito no Resultado</b>						
<b>a) Instrumentos Financeiros Derivativos</b>						
Saldo Inicial	5.782	3.469	1.573	944	9.251	2.517
Constituição	5.042	3.025	36.425	21.855	8.067	58.280
Realização/Reversão	(10.820)	(6.492)	(34.255)	(20.553)	(17.312)	(54.808)
Saldo Final (Nota 7.c)	4	2	3.743	2.246	6	5.989
<b>b) Item Objeto de Hedge</b>						
Saldo Inicial	-	-	-	-	-	-
Constituição	733	440	-	-	1.173	-
Realização/Reversão	-	-	-	-	-	-
Saldo Final (Nota 7.c.1)	733	440	-	-	1.173	-
<b>c) Reserva de Reavaliação</b>						
Saldo Inicial	2.249	1.799	3.217	1.930	4.048	5.147
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(485)	(387)	(484)	(290)	(872)	(774)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.764	1.412	2.733	1.640	3.176	4.373
<b>d) Decorrentes de Créditos Recuperados <sup>(1)</sup></b>						
Saldo Inicial	56.342	42.172	23.481	14.088	98.514	37.569
Constituição	2.353	1.539	4.325	2.597	3.892	6.922
Realização/Reversão	(5)	(4.389)	-	-	(4.394)	-
Saldo Final (Nota 16.d)	58.690	39.322	27.806	16.685	98.012	44.491
<b>Efeito no Patrimônio Líquido</b>						
<b>e) TVM</b>						
Saldo Inicial	947	667	472	283	1.614	755
Constituição	6.677	4.527	12.111	7.268	11.204	19.379
Realização/Reversão	(4.884)	(3.048)	(12.114)	(7.269)	(7.932)	(19.383)
Saldo Final (Nota 7.a.2)	2.740	2.146	469	282	4.886	751

<sup>(1)</sup> Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996.

As provisões sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, Item Objeto de *Hedge* e Instrumentos Financeiros Derivativos, pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	2.459	1.967	4.426
2017	5	4	9
2018	40	32	72
2019	969	582	1.551
1º Sem/21	4	3	7
<b>Total</b>	<b>3.477</b>	<b>2.588</b>	<b>6.065</b>

As provisões sobre as Reservas de Reavaliação, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	6,42	484	455	387	364	871	819
2017	11,19	968	818	775	655	1.743	1.473
2018	10,67	312	239	250	191	562	430
<b>Total</b>		<b>1.764</b>	<b>1.512</b>	<b>1.412</b>	<b>1.210</b>	<b>3.176</b>	<b>2.722</b>



As provisões sobre os Créditos Recuperados, na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996, apuradas pelo valor presente, serão baixadas de acordo com o cronograma abaixo:

Período	Meta p/ Taxa Over Selic – Média (%)	IRPJ		CSLL		Total	
		Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2016	6,42	3.900	3.664	3.120	2.932	7.020	6.596
2017	11,19	9.410	8.842	7.526	7.073	16.936	15.915
2018	10,67	7.238	6.801	5.790	5.441	13.028	12.242
2019	10,25	5.920	5.562	3.552	3.337	9.472	8.899
2020	10,08	4.900	4.604	2.940	2.762	7.840	7.366
1º Sem/21	4,92	27.322	25.674	16.394	15.404	43.716	41.078
<b>Total</b>		<b>58.690</b>	<b>55.147</b>	<b>39.322</b>	<b>36.949</b>	<b>98.012</b>	<b>92.096</b>

Os valores totais das provisões dos passivos tributários, na posição de 30.06.2016, estão a seguir demonstrados:

Período	IRPJ	CSLL	Total
2016	6.842	5.474	12.316
2017	10.383	8.306	18.689
2018	7.590	6.072	13.662
2019	6.889	4.134	11.023
2020	4.900	2.940	7.840
1º Sem/21	27.327	16.396	43.723
<b>Total</b>	<b>63.931</b>	<b>43.322</b>	<b>107.253</b>

#### d) Despesas Tributárias

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 31.06.2015
Contribuição ao Cofins e PIS/Pasep	(128.307)	(113.528)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(13.012)	(13.432)
Outros Valores	(1.449)	(1.159)
<b>Total (Nota 20.e)</b>	<b>(142.768)</b>	<b>(128.119)</b>

#### NOTA 22 – Provisões, Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

- a) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para reconhecimento, mensuração e divulgação das provisões, ativos contingentes, passivos contingentes e obrigações legais são observados os critérios do CPC nº 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pelo Bacen por meio da Resolução do CMN n.º 3.823, de 16.12.2009 e Carta Circular Bacen n.º 3.429, de 11.02.2010.
- b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Superintendência Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco; iii) antecedentes de perdas para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.
- c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Exceto se obrigação legal, para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a

probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Especificação	30.06.2016		30.06.2015	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
<b>a) Provisão para Riscos Fiscais</b>				
<b>a.1) Impostos e Contribuições - Obrigação Legal</b>	<b>1.196</b>	<b>1.196</b>	<b>2.243</b>	<b>2.243</b>
<b>a.2) Causas Fiscais</b>	<b>1.929.046</b>	<b>58.363</b>	<b>1.522.778</b>	<b>42.268</b>
i) Obrigação Legal (Nota 22.i.1)	291	291	308	308
ii) Outras Obrigações-Diversas (Nota 22.i.1)	1.928.755	58.072	1.522.470	41.960
Provável	58.072	58.072	41.960	41.960
Possível	1.736.292	-	1.135.928	-
Remota <sup>(1)</sup>	134.391	-	344.582	-
<b>b) Provisão para Passivos Contingentes</b>				
<b>b.1) Causas Trabalhistas</b>	<b>478.241</b>	<b>222.346</b>	<b>418.032</b>	<b>237.757</b>
Provável (Nota 16.i)	222.346	222.346	237.757	237.757
Possível	128.416	-	90.513	-
Remota	127.479	-	89.762	-
<b>b.2) Causas Cíveis</b>	<b>5.058.062</b>	<b>150.212</b>	<b>4.149.961</b>	<b>153.653</b>
Provável (Nota 16.i)	150.212	150.212	153.653	153.653
Possível	1.155.928	-	895.825	-
Remota <sup>(2)</sup>	3.751.922	-	3.100.483	-
<b>b.3) Outras Causas</b>	<b>661.679</b>	<b>760</b>	<b>9.383</b>	<b>703</b>
Provável (Nota 16.i)	760	760	703	703
Possível	9.008	-	8.358	-
Remota	651.911	-	322	-

<sup>(1)</sup> O montante do passivo contingente relacionado às causas fiscais classificadas como risco remoto está concentrado em 02 (dois) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 114.968 na posição 30.06.2016. Na posição de 30.06.2015, o risco estava concentrado em 03 (três) processos que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 304.464.

<sup>(2)</sup> O montante do passivo contingente relacionado às causas cíveis classificadas como risco remoto está concentrado em 05 (cinco) processos que apresentaram saldo de R\$ 2.274.355, na posição 30.06.2016. Na posição de 30.06.2015, o risco estava concentrado em 05 (cinco) processos, que apresentaram saldo do passivo contingente da ordem de R\$ 1.946.360.

- d) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela Superintendência Jurídica na forma do item "b", retromencionado.
- e) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta Circular Bacen nº 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados na alínea "c", subitens a.2.i tem, como objeto de discussão os tributos municipais.
- f) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

#### Fiscal

Quatro ações na esfera fiscal que visam desconstituir auto de infração. As estimativas de perdas financeiras perfazem R\$ 1.593.047 na data base de 30.06.2016. Na posição de 30.06.2015, uma dessas quatro ações ainda não havia sido ajuizada. As estimativas de valores para as demais ações totalizavam R\$ 1.021.649, na posição de 30.06.2015.

#### Cível

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 198.014. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 160.162.

Ação na esfera cível que visa indenização e lucro cessante. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 134.262. Na posição de 30.06.2015, estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 108.597.

Ação na esfera cível que visa pagamento de honorários. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 77.139. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 62.394.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 55.241. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 44.681.

Ação na esfera cível que visa indenização. A estimativa de valor perfaz, na data base de 30.06.2016, R\$ 48.844. Na posição de 30.06.2015, a estimativa de valor, para este processo, era de R\$ 34.958.

Ação na esfera cível, iniciada em 2014, relativamente a Benefícios Pós-Emprego. A estimativa de valor, de risco possível, perfaz, na data-base de 30.06.2016, R\$ 32.557. Na posição de 30.06.2015, R\$ 34.224.

- g) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, estão assim representados:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Demandas Trabalhistas	460.860	433.884
Demandas Fiscais	120.561	217.006
Demandas Cíveis	89.969	88.653
<b>Total</b>	<b>671.390</b>	<b>739.543</b>

- h) Em "Outros Passivos Contingentes", na posição de 30.06.2016, registram-se os valores de: R\$ 19.965 (R\$ 4.121, em 30.06.2015), referente à provisão para fazer face ao risco do Banco em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna, R\$ 11.900 (R\$ 13.330, em 30.06.2015) relativamente ao risco de crédito sobre operações securitizadas, com fundamento na Lei nº 9.138, de 29.11.1995, e que se encontram registradas em contas de compensação e R\$ 1.417 (R\$ 598, em 30.06.2015) referente à provisão para fazer frente aos riscos de perdas decorrentes do Inventário de Operações de Crédito.

## **i) Movimentação das Provisões**

### **i.1) Causas Fiscais, Trabalhistas, Cíveis, Outras Causas e Obrigação Legal**

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
<b>i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)</b>		
Saldo inicial	1.069	90.201
Constituição	127	177
Reversão/Utilização/Baixa	-	(88.135)
Saldo Final (Nota 16.d)	1.196	2.243
<b>ii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Legais)</b>		
Saldo Inicial	266	284
Constituição	25	24
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 22.c)	291	308
<b>iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	46.249	36.525
Constituição	16.131	7.172
Reversão/Utilização/Baixa	(4.308)	(1.737)
Saldo Final (Nota 22.c)	58.072	41.960
<b>iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo inicial	249.461	221.610
Constituição	25.170	22.497
Reversão/Utilização/Baixa	(52.285)	(6.350)
Saldo Final (Nota 16.i)	222.346	237.757
<b>v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	142.592	138.045
Constituição	25.242	27.382
Reversão/Utilização/Baixa	(17.622)	(11.774)
Saldo Final (Nota 16.i)	150.212	153.653
<b>vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)</b>		
Saldo Inicial	720	608
Constituição	122	382
Reversão/Utilização/Baixa	(82)	(287)
Saldo Final (Nota 16.i)	760	703

## i.2) Demais Provisões

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>i) FNE</b>		
Saldo Inicial	2.792.367	2.062.717
Constituição	801.771	737.262
Reversão/Utilização/Baixa	(631.849)	(411.301)
Saldo Final (Nota 16.j)	2.962.289	2.388.678
<b>ii) FDNE</b>		
Saldo Inicial	654	1.065
Constituição	17	24
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.j)	671	1.089
<b>iii) Proagro</b>		
Saldo Inicial	2.644	2.600
Constituição	530	319
Reversão/Utilização/Baixa	(2.064)	(6)
Saldo Final (Nota 16.j)	1.110	2.913
<b>iv) Outros Passivos Contingentes</b>		
Saldo Inicial	37.800	28.603
Constituição	947	960
Reversão/Utilização/Baixa	(5.465)	(11.514)
Saldo Final (Nota 16.j)	33.282	18.049

## NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores (Em R\$ 1,00)

### a) Remuneração Mensal de Funcionários

Remuneração Bruta <sup>(1)</sup>	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
Máxima	36.619,33	33.290,13
Mínima	1.427,35	1.273,33
Média	9.337,48	8.315,10

<sup>(1)</sup> Inclui remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

### b) Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal no Período

Especificação	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
<b>Remuneração Bruta <sup>(1)</sup></b>	<b>Diretoria</b>		<b>Conselho de Administração</b>		<b>Conselho Fiscal</b>	
Maior remuneração individual <sup>(2)</sup>	482.490,59	544.491,20	33.571,14	32.848,32	31.513,14	30.834,66
Menor remuneração individual <sup>(3)</sup>	333.559,85	400.215,95	25.725,06	26.498,86	25.725,06	25.171,17
Remuneração média individual <sup>(4)</sup>	456.460,57	529.921,99	25.960,87	27.317,28	28.040,29	28.470,65
Número de membros <sup>(5)</sup>	7	7	6	6	5	5

<sup>(1)</sup> Valores aprovados pela 62ª reunião da Assembleia Geral Ordinária realizada em 31.03.2015.

<sup>(2)</sup> Apurado sem qualquer exclusão, considerando todas as remunerações reconhecidas no período.

<sup>(3)</sup> Apurado com a exclusão de todos os membros que não tenham exercido o cargo pelo período todo.

<sup>(4)</sup> Corresponde à divisão do valor total da remuneração do período de cada órgão pelo número de membros.

<sup>(5)</sup> O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 30.06.2016, o número de funcionários do Banco totalizava 7.225 (7.114 em 30.06.2015), registrando-se um acréscimo de 1,56% no quadro de pessoal.

## NOTA 24 – Participação nos Lucros e Resultados – PLR

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos Empregados, no semestre, corresponde a R\$ 13.503 (R\$ 7.906 em 30.06.2015), o que equivale a 5,99% do lucro líquido do semestre (5,00% em 30.06.2015) e 25,00% (14,87% em 30.06.2015) dos juros sobre o capital próprio do semestre. A despesa de PLR do semestre importa em R\$ 15.191, sendo R\$ 13.503 referente aos Empregados e R\$ 1.688 aos Administradores.

## NOTA 25 – Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução nº 4.424, do CMN, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as informações sobre benefícios pós-emprego. As avaliações atuariais são realizadas por atuário independente habilitado, com base em informações fornecidas pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil – Caepf, Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste – Camed e Banco.

### a) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

### **a.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil**

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Capef, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social (INSS).

Os planos de previdência patrocinados pelo Banco oferecem aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. Em termos gerais, para os atuais participantes ativos, os benefícios do plano BD são calculados com base na diferença entre o salário de contribuição do empregado e o benefício de aposentadoria do INSS, ponderada pelo número de contribuições pagas ao plano, limitado a 360, incluindo eventual parcela de prorrogação de expediente proporcional ao número de contribuições pagas sobre esta parcela, todos vigentes em julho de 1997 e projetados, de acordo com o regulamento do plano até a data de aposentadoria do participante. Além disso, é descontada do benefício uma taxa equivalente a 21,25%, a título de contribuição extraordinária, resultando, de forma geral, 78,75% do salário de contribuição médio.

O plano de Contribuição Variável (CV I), autorizado a funcionar pela Portaria MPS/Previc/Detec nº 189, de 25.03.2010, iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda com prazo determinado na modalidade Contribuição Definida (CD) e a segunda na forma de renda vitalícia na modalidade Benefício Definido (BD). Além disso, o plano oferece cobertura para benefícios não programados, como invalidez e morte em atividade, sendo estes benefícios avaliados pelo Banco como benefício definido.

O plano CV I conta com o Fundo de Solvência Atuarial que será utilizado para cobertura de eventuais insuficiências atuariais futuras dos portfólios previdenciais mutualistas e com o Fundo Mutualista para Benefícios de Riscos, com o objetivo de suprir o pagamento de capitais complementares nos casos de invalidez ou morte do participante, referentes à cobertura securitária dos benefícios decorrentes desses eventos. O Fundo de Solvência Atuarial é formado por valores recebidos mensalmente dos participantes, a partir da aplicação da taxa de solvência atuarial sobre o valor das contribuições de participantes ativos; saldo da conta de patrocinador relativo ao participante ativo que tenha optado pelo instituto do resgate e pelo valor obtido pela recomposição do capital complementar por invalidez em caso de retorno do participante assistido em virtude de aposentadoria por invalidez, tendo retornado à condição de válido, desde que o referido capital complementar por invalidez tenha sido proveniente de instituição seguradora. O Fundo Mutualista para Benefícios de Risco é constituído a partir da aplicação da taxa de risco (de morte e invalidez) sobre as contribuições recebidas mensalmente dos participantes ativos.

Segundo os estatutos dos Planos BD e CV I, são responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios, sendo formado por representantes do Banco, por participantes ativos e representante dos participantes e beneficiários assistidos.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto e nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão.

O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

Os planos BD e CV I são regidos pela Resolução MPS/CGPC nº 26 de 29.09.2008, alterada pelas Resoluções CNPC nº 22, de 25.11.2015, nº 16, de 19.11.2014, nº 14, de 24.02.2014, nº 13, de 04.11.2013 e nº 10, de 19.12.2012 que preveem as condições e procedimentos a serem observados pelas entidades fechadas de previdência complementar na apuração do resultado, na destinação e utilização de superávit e no equacionamento de déficit dos planos de benefícios de caráter previdenciário. De acordo com a legislação citada, o superávit do Plano CV I, no âmbito da Capef está integralmente alocado na Reserva de Contingência e para fins de atendimento ao disposto na Resolução nº 4.424, do CMN, CPC 33 (R1), não é reconhecido pelo Banco, conforme citado no inciso II, do subitem b.1.

#### **a.1.1) Regime Atuarial no âmbito da Capef**

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

#### **a.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 30.06.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

#### **a.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)**

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 30.06.2016, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.12.2015, 1:1).

#### **a.2) Plano de Assistência Médica**

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Camed, denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

O plano natural está adaptado à Lei nº 9.656 de 03.06.1998, que regulamenta os planos de saúde no Brasil. Encontra-se registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), órgão regulador do setor, sob o número 38.569-7.

A Camed está sujeita à constituição de garantias financeiras estabelecidas pela ANS, para atendimento aos requisitos de Patrimônio Mínimo Ajustado exigido para operação, Margem de Solvência e constituição de Provisões Técnicas no que diz respeito a garantir os pagamentos à rede de prestadores de serviços, mediante vinculação de ativos garantidores na forma estabelecida pela regulamentação.

Em seu estatuto a Camed define seus órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa, sendo formado por representantes do Banco e do Corpo Social. Os representantes do patrocinador são escolhidos pelo presidente do Banco.

A Diretoria Executiva é responsável por executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente em seu Estatuto e nos regulamentos internos.

O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, essencialmente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

#### **a.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 30.06.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

#### **a.2.2) Contribuições**

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade do Banco.

#### **a.3) Seguro de Vida em Grupo**

O Banco mantém como política de benefícios aos seus empregados, contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas por faixas etárias, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%, na forma do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. A cada semestre, o Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

#### **a.3.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições**

Não existem, em 30.06.2016, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido relativa ao seguro de vida.

#### **a.4) Exposição ao risco**

Os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo estão expostos, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural	Risco Atuarial	O risco atuarial está relacionado à incapacidade do plano de honrar os pagamentos dos benefícios, devido à adoção de tábuas atuariais inadequadas, utilização de premissas atuarias não aderentes ou ainda descasamento entre ativos e passivos.
BD/ CV I/ Natural	Risco de Liquidez	O risco de liquidez diz respeito ao casamento dos fluxos de caixas de ativos e passivos, de forma que os recursos estejam disponíveis para pagamento dos benefícios e demais obrigações dos planos.
BD/ CV I/ Natural	Risco Operacional/Legal	O risco operacional está associado a perdas resultantes da operação do plano e pode ser subdividido em quatro categorias: risco de pessoas (despreparo, negligência ou fraude); risco de processos (organização ineficiente, fluxo de informações e de processos deficiente, responsabilidades mal definidas, etc.); risco legal (decorrente de procedimentos e rotinas que desrespeitam o ordenamento jurídico); e risco de tecnologia (processamento de dados sujeitos a erros e falhas de equipamentos).
BD/ CV I/ Natural/Seguro de Vida em Grupo	Risco de Mercado	O risco de mercado está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios.
BD e CV	Risco de Crédito	O risco de crédito surge quando as contrapartes não desejam ou não são capazes de cumprir suas obrigações contratuais. Seu efeito é medido pelo custo de reposição de fluxo de caixa em caso de inadimplência da contraparte. O rebaixamento da classificação por agências especializadas também pode gerar a elevação do risco de crédito, tendo em vista que a confiança dos investidores é impactada, podendo gerar redução no valor de mercado das organizações.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco de longevidade	O valor presente do passivo dos planos é calculado com a melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
CV I/ Natural	Risco de despesas administrativas	Risco gerado pela possibilidade das despesas administrativas serem superiores às estimadas na avaliação, aumentando o passivo atuarial.
BD/ Natural	Risco de postergação de entrada em aposentadoria	O valor presente do passivo do plano é calculado considerando uma possibilidade de postergação da entrada em aposentadoria, caso essa postergação não se efetive valor do passivo tende a aumentar.
CV I	Risco de entrada em invalidez ou ocorrência de morte e cobertura de capitais complementares	Risco de o participante entrar em invalidez ou no caso de morte, sem a constituição de reserva suficiente para arcar com os benefícios.

#### a.5) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	Ativos	Assistidos	Total
Plano BD	1.729	4.778	6.507
Plano CV I	5.115	99	5.214
Plano Natural	6.834	4.821	11.655
Seguro de Vida em Grupo	5.221	3.463	8.684

#### a.6) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

Os riscos atuariais associados ao Plano BD estão relacionados à variação e alterações da base cadastral e aos eventos expressos pelas tábuas atuariais. Não há expectativa de variação nos valores de salário de contribuição ou de benefício além daqueles previstos no regulamento do plano.

Em relação ao Plano CV I, o risco atuarial é reduzido, pois as obrigações relativas a contas individuais de participantes e a benefícios prestados em fase de renda certa a prazo certo apresentam proteção integral contra o surgimento de déficits atuariais, embora que as obrigações previdenciais, de menor dimensão, relativas aos benefícios prestados em fase de renda vitalícia possam eventualmente vir a desenvolver desequilíbrios atuariais. Para essas obrigações existem mecanismos de proteção contra o surgimento de déficits atuariais tais como: i) a constituição de fundos previdenciais; e ii) o reajuste de benefício calculado com base na taxa nominal de rentabilidade dos investimentos obtida, com as limitações previstas no regulamento. Esse plano conta ainda com fundos previdenciais que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio atuarial do plano quando ocorrer insuficiência atuarial e ainda prover a cobertura securitária dos benefícios decorrentes de invalidez ou óbito de participante. Além disso, para ambos os planos, são realizadas atualizações cadastrais periódicas, além de estudos técnicos específicos para aferir a aderência e convergência das hipóteses utilizadas nas avaliações atuariais dos planos.

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Diariamente, os investimentos são

acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano. São realizadas reuniões mensais do Comitê de Investimento, onde são discutidos os riscos envolvidos nas operações, impactos no plano, questões de enquadramentos e análise de cenário econômico, bem como são elaborados relatórios trimestrais de risco, com simulação da rentabilidade mensal e anual, confrontação dos retornos dos ativos com a meta atuarial ao longo do tempo, liquidez do plano projetada no longo prazo, fronteira eficiente de "Markovitz" para os fundos de renda variável; acompanhamento dos ativos de títulos privados, comentários sobre os investimentos das diversas carteiras de investimentos, o VaR dos segmentos de renda fixa e renda variável. Anualmente é realizado o estudo de *Asset Liability Management* (ALM) que objetiva auxiliar os administradores do plano na escolha do portfólio mais adequado aos seus objetivos, levando em consideração as características e as particularidades dos ativos e da situação financeira do plano. O resultado desse estudo permite que sejam feitos investimentos de longo prazo, sem comprometer as obrigações, bem como o atingimento da meta atuarial.

Com relação ao plano natural, destaca-se o risco atuarial ou de subscrição, associado à atividade de prestação de serviços por meio de rede credenciada e/ou reembolso de eventos de saúde suplementar. Esse risco está relacionado tanto à adequação das bases técnicas utilizadas na precificação como também à adequação do nível de provisionamento. A avaliação dos riscos pela Camed é realizada mediante a elaboração de estudos atuariais, por meio de análise detalhada do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança. Os critérios para aplicações financeiras consideram os limites de alocação de recursos em conformidade com a regulamentação estabelecida pela ANS e o risco de crédito associado a essas aplicações é atenuado pela restrição de suas operações a instituição financeira considerada de primeira linha pelo mercado e concentração das aplicações em títulos públicos e privados de renda fixa e curto prazo de vencimento. O risco de crédito associado à possibilidade do não recebimento de valores de mensalidades e taxas que é mitigado pela possibilidade de cobrança em folha de pagamento e por meio de autorização de débito em conta corrente, bem como pela possibilidade legal de interrupção do atendimento aos beneficiários de planos de saúde após determinado período de inadimplência. O gerenciamento de riscos acompanha as alterações nos cenários de exposição a que a Camed está sujeita.

## b) Análise da Obrigação Atuarial

Na posição de 30.06.2016, os planos administrados pela Capef e Camed e o Seguro de Vida em Grupo encontram-se registrados, nas demonstrações financeiras do Banco, na seguinte situação:

### b.1) Planos de Previdência Privada

i. Plano BD: o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 3.805.828 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 3.457.948, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 347.880. A obrigação relativa aos participantes assistidos é de R\$ 3.115.384 e aos participantes ativos é de R\$ 690.444;

ii. Plano CV I: para os benefícios não programados (parte BD), que possuem características de plano de benefício definido, o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 13.433 é inferior ao valor justo dos ativos do plano no montante de R\$ 38.725, resultando em um superávit de R\$ 25.292, que não está sendo reconhecido, pois se destina à formação do fundo de solvência e do fundo mutualista do plano.

**b.2) Plano de Assistência Médica:** o valor presente da obrigação atuarial no montante de R\$ 897.675 encontra-se parcialmente fundado por ativos do plano no montante de R\$ 109.993, resultando em um valor presente das obrigações atuariais descobertas de R\$ 787.682. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 753.309 e aos participantes ativos é de R\$ 144.366.

**b.3) Seguro de vida em grupo:** o valor presente das obrigações atuariais descobertas é de R\$ 64.142, inexistindo ativos para esse plano. A obrigação referente aos participantes assistidos é de R\$ 39.267 e aos participantes ativos é de R\$ 24.875.

## c) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Semestre	(3.287.131)	(3.289.131)	(9.502)	(4.398)
2. Custo dos Juros	(205.762)	(190.826)	(619)	(264)
3. Custo do Serviço Corrente	(3.837)	(6.395)	(264)	(89)
4. Benefícios Pagos pelo Plano	192.460	176.245	135	71
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(35.828)	(32.487)	-	-



6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	(1.475)	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	48	-
<b>8. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais</b>	<b>(465.730)</b>	<b>(207.129)</b>	<b>(1.756)</b>	<b>(3.676)</b>
8.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	(104.525)	(182.074)	(1.276)	(3.600)
8.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(361.205)	(25.055)	(480)	(76)
<b>9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre</b>	<b>(3.805.828)</b>	<b>(3.549.723)</b>	<b>(13.433)</b>	<b>(8.356)</b>

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Início do Semestre	(879.202)	(779.433)	(56.505)	(37.660)
2. Custo dos Juros	(56.773)	(45.270)	(3.544)	(2.103)
3. Custo do Serviço Corrente	(6.794)	(6.403)	(382)	(416)
4. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(1)</sup>	31.620	23.619	3.098	1.357
5. Contribuições dos Assistidos (Aposentados e Pensionistas)	(8.700)	(7.986)	-	-
6. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	5.061	8.379	-	-
<b>7. Remensurações de Ganhos (Perdas) Atuariais</b>	<b>17.113</b>	<b>(66.318)</b>	<b>(6.809)</b>	<b>(13.100)</b>
7.1. Decorrentes de Ajustes de Experiência	188.435	4.245	755	(12.540)
7.2. Decorrentes de Alterações de Premissas Demográficas	(35.678)	-	-	-
7.3. Decorrentes de Alterações de Premissas Financeiras	(135.644)	(70.563)	(7.564)	(560)
8. Redução no plano	-	-	-	-
<b>9. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre</b>	<b>(897.675)</b>	<b>(873.412)</b>	<b>(64.142)</b>	<b>(51.922)</b>

<sup>(1)</sup> Camed: Plano Natural - Líquidos das coparticipações pagas pelos associados.

#### d) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Valor Justo dos Ativos dos Planos

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Semestre	3.051.653	3.158.800	31.247	11.991
2. Receita de Juros	192.588	185.008	2.125	773
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	33.358	30.245	694	452
4. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	231	307	694	451
5. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	35.828	32.487	-	-
6. Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	-	-	1.475	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	-	-	(48)	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano	(192.460)	(176.245)	(135)	(71)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano <sup>(2)</sup>	336.750	3.754	2.673	3.668
<b>10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre</b>	<b>3.457.948</b>	<b>3.234.356</b>	<b>38.725</b>	<b>17.264</b>

<sup>(1)</sup> Capef – Plano BD: contribuições relativas a participantes ativos e assistidos;

<sup>(2)</sup> Exceto receita de juros.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
1. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Início do Semestre	106.225	68.831	-	-
2. Receita de Juros	7.058	4.228	-	-
3. Contribuições Recebidas do Empregador <sup>(1)</sup>	18.187	19.451	1.549	1.357
4. Devolução das Contribuições do Patrocinador	(23.726)	-	-	-
5. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	7.455	9.340	1.549	-
6. Contribuições Recebidas de Participantes Assistidos	8.700	7.986	-	-
7. Despesas Administrativas Pagas pelo Plano	(5.061)	(8.379)	-	-
8. Benefícios Pagos pelo Plano <sup>(2)</sup>	(31.620)	(23.619)	(3.098)	(1.357)
9. Retorno sobre os Ativos do Plano <sup>(3)</sup>	22.775	(9.481)	-	-
<b>10. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre</b>	<b>109.993</b>	<b>68.357</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Camed – Plano Natural: contribuições relativas a associados e aposentados/pensionistas;

<sup>(2)</sup> Camed – Plano Natural: líquidos das coparticipações pagas pelos associados; e

<sup>(3)</sup> Exceto receita de juros.

**e) Conciliação dos Saldos de Abertura e Fechamento do Efeito do Teto do Ativo**

Especificação	Capef	
	Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015
1. Efeito do Teto do Ativo, no Início do Semestre	(21.745)	(7.593)
2. Juros sobre o Efeito do Teto	(1.506)	(509)
3. Remensuração do Efeito do Teto do Ativo	(2.041)	(806)
<b>4. Efeito do Teto do Ativo, no Fim do Semestre</b>	<b>(25.292)</b>	<b>(8.908)</b>

**f) Conciliação do Valor Presente da Obrigação e do Valor dos Ativos dos Planos, com os Ativos e os Passivos Reconhecidos no Balanço Patrimonial**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre	(3.805.828)	(3.549.723)	(13.433)	(8.356)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre	3.457.948	3.234.356	38.725	17.264
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(347.880)	(315.367)	25.292	8.908
4. Efeito do Teto do Ativo, no Final do Semestre		-	(25.292)	(8.908)
<b>5. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Semestre (Nota 16.i) <sup>(1)</sup></b>	<b>(347.880)<sup>(1)</sup></b>	<b>(315.367)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Considerando diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD:01.01 a 30.06.2016: R\$ 98.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. Valor Presente da Obrigação Atuarial, no Final do Semestre	(897.675)	(873.412)	(64.142)	(51.922)
2. Valor Justo dos Ativos do Plano, no Final do Semestre	109.993	68.357	-	-
3. Superávit (Déficit) do Plano (item 1 – item 2)	(787.682)	(805.055)	(64.142)	(51.922)
<b>4. Passivo Reconhecido no Balanço Patrimonial no Final do Semestre (Nota 16.i)</b>	<b>(787.682)</b>	<b>(805.055)</b>	<b>(64.142)</b>	<b>(51.922)</b>

**g) Valores Reconhecidos no Resultado do Semestre**

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>(3.606)</b>	<b>(6.088)</b>	<b>430</b>	<b>362</b>
1.1. Custo do Serviço	(3.837)	(6.395)	(264)	(89)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	231	307	694	451
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(13.174)</b>	<b>(5.818)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
2.1. Custo dos Juros	(205.762)	(190.826)	(619)	(264)
2.2. Receita de Juros	192.588	185.008	2.125	773
2.3. Juros sobre o Efeito do Teto	-	-	(1.506)	(509)
<b>3. Valores Reconhecidos no Resultado do Semestre (item 1 + item 2)</b>	<b>(16.780)<sup>(1)</sup></b>	<b>(11.906)<sup>(1)</sup></b>	<b>430<sup>(2)</sup></b>	<b>362</b>

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco, Plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 4 e 01.01 a 30.06.2015: R\$ 2.

<sup>(2)</sup> Esse valor foi registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
<b>1. Custo do Serviço Corrente Líquido</b>	<b>661</b>	<b>2.937</b>	<b>1.167</b>	<b>(416)</b>
1.1. Custo do Serviço	(6.794)	(6.403)	(382)	(416)
1.2. Contribuições Recebidas de Participantes Ativos	7.455	9.340	1.549	-
<b>2. Juros Líquidos</b>	<b>(49.715)</b>	<b>(41.042)</b>	<b>(3.544)</b>	<b>(2.103)</b>
2.1. Custo dos Juros	(56.773)	(45.270)	(3.544)	(2.103)
2.2. Receita de Juros	7.058	4.228	-	-
<b>3. Valores Reconhecidos no Resultado do Semestre (item 1 + item 2)</b>	<b>(49.054)<sup>(1)</sup></b>	<b>(38.105)<sup>(1)</sup></b>	<b>(2.377)<sup>(1)</sup></b>	<b>(2.519)<sup>(1)</sup></b>

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco: 01.01 a 30.06.2015 - Plano Natural: R\$ 14 e Seguro de Vida: R\$ 2; 01.01 a 30.06.2016 - Plano Natural: R\$ 20 e Seguro de Vida: R\$ 3.

As contribuições referentes à parte CD do plano CV I foram contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo:

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Contribuições (Parte CD) <sup>(1)</sup>	(22.123)	(18.226)

<sup>(1)</sup> Inclusive contribuições de funcionários cedidos: R\$ 01.01 a 30.06.2016 - R\$ 153; e 01.01 a 30.06.2015 - R\$ (137) e diferença de contribuições estimadas no período de 01.01 a 30.06.2015 - R\$ 147.

As despesas administrativas do plano BD estão contabilizadas em despesas de benefícios pós-emprego, conforme abaixo.

Especificação	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Despesas Administrativas	(3.089)	(2.810)

#### h) Valores do Período, Reconhecidos no Patrimônio Líquido

As perdas por ajustes de experiência relativas ao plano BD, em 30.06.2016, são decorrentes dos aumentos dos benefícios dos assistidos em 10,45% e do salário médio em 11%, em relação ao plano CV I, são decorrentes do aumento no valor do salário médio e do valor do benefício médio dos pensionistas. Os ganhos de ajustes de experiências do plano Natural e do Seguro de Vida em Grupo são justificados pela redução dos custos médios de saúde e pela redução do número de ex-empregados na apólice do seguro e do capital segurado médio, respectivamente.

No que diz respeito à perda por ajustes de pressupostos demográficos registrados no período para o Plano Natural é oriunda de alteração na metodologia de composição familiar, que passa a considerar a experiência do plano, bem como de ajustes no cálculo da base de contribuições de pensionistas.

As perdas atuariais decorrentes de premissas financeiras, em 30.06.2016, dizem respeito às alterações nas taxas de juros em relação a 31.12.2015, que passaram de 13,12% (31.12.2015) para 11,80% (30.06.2016), nos planos BD e Natural, de 13,12% (31.12.2015) para 11,81% (30.06.2016) no plano CV I e de 13,25% (31.12.2015) para 11,80% (30.06.2016) no Seguro de Vida em Grupo.

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	336.750	3.754	2.673	3.668
<b>2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação</b>	<b>(465.730)</b>	<b>(207.129)</b>	<b>(1.756)</b>	<b>(3.676)</b>
2.1. Ajustes de Experiência	(104.525)	(182.074)	(1.276)	(3.600)
2.2. Alterações de Premissas Financeiras	(361.205)	(25.055)	(480)	(76)
3. Efeito do teto do ativo	-	-	(2.041)	(806)
<b>4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Semestre (item 1 + item 2 + item 3) <sup>(1)</sup></b>	<b>(128.980)<sup>(1)</sup></b>	<b>(203.375)<sup>(1)</sup></b>	<b>(1.124)</b>	<b>(814)</b>

<sup>(1)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas, no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 98; e BD: 01.01 a 31.12.2014: R\$ 63.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015
	01.01 a 30.06.2016	01.01 a 30.06.2015		
1. Retorno sobre os Ativos do Plano	22.775	(9.481)	-	-
<b>2. Ganhos (Perdas) atuariais sobre a Obrigação</b>	<b>17.113</b>	<b>(66.318)</b>	<b>(6.809)</b>	<b>(13.100)</b>
2.1. Ajustes de Experiência	188.435	4.245	755	(12.540)
2.2. Alterações de Premissas Demográficas	(35.678)	-	-	-
2.3. Alterações de Premissas Financeiras	(135.644)	(70.563)	(7.564)	(560)
<b>3. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido no final do Semestre (item 1 + item 2 + item 3)</b>	<b>39.888</b>	<b>(75.799)</b>	<b>(6.809)</b>	<b>(13.100)</b>

#### i) Conciliação de movimentação do (passivo)/ativo líquido reconhecido no semestre

Especificação	Capef			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Início do Semestre	(235.478)	(130.331)	-	-
2. Contribuições do Empregador	33.358 <sup>(1)</sup>	30.245	694	452
3. Valores Reconhecidos no Resultado	(16.780)	(11.906)	430	362
4. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(128.980)	(203.375)	(1.124)	(814)
<b>5. (Passivo)/Ativo Reconhecido, no Final do Semestre (Nota 16.i)</b>	<b>(347.880)</b>	<b>(315.367)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

<sup>(1)</sup> Inclusive diferença de contribuições estimadas no cálculo atuarial do plano BD: 01.01 a 30.06.2016: R\$ 98.

Especificação	Camed		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
1. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Início do Semestre	(772.977)	(710.602)	(56.505)	(37.660)
2. Contribuições do Empregador	18.187	19.351	1.549	1.357
3. Devolução de contribuições do patrocinador	(23.726)	-	-	-
4. Valores Reconhecidos no Resultado	(49.054)	(38.105)	(2.377)	(2.519)
5. Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	39.888	(75.799)	(6.809)	(13.100)
<b>6. (Passivo)/Ativo Reconhecido no Final do Semestre (Nota 16.i)</b>	<b>(787.682)</b>	<b>(805.055)</b>	<b>(64.142)</b>	<b>(51.922)</b>

#### j) Política de Investimento, Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. A meta do plano BD a ser alcançada em seus investimentos é representada por INPC + 5,50% a.a. e do plano CV I, IPCA + 5,50% a.a..

Para formulação da política são analisados os critérios e objetivos de investimento dos recursos do plano de custeio e benefícios, considerando: a) taxa esperada de retorno; b) preservação de capital; c) diversificação; d) tolerância a risco; e) estabilidade; f) liquidez e g) regra de reajuste de benefícios. Com base nesses critérios são definidos mecanismos de investimento e a melhor estratégia na diversificação das carteiras: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução nº 3.792, de 24.09.2009 do Conselho Monetário Nacional e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano. A proposta de alocação de recursos é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do plano natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Especificação	Capef				Camed	
	Plano BD (%)		Plano CV I (%)		Plano Natural (%)	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Renda Fixa	89,05	85,75	93,74	93,51	74,63	56,78
Renda Variável	0,17	2,22	-	1,48	24,94	42,51
Investimentos Imobiliários	7,82	9,14	-	-	0,43	0,71
Investimentos Estruturados	0,23	0,23	1,47	2,11	-	-
Empréstimos e Financiamentos a Participantes	2,71	2,64	4,79	2,90	-	-
Outros	0,02	0,02	-	-	-	-
<b>Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos</b>						
Em instrumentos financeiros no Banco	0,17	0,23	-	-	74,63	56,78
Em propriedades/outros ativos utilizados pelo Banco	1,04	1,35	-	-	0,43	0,71

#### k) Premissas utilizadas

##### k.1) Premissas Demográficas

As premissas demográficas utilizadas baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Capef e da Camed, embasadas em estudos estatísticos elaborados por consultorias especializadas, contratadas por aquelas entidades. Nos cálculos atuariais, para os planos BD, Natural e Seguro de Vida, o tempo de adiamento da aposentadoria em relação a cada participante ativo foi estimado pelo percentil 50%, em relação ao tempo efetivo de adiamento da aposentadoria verificado para o conjunto dos atuais participantes ativos, que já se encontravam elegíveis para o benefício de aposentadoria programada na data da avaliação atuarial.

Especificação	Plano BD (Capef), Plano Natural (Camed) e Seguro de Vida	
	30.06.2016	30.06.2015
<b>Tábuas de Mortalidade</b>		
Ativos/Aposentados	RP2000 – Suavizada em 15%	RP2000 – Suavizada em 15%
Inválidos	Winklevoss	Winklevoss
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Álvaro Vindas – (A10)	Álvaro Vindas – (A10)

Especificação	Plano CV I (Capef)	
	30.06.2016	30.06.2015
<b>Tábuas de Mortalidade</b>		
Ativos/Aposentados	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)	RP 2000 Proj. 2014 Unisex (70%M) (D20)
Inválidos <sup>(1)</sup>	Experiência do IAPC-Fraca	Experiência do IAPC-Fraca
<b>Tábua de Entrada em Invalidez</b>	Álvaro Vindas (suavizada 50%)	Álvaro Vindas (suavizada 50%)

<sup>(1)</sup> A tábua de mortalidade de invalidez utilizada resulta da aplicação do fator de 0,5 sobre as taxas de mortalidade da tábua IAPC original.

## k.2) Premissas Financeiras

Especificação	Capef (% a.a.)			
	Plano BD		Plano CV I	
	30.06.2016	30.06.2015	30.06.2016	30.06.2015
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,80	11,99	11,81	11,97
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,97	6,15	5,98	6,13
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial <sup>(1)</sup>	6,56	6,56	5,50	5,50
Taxa nominal de aumentos dos benefícios	5,50	5,50	5,50	5,50

<sup>(1)</sup> Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinge a data prevista para aposentadoria (360 contribuições).

Especificação	Camed (% a.a.)		Seguro de Vida	
	Plano Natural		30.06.2016	30.06.2015
	30.06.2016	30.06.2015		
Taxa nominal de desconto da obrigação atuarial	11,80	11,99	11,80	11,99
Taxa real de desconto da obrigação atuarial	5,97	6,15	5,97	6,15
Taxa média de inflação anual	5,50	5,50	5,50	5,50
Taxa nominal de crescimento salarial	6,56	6,56	-	6,56
Taxa nominal de aumentos médio dos benefícios	7,81 <sup>(1)</sup>	8,85 <sup>(2)</sup>	-	5,50
Taxa de evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento ( <i>Aging Factor</i> )	3,11	2,91	Não se aplica	Não se aplica
Taxas de crescimento dos custos de saúde (HCCTR)	2,19 <sup>(1)</sup>	3,18 <sup>(2)</sup>	Não se aplica	Não se aplica

<sup>(1)</sup> Na posição de 30.06.2016, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 7 (sete) anos. A taxa encontrada foi de 2,19%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 8 (oito) anos, a partir de 2017, permanecendo a partir do 9º (nono ano) em 1% a.a.

<sup>(2)</sup> Na posição de 30.06.2015, para o plano Natural, foi calculada taxa de inflação médica considerando a experiência do plano nos últimos 6 (seis) anos. A taxa encontrada foi de 3,18%, acima do "aging factor" e da inflação geral de preços de 5,50% a.a., e decresce gradualmente em 10 (dez) anos, a partir de 2015, permanecendo a partir do 11º (décimo primeiro ano) em 1% a.a.

**k.3)** A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano.

**k.4)** É utilizado como método de avaliação atuarial o Método de Crédito Unitário Projetado a fim de determinar o valor presente da obrigação, o custo do serviço corrente e, quando necessário, o custo do serviço passado.

**k.5)** A taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da *duration* dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do Pronunciamento CPC 33 (R1) aprovado pela Resolução 4.424, do CMN. Na posição de 30.06.2016, foram apuradas as seguintes *durations*: para os planos Capef BD e Camed Natural: 12,17 anos (13,91 anos em 30.06.2015), para o plano Capef CV I: 22,75 anos (24,37 anos em 30.06.2015) e para o Seguro de Vida: 11,04 anos (12,65 anos em 30.06.2015).

## I) Análise de sensibilidade das principais hipóteses

A análise de sensibilidade considera o acréscimo ou decréscimo de 1 (um) ano na idade do participante ou assistido, do aumento ou da redução de 0,25% na taxa de juros, para os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida, bem como da taxa de crescimento dos custos de saúde para o plano Natural. O cálculo foi efetuado com base no método da unidade de crédito projetada, estimando-se o valor presente da obrigação na posição de 30.06.2016.

Capef - Plano BD	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(3.805.828)	(3.713.095)	(3.896.826)	(3.728.124)	(3.886.558)
Valor Justo dos Ativos	3.457.948	3.457.948	3.457.948	3.457.948	3.457.948
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	(347.880)	(255.147)	(438.878)	(270.176)	(428.610)
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,4)	2,4	(2,0)	2,1
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(26,7)	26,2	(22,3)	23,2

Capef - Plano CV I	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(13.433)	(12.873)	(14.064)	(13.225)	(13.648)
Valor Justo dos Ativos	38.725	38.725	38.725	38.725	38.725
<b>Superávit (Déficit) Técnico <sup>(1)</sup></b>	25.291,68	25.852	24.661	25.500	25.077
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,2)	4,7	(1,5)	1,6
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		2,2	(2,5)	0,8	(0,8)

<sup>(1)</sup> Valor não reconhecido tendo em vista efeito do teto do ativo

Camed - Plano Natural	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		HCCTR		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(897.675)	(855.999)	(937.440)	(923.927)	(872.513)	(871.248)	(925.460)
Valor Justo dos Ativos	109.993	109.993	109.993	109.993	109.993	109.993	109.993
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	(787.682)	(746.006)	(827.447)	(813.934)	(762.520)	(761.255)	(815.467)
<b>Variações:</b>							
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(4,6)	4,4	2,9	(2,8)	(2,9)	3,1
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(5,3)	5,0	3,3	(3,2)	(3,4)	3,5

Seguro de Vida	Parâmetros Atuais	Tábua Biométrica		Taxa de Juros	
	30.06.2016	Idade + 1	Idade - 1	+ 0,25%	-0,25%
Valor Presente da Obrigação Atuarial	(64.142)	(62.470)	(65.786)	(62.635)	(65.718)
<b>Superávit (Déficit) Técnico</b>	(64.142)	(62.470)	(65.786)	(62.635)	(65.718)
<b>Variações:</b>					
Aumento/Redução da Obrigação Atuarial (%)		(2,6)	2,6	(2,4)	2,5
Aumento/Redução do Superávit (Déficit) Técnico (%)		(2,6)	2,6	(2,4)	2,5

## m) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

### m.1) Contribuições Esperadas para o 2º Semestre de 2016

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Contribuições do Empregador	42.031	26.024 <sup>(1)</sup>	26.232	1.548
2. Despesas Administrativas	7.808	2.912 <sup>(1)</sup>	8.057	-
3. Contribuições de Empregados	255	26.024 <sup>(1)</sup>	14.748	1.548
4. Contribuições de Assistidos	41.776	-	12.688	-
5. Benefícios Esperados	368.011	142	52.172	6.030

<sup>(1)</sup> Inclusive modalidade contribuição definida

### m.2) Pagamentos de Benefícios Esperados

Especificação	Capef <sup>(1)</sup>		Camed <sup>(1)</sup>	Seguro de Vida <sup>(1)</sup>
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
Até 1 ano	342.418	1.945	19.343	4.918
De 1 ano a 2 anos	341.786	1.760	18.738	5.017
De 2 anos a 3 anos	338.619	1.625	18.637	5.106
De 3 anos a 4 anos	335.997	1.517	18.475	5.151
Acima de 4 anos	5.845.144	18.649	894.078	192.801
<b>Total</b>	<b>7.203.964</b>	<b>25.496</b>	<b>969.271</b>	<b>212.993</b>

<sup>(1)</sup> Os valores de benefícios esperados foram calculados sem descontar a valor presente.

n) Estimativa de Despesas para o 2º semestre de 2016

Especificação	Capef		Camed	Seguro de Vida
	Plano BD	Plano CV I	Plano Natural	
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(3.582)	528	(61)	1.166
2. Juros Líquidos	(13.174)	-	(49.715)	(3.544)
<b>3. Total da (Despesa)/Receita a Reconhecer</b>	<b>(16.756)</b>	<b>528</b>	<b>(49.776)</b>	<b>(2.378)</b>

**NOTA 26 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE**

- a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 63.470.927 (R\$ 56.878.253 em 30.06.2015) está registrado em contas de compensação do Banco "Patrimônio de Fundos Públicos Administrados".
- b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 14.207.550 (R\$ 9.576.462 em 30.06.2015), registrado no título "Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento" é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 788.367 (R\$ 462.115 em 30.06.2015).
- c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:
- c.1)** nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;
- c.2)** para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 2.682, de 21.12.1999; e
- c.3)** o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 616, de 26.05.2003. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes de recursos, permanecerá a mesma posição de risco da operação a ser liquidada. A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em "Passivos Contingentes" do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 30.06.2016	Provisão em 30.06.2015
AA	8.758.856	-	-
A	11.754.611	29.499	29.121
B	9.791.719	49.236	49.096
C	2.431.093	36.275	25.610
D	890.054	44.482	61.662
E	540.445	82.772	80.021
F	443.541	111.320	101.021
G	720.215	252.800	77.920
H	4.641.419	2.355.904	1.964.227
<b>Total</b>	<b>39.971.953</b>	<b>2.962.289</b>	<b>2.388.678</b>

- d) para as operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o *del credere* é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de *del credere* foi de R\$ 621.245 (R\$ 598.517 em 30.06.2015).
- e) a taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012/Custeio), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração foi de R\$ 694.058 (R\$ 704.183 em 30.06.2015).

## NOTA 27 - Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo especial, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	Tade	30.06.2016	30.06.2015
Proger-Urbano Investimento	017/2006	4.103	9.651
FAT - Infraestrutura	018/2006	185.647	209.547
Protrabalho Investimento	004/2007	193.417	174.368
PNMPO-Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	001/2010	128.142	151.939
<b>Total</b>		<b>511.309</b>	<b>545.505</b>

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), registradas em “Depósitos Especiais com Remuneração”, da ordem de R\$ 292.516 (R\$ 375.423 em 30.06.2015) têm custo de captação com base na taxa Selic enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa Selic, totalizam R\$ 31.100 (R\$ 32.361 em 30.06.2015).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat) nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada Tade (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- a partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos; e
- a partir de 3 meses relativamente aos novos depósitos efetuados pelo FAT e não liberados aos mutuários finais.

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2016		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	9.833	387	2.302	14.799	17.101
FAT – Infraestrutura <sup>(4)</sup>	18/2006	RA	51.608	3.269	23.826	79.206	103.032
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	18.562	43	520	69.700	70.220
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	27.788	788	4.452	97.711	102.163
<b>Total (Nota 13.b)</b>			<b>107.791</b>	<b>4.487</b>	<b>31.100</b>	<b>261.416</b>	<b>292.516</b>

Especificação	Tade	Devolução de Recursos do FAT			30.06.2015		
		Forma <sup>(1)</sup>	R.A.	Remuneração Selic	Disponível TMS <sup>(2)</sup>	Aplicado TJLP <sup>(3)</sup>	Total
Proger – Urbano- Investimento	17/2006	RA	14.311	497	3.938	21.406	25.344
FAT – Infraestrutura <sup>(4)</sup>	18/2006	RA	49.918	2.895	26.803	117.837	144.640
Protrabalho- Investimento	04/2007	RA	22.281	51	492	83.028	83.520
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	33.341	850	1.128	120.791	121.919
<b>Total (Nota 13.b)</b>			<b>119.851</b>	<b>4.293</b>	<b>32.361</b>	<b>343.062</b>	<b>375.423</b>

<sup>(1)</sup> RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo);

<sup>(2)</sup> Recursos remunerados pela Taxa Selic;

<sup>(3)</sup> Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

<sup>(4)</sup> Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

## NOTA 28 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

### a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento de riscos operacionais, de crédito, de mercado e de liquidez. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

### Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez. O Comitê Corporativo de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade



específica que gerencia, em nível corporativo, os riscos de crédito, operacionais, de mercado e de liquidez, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos. Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Circular nº 3.678, de 31.10.2013, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria Executiva é responsável pela definição da estrutura de gerenciamento de capital do Banco, incluindo o Plano de Capital para o período de 2016 a 2018, que foi aprovado pelo Conselho de Administração em 03.12.2015. É da responsabilidade da Diretoria de Controle e Riscos, o gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo Conselho Monetário Nacional – CMN, em sua Resolução nº 3.988, de 30.06.2011. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no portal [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br) link "Sobre o Banco".

### b) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	30.06.2016	30.06.2015
<b>Operações de concessão de crédito, coobrigações e Garantias Prestadas</b>	<b>33.500.488</b>	<b>34.363.549</b>
<b>Público</b>	<b>1.473.877</b>	<b>1.504.885</b>
<b>Privado</b>	<b>32.026.611</b>	<b>32.858.664</b>
Comércio	3.953.334	4.010.250
Comércio Exterior	410.586	1.013.236
Habitação	170	242
Indústria	9.433.189	9.618.623
Infraestrutura	2.790.895	3.248.289
Microfinança Urbana	2.905.473	2.830.414
Pessoas Físicas	132.011	223.070
Rural	7.249.729	6.885.149
Outros Serviços	5.151.224	5.029.391
<b>Operações de Mercado</b>	<b>28.612.446</b>	<b>27.329.575</b>
<b>Títulos Públicos Federais</b>	<b>25.649.365</b>	<b>23.259.253</b>
Operações Compromissadas	10.740.851	13.096.312
Outras	14.908.514	10.162.941
<b>Depósitos Interfinanceiros</b>	-	<b>91.096</b>
<b>Outros Títulos e Valores Mobiliários</b>	<b>1.979.988</b>	<b>2.094.132</b>
<b>Outras Operações</b>	<b>983.093</b>	<b>1.885.094</b>
<b>Demais Ativos</b>	<b>3.784.793</b>	<b>3.377.003</b>
<b>Total</b>	<b>65.897.727</b>	<b>65.070.127</b>

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, controlar e mitigar o risco, de forma a assegurar a exposição ao risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de apuração de despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda, serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral.

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

### Garantias de Operações de Crédito acima de R\$ 5.000 com Risco Total para o Banco

As garantias oferecidas para lastrear as operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade, grau de removibilidade e suficiência. Os saldos expostos a risco das operações de crédito com saldo acima de R\$ 5.000 importam em R\$ 2.757.233 (R\$ 5.211.666 em 30.06.2015). Essas operações estão lastreadas por garantias reais no montante de R\$ 8.301.178 (R\$ 4.212.553 em 30.06.2015).

### c) Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, bem como pela possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

O Banco utiliza-se de modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar sua capacidade de honrar os compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez da empresa à administração por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Especificação		30.06.2016 (%)	30.06.2015 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	531,96	366,26
	Média dos últimos 12 meses	393,81	357,37
	Máximo dos últimos 12 meses	531,99	429,24
	Mínimo dos últimos 12 meses	249,52	296,56

### d) Risco de Mercado

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e bancária, por fator de risco;
- mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- relatório de exposição cambial;
- análise de sensibilidade;
- testes de estresse;
- testes de aderência (*backtesting*); e
- relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"><li>Carteira de Negociação: 1% do valor do Patrimônio de Referência</li><li>Carteira Bancária: 5% do valor do Patrimônio de Referência</li></ul>	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

### Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
<b>Carteira de Negociação</b>						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	7.375.047	7.361.620	(13.428)	7.348.621	(26.426)
<b>Carteira Bancária</b>						
Cupom de Dólar	Redução do cupom	(125.734)	(129.303)	(3.570)	(133.337)	(7.603)
Cupom de Euro	Aumento do cupom	(652)	(662)	(10)	(671)	(20)
Cupom de IGP	Aumento do cupom	730.960	695.228	(35.731)	662.370	(68.590)
Cupom de IPCA	Redução do cupom	713.370	622.050	(91.320)	543.976	(169.394)
Cupom de TJLP	Aumento do cupom	512.351	420.896	(91.454)	350.830	(161.521)
Cupom de TR	Aumento do cupom	(1.734.506)	(1.751.296)	(16.789)	(1.763.590)	(29.083)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de Juros	4.817.013	4.698.215	(118.798)	4.591.944	(225.069)

Para efeito dos cálculos acima, no cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco mercado considerados, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do cenário 1 e os saldos dos cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de *hedge*, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
<i>Derivativos para Hedge</i>	Aumento da taxa referencial BM&FBovespa DI x Dólar	Swap Dólar x DI	1.023.551	1.000.284	978.083
		Passivo em ME	(1.004.614)	(981.930)	(960.283)
		Exposição Líquida	18.937	18.354	17.800

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de *hedge* cambial e respectivos títulos consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e das operações de *hedge* (operações de *swap*) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de *swap* DI x Dólar.

Cenário 2 – neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

Cenário 3 – neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de *swap* DI x Prefixado.

#### e) Risco Operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas, decorrente de falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas, e sistemas, ou resultantes de eventos externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial mitigar a possibilidade e o impacto das perdas operacionais. O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa dar suporte ao cumprimento da política corporativa, em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária.

O gerenciamento do risco operacional corporativo no Banco atua em uma visão de processos e é realizado por estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações de riscos nos processos de suporte e de negócios da Instituição, tendo como referência maior as Resoluções do Banco Central. Sob o enfoque qualitativo, são utilizadas metodologias de avaliação de riscos em processos, acompanhamento de ações de mitigação e relatórios gerenciais. Outra metodologia utilizada é a de autoavaliação de riscos e de controles em processos – RCSA (*Risk and Control Self Assessment*), que permite simular os riscos inerentes a atividades e procedimentos, bem como definir o seu impacto. Além disso, permite a construção de Matriz de Riscos e definição de indicadores, com o intuito de obter visão ampliada dos riscos em processos e aprimoramento do seu gerenciamento.

## f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram o saldo líquido de exposição cambial vendida, no importe de R\$ 35.939 (R\$ 72.343 em 30.06.2015 – posição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2016	30.06.2015	Especificação	30.06.2016	30.06.2015
Disponibilidades	89.055	31.550	Depósitos	-	5.858
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	Relações Interdependências	5.561	3.957
Operações de Crédito	786.642	881.538	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	79.443	85.219
Outros Créditos	608.852	1.181.390	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	1.788.181	2.804.974
			Outras Obrigações	614.096	1.146.277
<b>Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exclusive Derivativos</b>	<b>1.484.549</b>	<b>2.094.478</b>	<b>Total de Passivos em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.487.281</b>	<b>4.046.285</b>
Operações de Swap	966.793	1.879.464			
<b>Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.451.342</b>	<b>3.973.942</b>	<b>Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras</b>	<b>2.487.281</b>	<b>4.046.285</b>

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Política Corporativa de Gestão de Riscos, (5% do Patrimônio de Referência).

## g) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Em 30.06.2016, o Banco apresentou um índice de Basileia Amplo (incluindo o capital para cobertura do RBAN) de 11,81% (13,95% em 30.06.2015) e os índices de Nível I e de Capital Principal ficaram, ambos, em 7,58% (7,64% em 30.06.2015). O PR apurado foi de R\$ 4.648.057 (R\$ 5.294.087 em 30.06.2015), o Nível I e o Capital Principal apresentaram o mesmo valor de R\$ 2.802.307 (R\$ 2.813.862 em 30.06.2015), enquanto os ativos ponderados pelo risco (montante RWA) totalizaram R\$ 36.973.189 (R\$ 36.832.758 em 30.06.2015).

## i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2016	30.06.2015
<b>Patrimônio de Referência (PR)</b>	<b>4.648.057</b>	<b>5.294.087</b>
. Nível I	<b>2.802.307</b>	<b>2.813.862</b>
. Capital Principal	2.802.307	2.813.862
. Nível II	<b>1.845.750</b>	<b>2.480.225</b>
<b>Ativos Ponderados por Risco (RWA)</b>	<b>36.973.189</b>	<b>36.832.758</b>
. Parcela RWACPAD	30.029.367	30.701.528
. Parcela RWACAM	36.942	378.887
. Parcela RWAJUR	55.544	70.391
. Parcela RWACOM	9.650	2.891
. Parcela RWAOPAD	6.841.686	5.679.061
<b>Valor do RBAN</b>	<b>2.396.024</b>	<b>1.112.328</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido (PR – [RWA * 9,875%])<sup>1</sup></b>	<b>996.955</b>	<b>1.242.484</b>
<b>Margem sobre o PR Requerido Considerando o RBAN {PR – ((RWA + RBAN) * 9,875%)}<sup>1</sup></b>	<b>760.347</b>	<b>1.120.128</b>
<b>Margem sobre o PR Nível I Requerido (PR Nível I - RWA * 6%)</b>	<b>583.916</b>	<b>603.897</b>
<b>Margem sobre o Capital Principal Requerido (Capital Principal - RWA * 4,5%)</b>	<b>1.138.513</b>	<b>1.156.388</b>
<b>Adicional de Capital Requerido-ACP (RWA * 0,625%)</b>	<b>231.083</b>	-
<b>Margem sobre o Adicional de Capital Requerido (menor entre as margens - ACP Requerido)</b>	<b>352.833</b>	-
<b>Índices de Basileia:</b>		
. Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	7,58%	7,64%
. Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	7,58%	7,64%
. Índice de Basileia (Requerimento mínimo de 9,875%) <sup>(1)</sup>	12,57%	14,37%
. Índice de Basileia incluindo RBAN	11,81%	13,95%

Onde:

- . RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito.
- . RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial.
- . RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros.
- . RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias.
- . RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional.
- . RBAN: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)</b>	<b>4.648.057</b>	<b>5.294.087</b>
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL I</b>	<b>2.802.307</b>	<b>2.813.862</b>
<b>Capital Principal</b>	<b>2.802.307</b>	<b>2.813.862</b>
Capital Social	2.844.000	2.844.000
Reservas de Lucros	771.046	485.245
Reservas de Capital e de Reavaliação	15.556	18.232
Ganhos ou Perdas Não Realizadas – Avaliação Patrimonial e TVM	(595.407)	(480.769)
Ajustes Prudenciais	(232.888)	(52.846)
Ajuste Prudencial – Ativos Intangíveis	(5.436)	(3.446)
Ajuste Prudencial – Ativos Diferidos	(3)	(73)
Ajuste Prudencial – Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(165.668)	(49.327)
Ajuste Prudencial – Diferença a Menor – Ajustes da Res. CMN nº 4.277	(61.781)	-
<b>PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA NÍVEL II</b>	<b>1.845.750</b>	<b>2.480.225</b>
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	1.898.225	2.532.761
Investimento em Outras Entidades, deduzido do Nível II	(52.475)	(52.536)

Os contratos de Dívida Subordinada firmados junto ao FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, antes da entrada em vigor da Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, de acordo com o § 2º do seu artigo 23, serão elegíveis até sua amortização.

O Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, registrado no Nível II até 31.12.2015, deixou de compor o PR a partir de janeiro de 2016, pois está sendo substituído por um contrato de novação e confissão de dívida que se encontra em processo de negociação junto à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e de autorização por parte do Bacen para ser considerado elegível a Capital Principal.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

O Bacen publicou, em 27.02.2015, a Circular nº 3.748, com vigência a partir da data-base de outubro de 2015, descrevendo a metodologia de apuração da Razão de Alavancagem (RA). O referido cálculo é o resultado da divisão do PR de Nível I, apurado de acordo com a Resolução nº 4.192, de 01.03.2013, do CMN, pela Exposição Total conforme definido no inciso II do artigo 2º da citada Circular. Na posição de 30.06.2016, a Razão de Alavancagem do Banco ficou em 4,38, conforme quadro abaixo:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>
Patrimônio de Referência Nível I	2.802.307
Exposição Total para Razão de Alavancagem	63.966.791
Razão de Alavancagem (%)	4,38

iv. Índice de Imobilização

A Resolução CMN nº 2.669, de 25.11.1999, estabeleceu o limite de 50% do PR ajustado, a partir de dezembro de 2002, para o índice de imobilização. O índice de imobilização do Banco encontra-se conforme demonstrado a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	4.648.058	5.294.087
Limite para Imobilização	2.324.028	2.647.044
Situação	224.891	225.388
Margem	2.099.137	2.421.656
Índice de imobilização	4,84%	4,26%

NOTA 29 – Partes Relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
<b>Ativos</b>		
Operações de Crédito – Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	524.769	436.194
<b>Total</b>	<b>524.769</b>	<b>436.194</b>

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
<b>Passivos</b>		
<b>Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.b e Nota 27)</b>	<b>292.516</b>	<b>375.423</b>
<b>Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)</b>	<b>1.718.683</b>	<b>1.691.912</b>
Tesouro Nacional	444	605
BNDES	1.588.722	1.537.046
Finame	129.517	154.261
<b>Outras Obrigações</b>	<b>17.114.570</b>	<b>12.671.824</b>
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.f)	14.216.345	9.584.380
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.g e Nota 17)	-	1.396.357
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 16h e Nota 17)	1.000.000	-
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.i e Nota 18)	1.898.225	1.691.087
<b>Total</b>	<b>19.125.769</b>	<b>14.739.159</b>

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (Capef) e Caixa de Assistência Médica (Camed), apresentam a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
<b>Passivos</b>	<b>1.199.704</b>	<b>1.172.343</b>
Benefícios Pós-Emprego – Capef Plano BD (Nota 16.i)	347.880	315.367
Benefícios Pós-Emprego – Camed Plano Natural (Nota 16.i)	787.682	805.055
Benefícios Pós-Emprego – Seguro de Vida (Nota 16.i)	64.142	51.922
<b>Total</b>	<b>1.199.704</b>	<b>1.172.343</b>

#### b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>01.01 a 30.06.2016</b>	<b>01.01 a 30.06.2015</b>
<b>Honorários</b>	<b>1.865</b>	<b>1.838</b>
Diretoria	1.588	1.566
Conselho de Administração	148	133
Conselho Fiscal	129	139
<b>Outros</b>	<b>904</b>	<b>638</b>
<b>Participação no Lucro</b>	<b>770</b>	<b>1.284</b>
<b>Total dos Benefícios de Curto Prazo</b>	<b>3.539</b>	<b>3.760</b>
<b>Benefícios Pós-Emprego</b>	<b>103</b>	<b>162</b>
<b>Total</b>	<b>3.642</b>	<b>3.922</b>

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede benefício pós-emprego aos administradores, com exceção àqueles que fazem parte do quadro funcional, participantes de Plano de Previdência e de Assistência Médica dos funcionários do Banco.

O Banco não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Bacen.

#### NOTA 30 – Demonstração do Resultado Abrangente

<b>Especificação</b>	<b>01.01 a 30.06.2016</b>	<b>01.01 a 30.06.2015</b>
<b>Lucro Líquido</b>	<b>225.564</b>	<b>158.128</b>
<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>21.522</b>	<b>(296.111)</b>
Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	196.250	(6.871)
Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	(78.866)	2.748
Realização da Reserva de Reavaliação	1.936	1.937
Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	(871)	(775)
Ganhos ou Perdas Atuariais	(96.927)	(293.150)
<b>Resultado Abrangente</b>	<b>247.086</b>	<b>(137.983)</b>

#### NOTA 31 - Outras Informações

##### a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Créditos Abertos para Importação	8.587	143.045
Créditos de Exportação Confirmados	51.515	58.500
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	-	450
- FNE	20.222.087	19.425.397
- FDNE	115.403	108.926
Coobrigações em Cessões de Crédito	20.160	22.659

**b) Declaração de Conformidade**

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão do Banco.

**c) Aprovação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 8 de agosto de 2016.

Fortaleza, 8 de agosto de 2016.

**A Diretoria**

**OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Ao  
Conselho de Administração, Acionistas e Administradores do  
**Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria, inclui também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do Valor Adicionado**

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para o semestre findo em 30 de junho de 2016, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2016.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen  
Contador CRC-1SP184050/O-6

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2016, os quais foram aprovados, nesta data, pelo Conselho de Administração.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A..

Brasília (DF), 8 de agosto de 2016.

**O Conselho Fiscal**

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

### 1 - Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão colegiado estatutário instituído na forma da Resolução CMN 3198/2004 do Conselho Monetário Nacional, normativo que estabelece suas competências, funções e responsabilidades. O Regimento Interno e o endereço eletrônico do Comitê de Auditoria do BNB estão disponíveis na *internet* em [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br), na área “Sobre o Banco – Relação com os Acionistas”.

Compete ao Comitê de Auditoria avaliar a qualidade e integridade das Demonstrações Contábeis, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores externos e da Auditoria interna e a qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos visando à mitigação dos riscos associados aos negócios da Instituição.

Em conformidade com as normas aplicáveis, compete à Auditoria Externa avaliar a qualidade e a adequação do sistema de controles internos e emitir opinião, sustentada em procedimentos e padrões estabelecidos em normas que regem o exercício da profissão, sobre as demonstrações contábeis e à Auditoria Interna monitorar, avaliar e aferir, de forma independente, a qualidade do sistema de controles internos e da gestão de riscos do Banco.

### 2 – Atividades

O Colegiado realizou 14 reuniões presenciais no semestre, totalizando 31 dias úteis de trabalho conjunto, além de jornadas extraordinárias individuais. No período, em cumprimento às suas atribuições e competências e também observando o seu plano de trabalho desenvolveu suas atividades também através de reuniões regulares com o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Executiva e gestores do Banco, ocasiões em que teve a oportunidade de expor opiniões e pontos de vista sobre diversos aspectos, decorrentes do exercício das suas funções.

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) O sistema de controles internos do Banco do Nordeste do Brasil mantém-se, de forma geral, capaz de identificar fatores adversos, permitindo a adoção de ações corretivas pela Administração e continua recebendo melhorias a cada ano. As fragilidades detectadas nos processos corporativos e as falhas pontuais nas operações não têm afetado significativamente a saúde financeira do Banco. A Administração vem aprovando e implementando medidas importantes visando ao aperfeiçoamento dos controles e correção de deficiências. Não obstante estas medidas, as ações efetivas de correção de deficiências devem ser tempestivas a fim de evitar consequências negativas, sejam elas econômico-financeiras, de imagem, etc. Parte das medidas aprovadas e implementadas já tiveram efeito no período, enquanto que outras ainda demandarão tempo adicional para atingir os resultados propostos e o crescimento sustentável da Instituição;
- b) A Auditoria Interna concentrou esforços na realização de trabalhos relevantes durante o período, assim entendidos aqueles previstos no Plano Anual de Atividades, aprovado pelo Conselho de Administração e pela Controladoria Geral da União, ou decorrentes de eventos não previstos e inadiáveis. Medidas adicionais são requeridas e vêm sendo implementadas principalmente relacionadas à otimização e padronização de processos que certamente contribuirão para o aprimoramento dos trabalhos da auditoria interna e fortalecimento dos controles internos;
- c) Não foram identificados fatos relevantes que pudessem comprometer a efetividade da atuação, objetividade e independência da Ernst & Young Auditores Independentes S/S;

- d) A elaboração das Demonstrações Contábeis ocorreu em conformidade com a legislação societária aplicável e com as normas do Conselho Monetário Nacional, do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários.

Fortaleza (CE), 8 de agosto de 2016.

**O Comitê de Auditoria**



**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**  
*Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.*

**Demonstrações Financeiras**

**F N E**

**Em R\$ MIL**

**POSIÇÃO: 30.06.2016**

**FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE - FNE**

(Lei nº 7.827, de 27.09.1989)

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015

(Valores em R\$ Mil)

ATIVO		30.06.2016		30.06.2015		PASSIVO		30.06.2016		30.06.2015	
<b>CIRCULANTE</b>		<b>24.926.176</b>	<b>19.250.971</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>40</b>	<b>28</b>				
DISPONIBILIDADES	(Nota 4.b.1)	8.749.833	3.351.167	Obrigações Diversas		40	28				
RECURSOS COMPROMETIDOS COM OPERAÇÕES DE CREDITO		5.457.717	6.225.296	Provisões para Pagamentos a Efetuar		40	28				
VALORES A RECEBER-CEF-EQUALIZ. BONUS ADIMPL-PROFROTA		237	-								
CREDITOS VINCULADOS		2.129	3.020	<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	(Nota 4.c)	<b>63.470.927</b>	<b>56.878.253</b>				
Crédito Rural - Proagro a Receber		2.129	3.020	TRANSFERENCIAS DA UNIAO:							
DEVEDORES POR REPASSES		55.591	58.269	No Semestre		3.470.289	3.520.916				
Devedores por Repasses-Outras Instituições		55.591	58.269	Em Exercícios Anteriores		61.208.063	54.813.281				
OPERAÇÕES DE CREDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	10.651.619	9.605.095	RESULTADOS DE EXERCICIOS ANTERIORES		(1.315.352)	(1.348.746)				
Financiamentos		4.440.799	4.181.384	RESULTADO DO SEMESTRE		107.927	(107.198)				
Financiamentos a Exportação		106.503	66.588								
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		480.630	527.840								
Financiamentos Agroindustriais		244.051	271.266								
Financiamentos Rurais		6.077.282	5.240.225								
(Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)		(697.646)	(682.208)								
OUTROS CRÉDITOS	(Nota 4.b.7)	8.795	7.918								
Direitos s/Bens Recebidos em Operações de Crédito		8.795	7.918								
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	255	206								
Títulos de Cobertura do Proagro		4	4								
Títulos da Dívida Agrária		251	235								
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		-	(33)								
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>38.544.791</b>	<b>37.627.310</b>								
CREDITOS VINCULADOS		1.725	4.076								
Crédito Rural - Proagro a Receber		1.725	4.076								
DEVEDORES POR REPASSES		2.044.836	1.839.188								
Devedores Por Repasses-Bco. Nord.-Lei 7.827-Art. 9-A	(Nota 8)	1.898.225	1.691.087								
Devedores por Repasses-Outras Instituições		146.611	148.101								
OPERAÇÕES DE CREDITO	(Nota 4.b.2 e Nota 6)	36.497.477	35.783.136								
Financiamentos		18.707.533	17.757.397								
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento		3.840.624	4.281.047								
Financiamentos Agroindustriais		686.361	684.995								
Financiamentos Rurais		13.262.959	13.059.697								
OUTROS VALORES E BENS	(Nota 4.b.8)	753	910								
Títulos da Dívida Agrária		998	1.173								
(Provisão para Desvalorização de Títulos)		(245)	(263)								
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>63.470.967</b>	<b>56.878.281</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>63.470.967</b>	<b>56.878.281</b>				

<b>DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO</b>			
Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015			
(Valores em R\$ Mil)			
		1º Sem/2016	1º Sem/2015
<b>RECEITAS</b>			
De Operações de Crédito .....	(Nota 6.i)	638.299	649.814
De Remuneração das Disponibilidades .....	(Nota 4.b.1)	788.367	462.115
De Reversão de Provisões Operacionais.....		254	5
<b>DESPESAS</b>			
De Administração.....	(Nota 4.a.8)	(694.058)	(704.183)
De Pronaf-Remuneração do Agente Financeiro/Prêmio de Performance.....		(173.122)	(151.723)
De Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos .....		(451.776)	(363.191)
De Auditoria.....		(37)	(35)
<b>LUCRO(PREJUÍZO) NO SEMESTRE</b>		<b>107.927</b>	<b>(107.198)</b>

<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015				
(Valores em R\$ Mil)				
EVENTOS		TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
<b>SALDOS EM 31.12.2014</b>		<b>54.813.281</b>	<b>(1.334.467)</b>	<b>53.478.814</b>
Transferências da União no Semetre.....	(Nota 7)	3.520.916	-	3.520.916
Ajustes de Exercícios Anteriores .....		-	(14.279)	(14.279)
Prejuízo do Semestre.....		-	(107.198)	(107.198)
<b>SALDOS EM 30.06.2015.....</b>		<b>58.334.197</b>	<b>(1.455.944)</b>	<b>56.878.253</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>		<b>3.520.916</b>	<b>(121.477)</b>	<b>3.399.439</b>
<b>SALDOS EM 31.12.2015.....</b>		<b>61.208.063</b>	<b>(1.314.952)</b>	<b>59.893.111</b>
Transferências da União no Semestre.....		3.470.289	-	3.470.289
Ajustes de Exercícios Anteriores .....		-	(400)	(400)
Lucro do Semestre.....		-	107.927	107.927
<b>SALDOS EM 30.06.2016.....</b>		<b>64.678.352</b>	<b>(1.207.425)</b>	<b>63.470.927</b>
<b>MUTAÇÕES DO SEMESTRE.....</b>		<b>3.470.289</b>	<b>107.527</b>	<b>3.577.816</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015

(Valores em R\$ Mil)

	30.06.2016	30.06.2015
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Lucro (Prejuízo) do Semestre.....</b>	<b>107.927</b>	<b>(107.198)</b>
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa:</b>		
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa e Desvalorização de Títulos.....	451.776	363.150
Reversões de Provisões Operacionais.....	(254)	(5)
Provisão para Pagamentos a Efetuar.....	(20)	(23)
<b>Lucro do Semestre Ajustado .....</b>	<b>559.429</b>	<b>255.924</b>
Créditos Vinculados.....	3.495	(19)
Devedores por Repasses.....	(109.312)	(78.507)
Operações de Crédito.....	(1.039.975)	(1.898.461)
Valores a Receber-CEF-Equaliz. Bonus Adimp. Profrota.....	(171)	-
Outros Créditos.....	(352)	3
Outros Valores e Bens.....	207	181
Ajustes de Exercícios Anteriores.....	(400)	(14.279)
<b>CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS.....</b>	<b>(587.079)</b>	<b>(1.735.158)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Transferências da União.....	3.470.289	3.520.916
<b>CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO.....</b>	<b>3.470.289</b>	<b>3.520.916</b>
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>2.883.210</b>	<b>1.785.758</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>		
No início do Semestre.....	11.324.340	7.790.705
No fim do Semestre.....	14.207.550	9.576.463
<b>Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa.....</b>	<b>2.883.210</b>	<b>1.785.758</b>



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**Semestres findos em 30 de Junho de 2016 e de 2015**  
**Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado**

**Índice das Notas Explicativas**

Nota 1 – Histórico	Nota 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas
Nota 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 7 – Ajustes de Exercícios Anteriores
Nota 3 – Administração	Nota 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º- A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989
Nota 4 – Principais Práticas Contábeis	Nota 9 – Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
Nota 5 – Fiscalização	

**NOTA 1 – Histórico**

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE originou-se de dispositivo inserido na Constituição Federal de 1988 (Artigo 159, inciso I, alínea “c”), sendo regulamentado pela Lei nº 7.827, de 27.09.1989, alterada pelas Leis Complementares nºs 125, de 03.01.2007 e 129, de 08.01.2009, pelas Leis nºs 9.126, de 10.11.1995, 9.808, de 20.07.1999, 10.177, de 12.01.2001, 11.011, de 20.12.2004, 11.524, de 24.09.2007, 11.945, de 04.06.2009, 12.249, de 11.06.2010, 12.716, de 21.09.2012, 12.793, de 02.04.2013, pela Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001 e suas reedições, bem como pelo Artigo 13 da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24.08.2001. Seu objetivo é fomentar o desenvolvimento econômico e social do Nordeste, por meio do Banco do Nordeste do Brasil S.A., mediante a execução de programas de financiamento aos setores produtivos, em consonância com os planos regionais de desenvolvimento, com tratamento preferencial às atividades de mini e pequenos produtores rurais, às desenvolvidas por micro e pequenas empresas, às que produzem alimentos básicos e aos projetos de irrigação, sendo vedada a aplicação de recursos a fundo perdido.

**NOTA 2 – Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com observância das disposições da legislação societária, quando aplicáveis, e da regulamentação estabelecida pelo Governo Federal especificamente para os Fundos Constitucionais.

**NOTA 3 – Administração**

Ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. cabe: aplicar os recursos e implementar a política de concessão de crédito; definir normas, procedimentos e condições operacionais; enquadrar as propostas de financiamentos nas faixas de encargos e deferir os créditos; formalizar contratos de repasses de recursos para outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional; prestar contas sobre os resultados alcançados; exercer outras atividades inerentes à aplicação dos recursos e à recuperação dos créditos, inclusive renegociar e liquidar dívidas, nos termos definidos nos artigos 15-B, 15-C e 15-D da Lei nº 7.827, de 27.09.1989.

**NOTA 4 – Principais Práticas Contábeis**

O FNE tem contabilidade própria valendo-se do sistema contábil do Banco para registro de seus atos e fatos, em subtítulos específicos, com apuração de resultados à parte.

O exercício financeiro do FNE coincide com o ano civil, para fins de apuração de resultados.

São as seguintes as principais práticas contábeis:

**a) Apropriação de Receitas e Despesas**

**a.1)** As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. São receitas do FNE os encargos financeiros incidentes sobre as operações de crédito e a remuneração paga pelo Banco sobre os recursos do Fundo momentaneamente não aplicados.

**a.2)** Por meio da Resolução nº 4.395, de 30.12.2014, o Conselho Monetário Nacional definiu os encargos financeiros para as operações realizadas com recursos do FNE no período de 01 de janeiro de 2015 a 30 de junho de 2015, a taxas que variam de 4,71% a 8,83% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Para os demais setores, fixou taxas que variam de 8,24% a 14,71% a.a., de acordo com a finalidade do crédito e a receita bruta anual do empreendimento financiado. O bônus de adimplência foi fixado em 15% a.a., sobre os encargos financeiros, para as parcelas das dívidas pagas até os respectivos vencimentos. Esses encargos financeiros e bônus de adimplência não se aplicam aos beneficiários de financiamentos com base no Artigo

8º-A da Lei nº 10.177, de 12.01.2001 e no Artigo 15 da Lei nº 12.716 de 21.09.2012, e aos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf.

A Resolução nº 4.423, de 25.06.2015, do Conselho Monetário Nacional alterou os encargos financeiros para as operações rurais realizadas com recursos do FNE no período de 01 de julho de 2015 a 30 de junho de 2016, que passaram a variar de 7,65% a 12,35% a.a. para os produtores rurais e suas cooperativas, consoante a finalidade do crédito e a receita bruta anual do produtor ou cooperativa. Permaneceram inalteradas as taxas de encargos para os demais setores, definidas na supracitada Resolução nº 4.395.

Os encargos financeiros para a situação de normalidade, às taxas previstas em Lei, são contabilizados nas adequadas contas de resultado do Fundo. Sobre os valores vencidos e não pagos, incidem encargos de inadimplemento, pactuados contratualmente, sendo contabilizada, como rendas a apropriar do Fundo, a parcela desses encargos que supera as taxas previstas na legislação.

Sobre os encargos financeiros estabelecidos em Lei serão concedidos bônus de adimplência de 15% (quinze por cento), desde que a parcela da dívida seja paga até a data do respectivo vencimento. O reconhecimento da despesa relativa aos bônus é feito concomitantemente com o pagamento dos encargos pelo mutuário.

Nas operações de financiamento no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf são aplicados os encargos financeiros estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a legislação e o regulamento do Programa constante no Manual de Crédito Rural, Capítulo 10, do Bacen.

- a.3)** A Medida Provisória nº 2.196-1, de 28.06.2001, e suas reedições, que estabeleceu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, define o que segue, relativamente ao *del credere* a que faz jus o Banco, sobre os financiamentos com recursos do FNE:
- nas operações contratadas até 30.11.1998, o *del credere* do Banco ficou reduzido a zero, mantendo-se inalterados os encargos pactuados com os mutuários;
  - para as operações contratadas com risco de 50% para o Banco, o *del credere* será de 3% a.a. e
  - nas operações resultantes de repasses de recursos ao Banco, para que este, em nome próprio e com seu risco exclusivo, realize operações de crédito, o *del credere* será de 6% a.a.
- a.4)** Na forma do Decreto nº 5.818, de 26.06.2006, combinado com a Resolução nº 3.293, de 28.06.2005, do Conselho Monetário Nacional, nas operações do Programa Nacional de Financiamento da Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional – Profrota Pesqueira com empresas de grande porte, com risco compartilhado, o *del credere* do Banco será de 2,5% a.a.
- a.5)** A Portaria nº 616, de 16.05.2003, do Ministério da Integração Nacional, estabelece que, nas operações de repasses para instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, o Banco faz jus ao *del credere* negociado com as instituições operadoras, respeitado o limite estabelecido na legislação.
- a.6)** Nos financiamentos enquadrados no Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio não há incidência de *del credere* em favor do Banco, conforme previsto na legislação e no regulamento do Programa.
- a.7)** Para as operações de crédito reclassificadas nos termos do Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, a Portaria Interministerial nº 245, de 14.10.2008, determina o *del credere* do Banco de 3% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, incisos I a IV, e o *del credere* de 6% a.a. nas hipóteses definidas em seu Artigo 1º, parágrafo único.
- a.8)** Constituem despesas do FNE os valores relativos à taxa de administração a que o Banco faz jus como gestor do Fundo, à remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B, Seca-2012-Custeio – Outros Grupos e Demais Pronafs com risco compartilhado, à remuneração do Banco sobre os desembolsos do Pronaf A/Microcrédito, B, Semiárido, Floresta e demais Pronafs com risco compartilhado, ao prêmio de desempenho sobre os reembolsos do Pronaf A, A/Microcrédito, B, A/C, Semiárido, Floresta, Semiárido-Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012-Custeio - Outros Grupos e demais Pronafs com risco compartilhado, à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa de que trata a Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional, e à contratação de auditoria externa, além dos bônus e descontos definidos na legislação.
- A taxa de administração de 3% a.a., paga ao Banco pelo FNE, é apropriada mensalmente à base de 0,25% sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de repasse ao Banco, de repasses a outras instituições conforme Portaria nº 616, de 26.05.2003, do Ministério da Integração Nacional e dos saldos das aplicações no âmbito do Pronaf Grupo A/Agroamigo, B,

A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido Seca-2012 – Grupo B, Semiárido Seca-2012 – Outros Grupos, Seca-2012–Custeio – Grupo B e Seca-2012-Custeio – Outros Grupos, ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional, consoante Decreto nº 5.641, de 26.12.2005.

A remuneração do Banco sobre os saldos dos financiamentos do Pronaf, a remuneração sobre os desembolsos e o prêmio de desempenho sobre os reembolsos seguem os percentuais e critérios definidos na legislação e no Regulamento do Programa.

#### **b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo**

São apresentados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

- b.1)** O Caixa e Equivalentes de Caixa são formados pelas Disponibilidades, que representam os recursos livres para aplicação em operações de crédito, e os Recursos Comprometidos com Operações de Crédito, que representam as disponibilidades comprometidas, referentes às parcelas ainda não liberadas das operações contratadas, correspondentes aos valores pendentes de liberação até a data da apuração, acrescidos das liberações previstas para os 90 dias seguintes e de eventuais descasamentos entre os valores a liberar após esses 90 dias e a estimativa de ingressos de recursos no Fundo ao longo desse período. As disponibilidades do Fundo em poder do Banco são remuneradas com base na taxa extramercado, divulgada pelo Bacen.

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Disponibilidades	8.749.833	3.351.167
Recursos Comprometidos com Operações de Crédito	5.457.717	6.225.296
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>14.207.550</b>	<b>9.576.463</b>

- b.2)** O total das Operações de Crédito é apresentado pelo valor de principal acrescido dos encargos financeiros, retificados por rendas a apropriar e pela provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6).
- b.3)** A Lei nº 11.322, de 13.07.2006, dispõe sobre a renegociação de dívidas oriundas de operações de crédito rural contratadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene, concedendo rebates no saldo devedor, bônus de adimplência nas parcelas, redução da taxa de juros e prorrogação do prazo para pagamento de referidas operações.
- b.4)** A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, dispõe sobre a liquidação, regularização, renegociação ou reclassificação de dívidas originárias de operações de crédito enquadradas, dentre outras, nas Leis nº 9.138, de 29.11.1995, nº 10.437, de 25.04.2002 e nº 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, Resolução nº 2.471, de 26.02.1998, do Conselho Monetário Nacional, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, no Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados - Prodecir – Fase III e contratadas com recursos do FAT pelos agentes financeiros, concedendo descontos, bônus de adimplência sobre saldo devedor, dispensas, manutenção ou reescalonamentos de prazos.
- b.5)** A Lei nº 12.249, de 11.06.2010, dispõe, em seus Artigos 69 e 70, sobre a remissão de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, ou enquadráveis naquele Artigo, bem como a concessão de rebates para liquidação de dívidas rurais renegociadas com base no Artigo 2º da Lei nº 11.322 não remetidas, lastreadas com recursos do FNE ou com recursos mistos do FNE com outras fontes. A mesma Lei, em seus Artigos 71 e 72, dispõe sobre a remissão de dívidas referentes a operações rurais com produtores enquadrados no Grupo B do Pronaf, bem como sobre a concessão de rebates para as dívidas não remetidas, lastreadas com recursos do FNE.
- b.6)** A Lei nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, autorizou o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos do FNE, destinadas a atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo Federal. Essa mesma Lei, em seu Artigo 5º, autorizou a instituição de linha de crédito rural com recursos do FNE para liquidação, até 31 de dezembro de 2013, de operações de crédito rural de custeio e de investimento com risco compartilhado ou integral do Tesouro Nacional, do FNE ou das instituições financeiras oficiais federais. Referida linha de crédito foi regulamentada pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Resolução nº 4.147, de 25.10.2012.
- b.7)** A Medida Provisória nº 733, de 14.06.2016, autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas do crédito rural contratadas até 31.12.2011 com recursos do FNE e com mix de recursos de outras fontes com o FNE, estabelecendo, para os casos de liquidação, rebates sobre o saldo devedor atualizado, conforme os critérios ali definidos, autorizando o FNE a assumir os ônus decorrentes da medida.

**b.8)** São registrados na rubrica “Outros Créditos” os direitos do FNE sobre bens móveis ou imóveis recebidos pelo Banco para amortização ou liquidação de dívidas. Após a alienação dos bens, os valores obtidos na venda são rateados entre o Fundo e o Banco, na proporção do risco assumido, conforme dispõe o Artigo 7º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.

**b.9)** Os títulos registrados na rubrica “Outros Valores e Bens” estão contabilizados pelo valor de face, acrescido da remuneração prevista para cada papel, e são considerados os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável.

### c) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido do FNE tem como origens:

- transferências da União, na proporção de 1,8%, extraídas do produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR e do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, realizadas decenalmente;
- retornos e resultados operacionais; e
- resultado da remuneração dos recursos do Fundo momentaneamente não aplicados, paga pelo Banco.

### d) Isenção Tributária

O FNE goza de isenção tributária, estando os seus resultados, rendimentos e operações de financiamento livres de qualquer tributo, contribuição ou outro gravame, na forma da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 e alterações posteriores.

### e) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras do FNE é o Real.

### NOTA 5 – Fiscalização

O Banco mantém, permanentemente, à disposição dos órgãos de fiscalização competentes, os demonstrativos dos recursos, aplicações e resultados do Fundo, com posição de final de mês. Na forma da legislação, os balanços do FNE, devidamente auditados, são publicados semestralmente e encaminhados ao Congresso Nacional, para efeito de fiscalização e controle.

### NOTA 6 – Operações de Financiamento e de Repasses e Provisão para Perdas

#### a) Composição da Carteira de Crédito

##### a.1) Carteira Total

Financiamentos	30.06.2016			30.06.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	22.559.112	589.220	23.148.332	21.398.690	540.091	21.938.781
Financiamentos à Exportação	105.899	604	106.503	60.179	6.409	66.588
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.244.915	76.339	4.321.254	4.808.887	-	4.808.887
Financiamentos Agroindustriais	851.189	79.223	930.412	877.800	78.461	956.261
Financiamentos Rurais	18.408.756	931.485	19.340.241	17.482.670	817.252	18.299.922
<b>Subtotal</b>	<b>46.169.871</b>	<b>1.676.871</b>	<b>47.846.742</b>	<b>44.628.226</b>	<b>1.442.213</b>	<b>46.070.439</b>
Repasses ao BNB	1.898.225	-	1.898.225	1.691.087	-	1.691.087
Repasses a Outras Instituições	202.202	-	202.202	206.371	-	206.371
<b>Total da Carteira</b>	<b>48.270.298</b>	<b>1.676.871</b>	<b>49.947.169</b>	<b>46.525.683</b>	<b>1.442.213</b>	<b>47.967.896</b>
Provisão	(250.579)	(447.067)	(697.646)	(318.295)	(363.913)	(682.208)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>48.019.719</b>	<b>1.229.804</b>	<b>49.249.523</b>	<b>46.207.388</b>	<b>1.078.300</b>	<b>47.285.688</b>

##### a.2) Carteira com Risco Integral do BNB

Financiamentos	30.06.2016			30.06.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	7.732	922	8.654	8.438	-	8.438
Financiamentos Agroindustriais	1.696	-	1.696	1.517	-	1.517
Financiamentos Rurais	300.373	12.544	312.917	269.160	10.940	280.100
<b>Subtotal</b>	<b>309.801</b>	<b>13.466</b>	<b>323.267</b>	<b>279.115</b>	<b>10.940</b>	<b>290.055</b>

Repasses ao BNB	1.898.225	-	1.898.225	1.691.087	-	1.691.087
Repasses a Outras Instituições	149.421	-	149.421	155.125	-	155.125
<b>Total da Carteira</b>	<b>2.357.447</b>	<b>13.466</b>	<b>2.370.913</b>	<b>2.125.327</b>	<b>10.940</b>	<b>2.136.267</b>
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>2.357.447</b>	<b>13.466</b>	<b>2.370.913</b>	<b>2.125.327</b>	<b>10.940</b>	<b>2.136.267</b>

### a.3) Carteira com Risco Compartilhado

Financiamentos	30.06.2016			30.06.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	22.488.661	581.168	23.069.829	21.334.536	531.696	21.866.232
Financiamentos à Exportação	105.899	604	106.503	60.179	6.409	66.588
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.244.915	76.339	4.321.254	4.808.887	-	4.808.887
Financiamentos Agroindustriais	784.074	72.714	856.788	810.635	72.609	883.244
Financiamentos Rurais	10.595.373	549.051	11.114.424	9.911.420	424.063	10.335.483
<b>Subtotal</b>	<b>38.218.922</b>	<b>1.279.876</b>	<b>39.498.798</b>	<b>36.925.657</b>	<b>1.034.777</b>	<b>37.960.434</b>
<b>Total da Carteira</b>	<b>38.218.922</b>	<b>1.279.876</b>	<b>39.498.798</b>	<b>36.925.657</b>	<b>1.034.777</b>	<b>37.960.434</b>
Provisão	(67.952)	(278.512)	(346.464)	(44.824)	(212.851)	(257.675)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>38.150.970</b>	<b>1.001.364</b>	<b>39.152.334</b>	<b>36.880.833</b>	<b>821.926</b>	<b>37.702.759</b>

### a.4) Carteira com Risco Integral do FNE

Financiamentos	30.06.2016			30.06.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	62.719	7.130	69.849	55.716	8.373	64.089
Financiamentos Agroindustriais	65.419	6.509	71.828	65.648	5.852	71.500
Financiamentos Rurais	7.513.010	369.890	7.882.900	7.270.168	334.326	7.604.494
<b>Subtotal</b>	<b>7.641.148</b>	<b>383.529</b>	<b>8.024.677</b>	<b>7.391.532</b>	<b>348.551</b>	<b>7.740.083</b>
Repasse a Outras Instituições	52.781	-	52.781	51.245	-	51.245
<b>Total da Carteira</b>	<b>7.693.929</b>	<b>383.529</b>	<b>8.077.458</b>	<b>7.442.777</b>	<b>348.551</b>	<b>7.791.328</b>
Provisão	(182.627)	(168.566)	(351.182)	(273.471)	(151.062)	(424.533)
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	<b>7.511.302</b>	<b>214.974</b>	<b>7.726.276</b>	<b>7.169.306</b>	<b>197.489</b>	<b>7.366.795</b>

### a.5) Carteira com Risco Integral do Procerá

Financiamentos	30.06.2016			30.06.2015		
	Normal	Atraso	Saldo	Normal	Atraso	Saldo
Financiamentos	-	-	-	-	22	22
Financiamentos Rurais	-	-	-	31.922	47.923	79.845
<b>Subtotal</b>	-	-	-	<b>31.922</b>	<b>47.945</b>	<b>79.867</b>
<b>Total da Carteira</b>	-	-	-	<b>31.922</b>	<b>47.945</b>	<b>79.867</b>
<b>Total Líquido <sup>(1)</sup></b>	-	-	-	<b>31.922</b>	<b>47.945</b>	<b>79.867</b>

<sup>(1)</sup> Para a situação "Normal", foram consideradas as provisões resultantes de renegociações/aquisições e a provisão extraordinária constituída sobre operações de crédito com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna. Para a situação "Atraso", foram consideradas as provisões em decorrência apenas do atraso.

b) O risco sobre as operações com recursos do FNE está assim distribuído, consoante a legislação que regulamenta os Fundos Constitucionais de Financiamento, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar-Pronaf e o disposto no Art. 8º na Lei nº 13.001, de 20.06.2014:

b.1) Operações contratadas até 30.11.1998:

- o risco é atribuído integralmente ao FNE; e
- nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen o risco é de 100% para o FNE. De acordo com cláusula específica inserida nos contratos de repasses, o risco dos financiamentos concedidos aos mutuários finais é assumido integralmente pela instituição operadora;

- b.2)** Operações contratadas a partir de 01.12.1998:
- nos financiamentos enquadrados no Programa da Terra, o risco é do FNE;
  - nas operações no âmbito do Pronaf A, A/Microcrédito, B e A/C e programas Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem, Semiárido-Seca-2012 e Seca-2012-Custeio, o risco é de 100% para o FNE;
  - nos repasses ao Banco, para que este, em nome próprio, realize operações de crédito, o risco das operações é integralmente assumido pelo Banco;
  - nos repasses a outras instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, contratados a partir da vigência da Portaria nº 616, de 26.05.2003, o Banco detém 100% do risco. Consoante prevê a citada Portaria, e de acordo com cláusula específica constante dos contratos de repasses, o risco dos financiamentos realizados é assumido integralmente pela instituição operadora;
  - nas operações de que trata o Artigo 31 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o risco é de 100% para o Banco, quando o risco da operação original for integralmente atribuído ao Banco, ou compartilhado, na hipótese de a operação renegociada ter este tipo de risco; e
  - nas demais operações, o risco é de 50% para o FNE, cabendo 50% de risco ao Banco, onde são observadas as disposições da Resolução nº 2.682, de 21.12.1999, do Conselho Monetário Nacional.
- c)** De acordo com a faculdade prevista no parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, na contabilidade do FNE, segue os critérios definidos no inciso I, alíneas “a” e “b”, desse mesmo artigo, que determina a constituição de provisão para as parcelas com atraso superior a 180 dias, de acordo com o risco assumido pelo Fundo. A movimentação do saldo da provisão no semestre é demonstrada no quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
<b>Saldo Inicial da Provisão para Perdas em Operações de Créditos</b>	<b>689.634</b>	<b>661.711</b>
. Risco Integral do FNE	364.652	425.993
. Risco Compartilhado	324.982	235.718
<b>(+) Constituição de Provisão Líquida no Semestre</b>	<b>451.531</b>	<b>363.145</b>
<b>Despesa de Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>451.531</b>	<b>363.145</b>
. Risco Integral do FNE	174.685	155.932
. Provisão por Atraso/Renegociações	178.039	159.964
. Ajustes de Provisão por Deságio	(3.354)	(4.032)
. Risco Compartilhado	276.846	207.213
. Provisão por Atraso/Renegociações	280.378	209.778
. Ajustes de Provisão de Operações Irregulares	(3.532)	(2.565)
<b>(-) Créditos Baixados como Prejuízo no Semestre</b>	<b>443.519</b>	<b>342.648</b>
. Risco Integral do FNE	188.155	157.392
. Risco Compartilhado	255.364	185.256
<b>(=) Saldo Final da Provisão para Perdas em Operações de Crédito</b>	<b>697.646</b>	<b>682.208</b>
. Risco Integral do FNE	351.182	424.533
. Risco Compartilhado	346.464	257.675

- d)** De acordo com o disposto na Portaria Interministerial nº 46, de 07.03.2007, são constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.322, de 13.07.2006, da seguinte forma:
- d.1)** para as operações com outras fontes de recursos adquiridas pelo FNE: em valor igual ao deságio apurado na aquisição pelo Fundo, registradas em contrapartida a operações de crédito. Os valores do semestre estão discriminados no subitem “Provisão Líquida por Deságio - Operações Adquiridas com Base na Lei nº 11.322” do quadro da alínea “c” desta Nota; e
- d.2)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões para Perdas em Operações de Crédito. No semestre foi registrada uma redução de provisão no valor de R\$ 12.599 (redução de R\$ 15.482 em 30.06.2015), sendo R\$ 10.867 (redução de R\$ 13.341 em 30.06.2015) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 1.732 (redução de R\$ 2.141 em 30.06.2015) às operações com risco compartilhado. Essas reduções incluem R\$ 1.617 (redução de R\$ 6.106 em 30.06.2015) resultantes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 1.542 (redução de R\$ 5.742 em 30.06.2015) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 75 (redução de R\$ 364 em 30.06.2015) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se

inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.

- e) A Portaria Interministerial nº 244, de 14.10.2008, estabelece que serão constituídas provisões para créditos de liquidação duvidosa para as operações renegociadas ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008, da seguinte forma:
- e.1)** nas operações do FNE objeto de renegociação: correspondente ao valor da provisão já existente no mês imediatamente anterior ao da renegociação mais os valores eventualmente já baixados do ativo como prejuízo, registrados em contrapartida a Despesas de Provisões Operacionais; e
- e.2)** para as operações do FNE renegociadas, foi registrada uma redução de provisão no montante de R\$ 4.604 (R\$ 6.526, em 30.06.2015) sendo R\$ 3.792 (R\$ 5.049 em 30.06.2015) referentes às operações com risco integral para o Fundo e R\$ 812 (R\$ 1.477 em 30.06.2015) às operações com risco compartilhado. Esses valores incluem a redução de R\$ 542 (R\$ 2.049 em 30.06.2015) decorrentes de rebates e remissões de operações enquadradas na Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e na Lei nº 12.716, de 21.09.2012, sendo R\$ 485 (R\$ 1.780 em 30.06.2015) referentes às operações com risco integral do Fundo e R\$ 57 (R\$ 269 em 30.06.2015) referentes às operações de risco compartilhado. Estes valores encontram-se inclusos no subitem “Provisão para Perdas em Operações de Crédito” do quadro apresentado na alínea “c” desta Nota.
- f) Em 30.06.2016, encontra-se registrado em Provisão para Perdas em Operações de Crédito o montante de R\$ 46.714 (R\$ 15.704 em 30.06.2015), referente à provisão extraordinária para fazer face ao risco do Fundo em operações de crédito concedidas com indícios de irregularidades, as quais são objeto de sindicâncias conduzidas pela Auditoria Interna do Banco. Nesse caso, foram considerados os saldos das operações, conforme o risco atribuído ao FNE, efetuando-se a complementação para aquelas que já registravam provisão por atraso na forma da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005.
- g) As renegociações formalizadas no período, com base nas Leis nºs 11.775, de 17.09.2008, 9.138, de 29.11.1995, 10.437, de 25.04.2002 e 11.322, de 13.07.2006, Medida Provisória nº 2.196-3, de 24.08.2001, e as remissões e rebates concedidos ao amparo da Lei nº 12.249, de 11.06.2010 e da Lei nº 12.716, de 21.09.2012, elevaram o resultado do Fundo em R\$ 10.840 (redução de R\$ 18.426 em 30.06.2015). Este efeito inclui custos decorrentes da renegociação de operações contratadas com outras fontes ou fontes mistas, adquiridas ou reclassificadas para o Fundo, conforme autorização das leis supracitadas, demonstrados no quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Recuperação de Operações Baixadas do Ativo	3.613	19.733
Despesas - Bônus e Dispensas	(13.762)	(68.081)
Efeito Líquido em Provisões	20.989	29.922
<b>Total</b>	<b>10.840</b>	<b>(18.426)</b>

- h) Nas Demonstrações do Resultado, as “Receitas de Operações de Crédito” estão registradas pelo seu valor líquido, apresentando a seguinte composição:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Rendas de Operações de Crédito	1.728.538	1.658.099
Despesa de <i>del credere</i> do Banco	(621.245)	(598.517)
Despesa de <i>del credere</i> de Outras Instituições	(1.684)	(1.766)
Despesas de Atualização Monetária Negativa	(714)	(911)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(7.625)	(36.834)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Operações Contratadas pelo Banco	(452.781)	(358.609)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses Lei nº 7.827-Artigo 9º-A	(4.752)	(5.251)
Despesas de Rebate/Bônus Adimplência-Repasses a Outras Instituições	(979)	(946)
Despesas de Rebate Principal Operações com Recursos do FAT-BNDES - Lei nº 10.193, de 14.02.2001	(1)	-
Ops. FNE Honradas p/BNB – Rebate/Recálculo Res. 4.298/4.299	-	(8)
Despesas com Outras Operações BNB – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(40)	(1.294)
Despesas com Operações do FNE Honradas pelo Banco – Rebate Leis nºs 12.249 e 12.844, de 11.06.2010 e 19.07.2013	(417)	(4.149)

Baixa de Valores Contábeis Excedentes sobre Recebimento de Bens	(1)	-
<b>Total</b>	<b>638.299</b>	<b>649.814</b>

**i) Reconhecimento de Perdas e Devolução da Parcela de Risco do Banco**

**i.1)** Não obstante a faculdade prevista no Parágrafo único do Artigo 3º da Portaria Interministerial nº 11, segundo o qual o reconhecimento de perdas na contabilidade do FNE pode ser feito por parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 360 dias, conforme o percentual de risco assumido pelo Fundo, o Banco reconhece as perdas nessas operações considerando as parcelas de principal e encargos vencidas há mais de 329 dias.

**i.2)** A devolução ao FNE dos recursos relativos à parcela de risco do Banco é realizada no segundo dia útil após o reconhecimento das perdas pelo Fundo, segundo o critério previsto no inciso II, alínea "a", do Artigo 5º da Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, observado o disposto na alínea j.1 precedente.

**i.3)** No semestre, o Banco devolveu ao FNE recursos no montante de R\$ 258.888 (R\$ 187.803 em 30.06.2015), relativos à parcela de risco do Banco nas operações com valores enquadrados como prejuízo.

**j) Renegociação e Reclassificação de Operações de Crédito**

A Lei nº 11.775, de 17.09.2008, instituiu medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e fundiário, com os seguintes impactos para o FNE:

**j.1)** renegociação de financiamentos contratados com recursos do próprio Fundo;

**j.2)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira Baiana, realizadas com risco parcial ou integral do Tesouro Nacional, do Estado da Bahia e do FNE;

**j.3)** contratação de novas operações com recursos do FNE para liquidação de dívidas no âmbito do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – Prodecer – Fase III;

**j.4)** reclassificação para o Fundo de operações no âmbito do Pronaf realizadas com risco da União;

**j.5)** reclassificação para o Fundo de operações realizadas com recursos do FAT; e

**j.6)** reclassificação para o FNE de operações realizadas com recursos mistos de outras fontes.

O mesmo dispositivo legal autorizou a substituição dos encargos financeiros das operações rurais e não rurais em curso, contratadas até 14.01.2001 com encargos pós-fixados e lastreadas com recursos do FNE, pelos encargos prefixados estabelecidos na legislação para esses financiamentos.

No semestre, foram reclassificados créditos para o FNE ou contratadas novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral para o Fundo, no montante de R\$ 74 (R\$ 592 em 30.06.2015), ao amparo da referida Lei, conforme quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Artigo 7º (Operações Lavoura Cacaueira Baiana)	74	27
Artigo 19 (Operações com Risco da União – Recursos FAT)	-	13
Res. 2.471	-	552
<b>Total</b>	<b>74</b>	<b>592</b>

No semestre não houve reclassificação de créditos para o FNE ou contratações de novas operações para liquidação de financiamentos com recursos de outras fontes, com risco integral do Banco, ao amparo da Lei nº 11.775, de 17.09.2008 (R\$ 3.675 em 30.06.2015), conforme quadro a seguir:

<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Artigo 31 (Operações com <i>mix</i> de Recursos de Outras Fontes/FNE)	-	3.483
Artigo 31 (Operações do FAT)	-	192
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>3.675</b>

**NOTA 7 - Ajustes de Exercícios Anteriores**

O ajuste líquido negativo, em 30.06.2016, de R\$ 399 (negativo em R\$ 14.279 em 30.06.2015), refere-se a recálculos de encargos sobre operações de crédito.

**NOTA 8 – Repasses ao Banco com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, de 27.09.1989**

O saldo devedor dos repasses realizados ao Banco, mediante Instrumento de Dívida Subordinada, apresenta a seguinte composição:



<b>Especificação</b>	<b>30.06.2016</b>	<b>30.06.2015</b>
Recursos Disponíveis	1.316.793	1.044.610
Recursos Aplicados	581.432	646.477
<b>Total</b>	<b>1.898.225</b>	<b>1.691.087</b>

Em Recursos Disponíveis são registrados os valores momentaneamente não aplicados em operações de crédito pelo Banco, sendo remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Bacen. Os Recursos Aplicados correspondem aos valores liberados aos mutuários dos financiamentos contratados pelo Banco, atualizados pelos encargos pactuados nos respectivos instrumentos de crédito, na forma da legislação e do Instrumento de Dívida Subordinada firmado.

**NOTA 9 - Registro no Siafi - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal**

Em cumprimento ao disposto na Portaria Interministerial nº 11, de 28.12.2005, as informações contábeis relativas ao FNE são disponibilizadas no Siafi, observando as características peculiares do Fundo.

Fortaleza, 8 de agosto de 2016.

**A Diretoria**

**Obs: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos Administradores do  
**Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE**  
(Administrado pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A.)

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE (“Fundo”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Fundo para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Fundo. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração do Fundo, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis apresentadas nas notas explicativas 2, 4 e 6.

### **Ênfase**

#### *Base de elaboração das demonstrações financeiras*

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para as notas explicativas 2, 4 e 6 às demonstrações financeiras, que descrevem sua base de elaboração. As demonstrações financeiras foram elaboradas pela administração do Fundo para cumprir os requisitos do conjunto de normativos aplicáveis aos fundos constitucionais. Consequentemente, essas demonstrações financeiras podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 8 de agosto de 2016

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6

Eduardo Wellichen  
Contador 1SP184050/O-6

---

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Ricardo Soriano de Alencar (Presidente) – Daniel de Saboia Xavier – Guilherme Mascarenhas Gonçalves – Jeferson Luis Bittencourt – Marcos Costa Holanda – Zilana Melo Ribeiro

**DIRETORIA:** Marcos Costa Holanda (Presidente) – Eliane Libânio Brasil de Matos (Diretora de Administração e Tecnologia da Informação) – Francisco das Chagas Soares (Diretor de Desenvolvimento Sustentável) – Joaquim Alfredo da Cruz Filho (Diretor de Negócios) – Manoel Lucena dos Santos (Diretor de Controle e Risco) – Romildo Carneiro Rolim (Diretor Financeiro e de Crédito)

**CONSELHO FISCAL:** André Proite (Presidente) – Carlos Henrique Soares Nuto – José Mário Valle – Manuel dos Anjos Marques Teixeira – Maria Teresa Pereira Lima

**COMITÊ DE AUDITORIA:** Manoel das Neves (Presidente) – Cleber Santiago (Membro Titular) – José Wilkie Almeida Vieira (Membro Titular em exercício)

**SUPERINTENDENTE:** José Jurandir Bastos Mesquita (Controle Financeiro)

**CONTADORA:** Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros – CRC-CE 016318/O-7

---